



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
JANEIRO - DEZEMBRO | 2014**



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
JANEIRO - DEZEMBRO | 2014**

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2014**

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS
DE SOUSA
Subprocurador-Geral de Justiça para
Assuntos Jurídicos

TEREZINHA DE JESUS ANCHIETA
GUERREIRO
Subprocuradora-Geral de Justiça para
Assuntos Administrativos

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES
Corregedor-Geral do Ministério Público

RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA MOREIRA
Subcorregedora-Geral do Ministério Público

SIRLEI CASTRO AIRES RODRIGUES
Chefe de Gabinete da PGJ

MARCOS VALENTIM PINHEIRO PAIXÃO
Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Ouvidora-Geral do Ministério Público

ANA TERESA FREITAS
Diretora da Escola Superior
do Ministério Público

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional da Infância e Juventude

LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO
JÚNIOR
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo
e Patrimônio Cultural

JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Patrimônio Público
e da Probidade Administrativa

SANDRA LÚCIA MENDES ALVES ELOUF
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Direitos Humanos e Cidadania

FRANCISCO DAS CHAGAS
BARROS DE SOUSA
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde

PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Defesa do Direito à Educação

RONALD PEREIRA DOS SANTOS
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e
das Pessoas com Deficiência

JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA
CABRAL MARQUES
Coordenador dos Centros de Apoio
Operacional Criminal e do Controle Externo
da Atividade Policial

LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional do Consumidor

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-Geral

ABELARDO TEIXEIRA BALUZ
Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

FABIOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos
Institucionais

LUÍS ANDRÉ GURGEL FIGUEIREDO
Coordenador de Assuntos Estratégicos e
Inteligência

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadora de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO
DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

EDUARDO JÚLIO DA SILVA CANAVEIRA
Coordenador de Comunicação

ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO
Coordenador de Modernização e Tecnologia
da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO RÊGO
Coordenadora de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenador de Serviços Gerais

GILBERTO DUAILIBE MOUCHEREK
Coordenador de Obras, Engenharia
e Arquitetura

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Coordenador da Folha de Pagamento

VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE
Presidente da Comissão Permanente
de Licitação

CARLOS ALBERTO PINHEIRO
BARROS JÚNIOR
Assessor-Chefe de Auditoria

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
Assessora-Chefe de Controle Interno

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA
Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

LUCAS ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica
da Administração

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor-Chefe da Assessoria
de Planejamento Geral

ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE
Chefe de Cerimonial

**COLÉGIO DE PROCURADORES
DE JUSTIÇA**

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Iracly Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Froz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
César Queiroz Ribeiro
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauer
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Eduardo Daniel Pereira Filho

**CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Biênio (2013 -2015)**

TITULARES:

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Procuradora-Geral de Justiça

Suvamy Vivekananda Meireles
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros:

Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

SUPLENTES:

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Domingas de Jesus Fróz Gomes



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
JANEIRO - DEZEMBRO | 2014**

Organização:

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-Geral

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento Geral

LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Analista Ministerial

CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
Chefe de Secretaria da ASPLAN

Supervisão editorial

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

RÔMOLLO DE SÁ MALTA
Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Revisão

LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Analista Ministerial

CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
Chefe de Secretaria da ASPLAN

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento Geral

Normalização

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

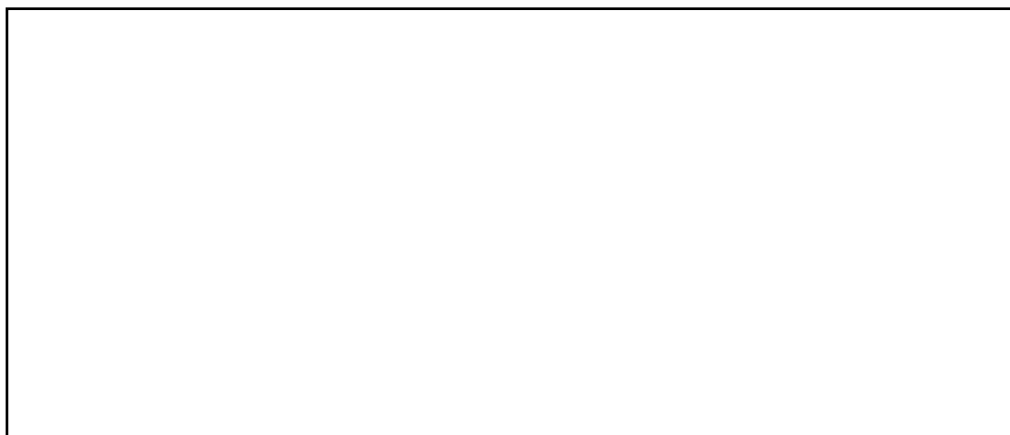
CONCEIÇÃO DE MARIA LIMA GUEDES
Analista Ministerial

Projeto Gráfico:

RAIMUNDO NONATO PENHA
Designer Gráfico

TAYLINNE TALIA DA SILVA REIS
Designer Gráfico

Fotos: Arcervo do MP/MA



MISSÃO INSTITUCIONAL

“
O Ministério
Público é instituição
permanente,
essencial à função
jurisdicional do
Estado, incumbindo-
lhe a defesa da
ordem jurídica, do
regime democrático
e dos interesses
sociais e individuais
indisponíveis ”

(art. 127 da Constituição
Federal/1988).

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma instituição permanentemente comprometida com a busca por resultados efetivos, trabalhando para alcançá-los não só a partir da contínua modernização da sua gestão e aperfeiçoamento dos procedimentos internos, mas principalmente na valorização dos membros e servidores. Assim, o dever constitucional de prestar contas à sociedade maranhense e brasileira encontra-se presente, seja através da implementação do Portal da Transparência, seja pela Lei de Acesso ao Cidadão.

O relatório anual de atividades deixou há muito de ser apenas o cumprimento de uma obrigação e transformou-se em uma oportunidade para darmos mais transparência às nossas ações. No ano de 2014, a nossa Instituição consolidou ações e cumpriu metas para modernizar o Ministério Público do Estado, tendo como norte a implantação dos processos de modernização na área de Tecnologia da Informação, com a implantação dos Sistemas SIMP e DIGIDOC. Nossa Instituição aposta na consolidação de uma gestão estratégica com foco no estabelecimento de prioridades, estruturação de projetos e medição de resultados alcançados.

Além da área tecnológica, garantimos uma política remuneratória aos membros e servidores, com a implementação de direitos e vantagens. Em outra frente, lançamos os Programas Institucionais elaborados pelos CAOPs da Saúde, Educação e Controle Externo da Atividade Policial, que visam a unificação de procedimentos por parte dos membros, na efetiva garantia dos direitos sociais, que estão em pleno vigor, com reuniões e capacitações regionais realizadas nas cidades de Caxias, Imperatriz e Pedreiras.

No plano estrutural, focamos na melhoria da estrutura administrativa das Promotorias de Justiça da Capital e interior, com a mudança da sede da Promotorias de Justiça da Capital para um novo prédio, com capacidade adequada de bem receber os membros, servidores e a sociedade. Criamos ainda o Núcleo de Execução Penal da Capital e das Promotorias de Substituição Plena.

Entregamos para a sociedade as Promotorias de Justiça de Maracaçumé, Pindaré-Mirim, Eugênio Barros. E ainda, em fase de construção e entrega, os prédios da PGJ, Promotorias da Capital, Imperatriz, Colinas, Paço do Lumiar, obras estas que beneficiarão todos os membros e servidores lotados nestas cidades. Alcançamos a melhoria na estrutura de pessoal com a realização de concurso público para os estagiários, além da expansão do quadro de estagiários para o interior do Estado, tendo sido abrangidas as Promotorias de Justiça de Bacabal, Imperatriz, Codó, Caxias, Timon e Balsas.

Temos avançado também na medição de resultados, trabalhando cada vez mais com o uso de indicadores, não só para avaliarmos o nosso desempenho em âmbito administrativo e institucional, como também para orientar nossa atuação à medida que conhecemos melhor a realidade social.

O trabalho desempenhado por todos os membros e servidores, responsáveis diretos pela profícua caminhada do ano de 2014, nos levam a seguir na condução dos rumos do Ministério Público do Estado neste ano de 2015, para alcançarmos novos e melhores resultados, e seguirmos honrando a confiança que a sociedade maranhense deposita em nós.

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça

SUMÁRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	9
A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	11
A Procuradoria Geral de Justiça	12
A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	14
A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	15
O Colégio de Procuradores de Justiça	16
O Conselho Superior do Ministério Público	17
A Corregedoria	18
ÓRGÃOS AUXILIARES	35
Escola Superior do Ministério Público	36
Centros de Apoio Operacionais	38
Da Ouvidoria Geral do Ministério Público	52
Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)	54
Os Órgãos de Assessoramento	56
Comissão de Concursos	59
Promotorias Comunitárias Itinerantes	60
DIRETORIAS	61
Diretoria Geral	62
Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)	66
PROGRAMAS INSTITUCIONAIS	71
Educação de qualidade: direito de todo maranhense	72
Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção	73
Controle e fiscalização dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário do Estado	74
Programa Memória Institucional (PMMP)	75
PROJETOS E CAMPANHAS	77
Campanhas Institucionais	78
COORDENADORIAS / AUDITORIA / CONTROLE INTERNO / ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	85
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	86
Coordenadoria de Folha de Pagamento	90
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	92
Coordenadoria de Serviços Gerais	97
Coordenadoria de Administração	99
Coordenadoria de Comunicação	102
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca	105
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	108
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA (COEA)	110
Chefia de Cerimonial	112
Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)	114
Assessoria de Planejamento (ASPLAN)	115
ANEXOS	117



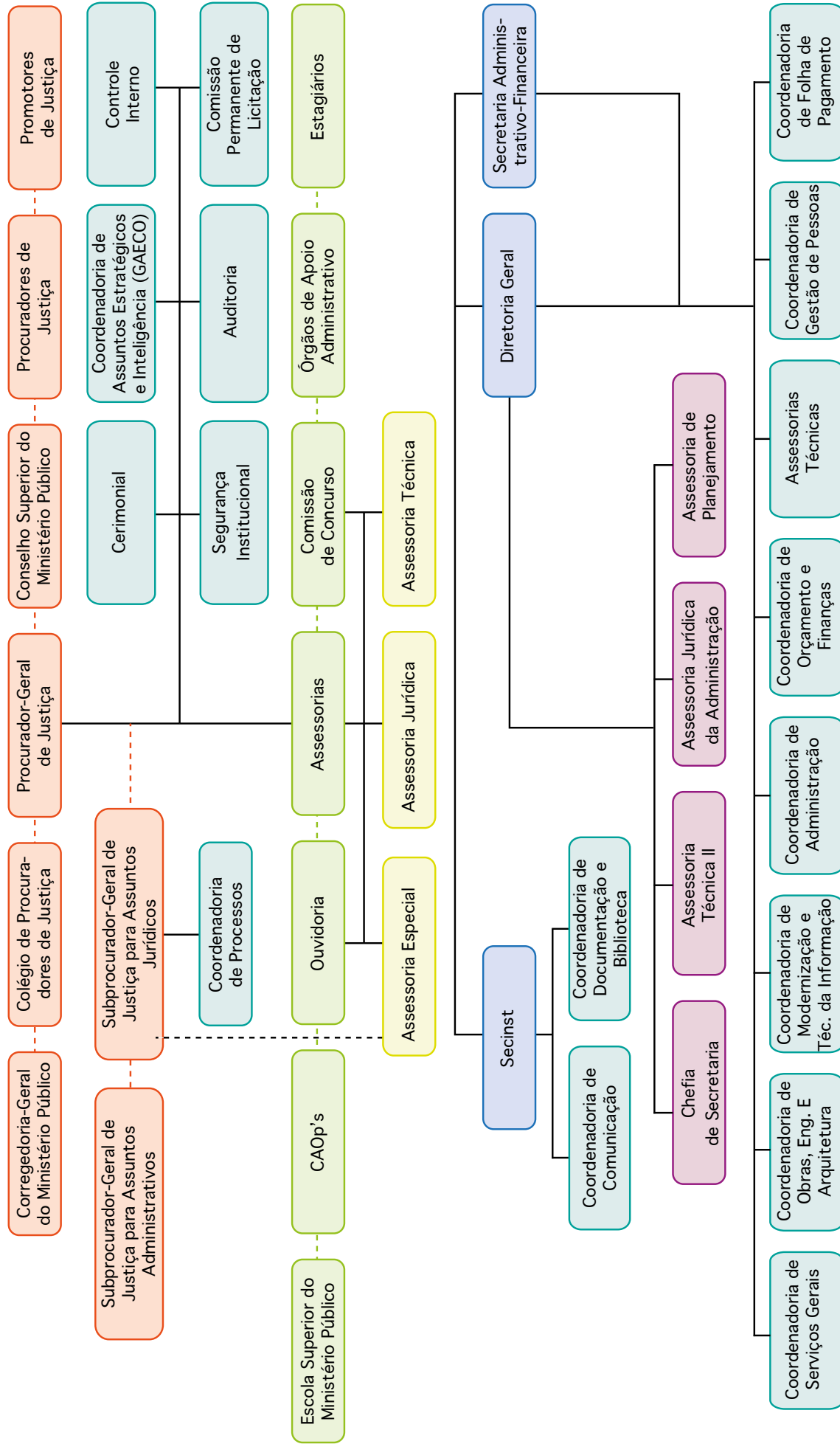
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO MARANHÃO Procuradoria Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

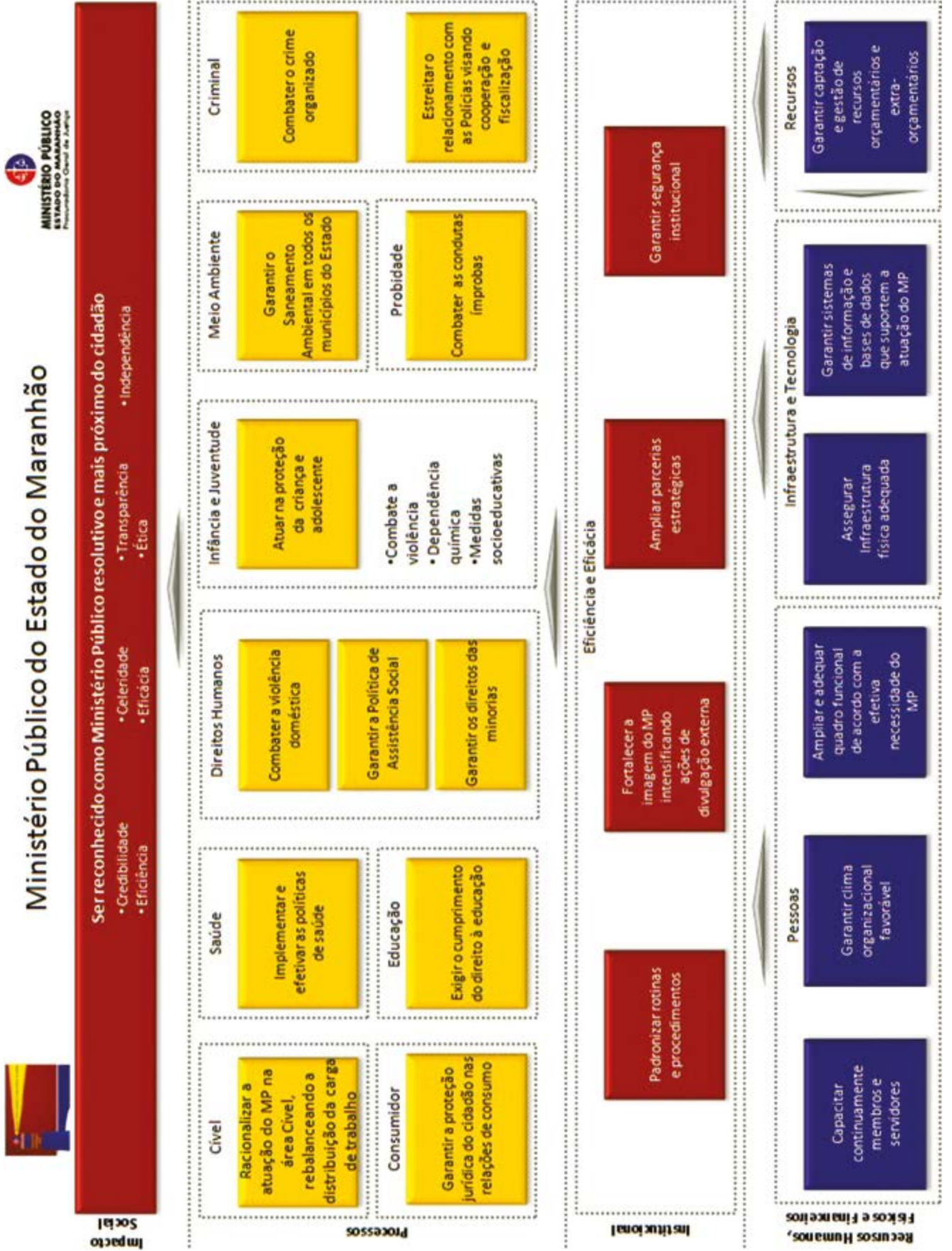
O Ministério Público do Maranhão é o órgão estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Sua organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Federal nº 8.625/95 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (procurador-geral, Conselho Superior, procuradores e promotores de justiça). Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos auxiliares, a Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), os órgãos de apoio técnico e administrativo e os estagiários.

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



* Conforme Ato Regulamentar nº 020/2008, Lei Complementar nº 013/1991, e Ato Regulamentar nº 02/2012, Lei nº 9.688/2012
 Elaboração: Assessoria de Planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão com revisão da Diretoria Geral.





A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Lei Complementar Estadual n. 013/97 definiu a estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.

A Procuradoria Geral de Justiça



Sede Procuradoria Geral de Justiça

É órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao procurador-geral de justiça, nomeado pelo governador do Estado, a partir de lista triíplice formada em eleição pelos membros da Instituição, dentre procuradores e promotores de justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Além das funções de natureza administrativa, o procurador-geral de justiça atua como órgão de execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos juízos de direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

O procurador-geral de justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

Em casos de afastamentos e impedimentos, o procurador-geral de justiça é substituído pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos e pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Administrativos.

O Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

A rotina administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça compreende a emissão de despachos e manifestações em Processos Administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

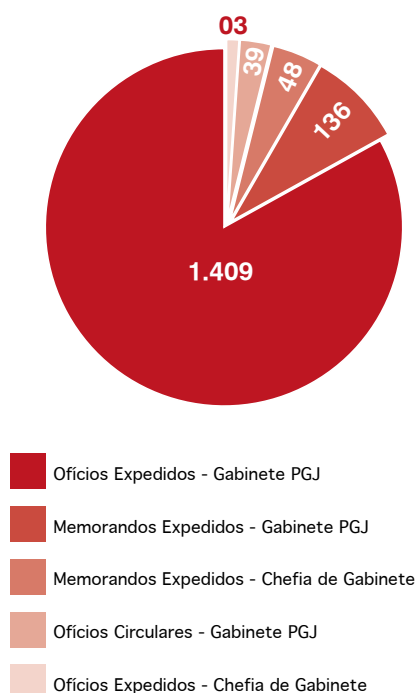
Na sequência, apresentam-se os dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça no ano de 2014:

O gabinete da procuradora-geral de justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Durante o ano de 2014, contou com um quadro de apoio técnico composto de 06 (seis) servidores, lotados consoante Portaria nº. 6951/2014-GPGJ, coordenados pela Promotora de Justiça Sirlei Castro Aires Rodrigues, atualmente investida no cargo de Chefe de Gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio à procuradora-geral de justiça no exercício de suas funções.

PROCESSOS MOVIMENTADOS NO SISTEMA POR SETORES

SETORES	QUANT.
Assessoria Especial	1.811
Assessoria Técnica	31
Assessoria de Comunicação	2
Assessoria de Controle Interno	8
Auditoria Interna	14
Arquivo	936
Biblioteca	21
Comissão Permanente de Licitação	2
Chefia de Cerimonial	275
CAOp Meio Ambiente	4
CAOp Saúde	1
CAOp IJ	1
CAOp Proad	1
CAOp Educação	18
CAOp Direitos Humanos	4
Colégio de Procuradores	3
Corregedoria	761
Coordenadoria de Serviços Gerais	3
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	355
Coordenadoria de Administração	3
Conselho Superior	55
Coordenadoria de Folha de Pagamento	483
Coordenadoria de Distribuição e Recebimento de Processos	4
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	8.235
Coord. Modernização de Tecnologia da Informação	7
Coord. de Obras, Engenharia e Arquitetura	1
Diretoria das Promotorias da Capital	23
Diretoria Geral	270
Escola Superior do Ministério Público	7
Gaeco	95
Ouvidoria	1
Protocolo	31
Procuradores de Justiça	2
Sec. Administrativo-Financeira	8
Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos	78
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	406
Secretaria para Assuntos Institucionais	417
Serviço Médico	17
TOTAL DE PROCESSOS ENCAMINHADOS	14394

OFÍCIOS E MEMORANDOS EXPEDIDOS EM 2014



A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos



A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem, dentre suas principais funções estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº 20/2008, que coordenar os serviços da Assessoria do procurador-geral de justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao procurador-geral de justiça.

INTERPOSIÇÕES DE AÇÕES E RECURSOS

Recurso Extraordinário	01
Recurso Especial	02
Embargos de Declaração	01
Ação Cautelar de Exibição de Documentos, com pedido Liminar	01
Agravo Regimental	07
Ação Direta de Inconstitucionalidade	07
Denúncia	12
Ação Cível Ordinária	04
Reclamação Constitucional	01
TOTAL	36
MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	2.884

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS

Mandado de Segurança	162
Execução de Sentença	05
Conflito de competências	25
Execução de Suspeição	02
Ação Rescisória	05
Reclamação Cível	01
Precatório	3.123
Recurso Especial	08
Recurso Extraordinário	04
Processo Ordinário Constitucional	05
Ação Penal	22
Agravo Regimental	02
Denúncia	01
Procedimento Investigatório	32
Reclamação Disciplinar	02
Ação Direta de Inconstitucionalidade	26
Embargos de Declaração	12
Embargos à Execução	05
Informações em Mandado de Segurança	12
Notícia Crime	04
Embargos Infringentes	04
Representação Criminal	01
Representação para Intervenção no Município	08
Habeas Corpus	04
Restauração de Autos	01
Processo Administrativo Disciplinar	18
Ação Civil Pública	03
Inquérito Policial	04
Agravo de Instrumento	01
Intervenção de Município	42
Agravo em Recurso Especial	02
Execução de Impedimento	01
Execução de Incompetência	01
Termo Circunstanciado de Ocorrência	06
Execução de Título	02
TOTAL	3.556

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



Suas atribuições também alcançam a substituição da procuradora-geral de justiça, na ausência do subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos.

Tem o dever de apreciar os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão na análise e acompanhamento das concessões de adiantamentos disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, manutenção e adaptação de bens móveis e imóveis; caráter sigiloso e para aquisição de material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, observando o Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ.

Convém mencionar, ainda, a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Assim, ao longo do ano de 2014, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho de tais atividades, conforme se apresenta abaixo:

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem um importante papel junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desenvolvimento da política administrativa da Instituição e supervisionando o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público.

ATUAÇÃO DA SUBPROCURADORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

CONCESSÕES DE ADIANTAMENTO 323

OFÍCIOS EXPEDIDOS 265

MEMORANDOS EXPEDIDOS 102

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS MOVIMENTADOS 10.574

SINDICÂNCIAS E PADS 9

O Colégio de Procuradores de Justiça



O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por todos os procuradores de justiça em atividade e presidido pelo procurador-geral e atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Incumbe-lhe, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; propor ao Poder Legislativo a destituição do procurador-geral de justiça; eleger e destituir o corregedor-geral e o ouvidor-geral do Ministério Público; recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

ATUAÇÃO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Nº de Processos Administrativo Disciplinar	1	
Nº resoluções aprovadas	5	
Nº de sessões realizadas	14	
Tramitando	9	Processos
Conhecidos e Julgados	19	
Recursos (julgados)	1	Sindicância
Recursos (tramitando)	2	

Procuradores de Justiça - Membros do Conselho



Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao procurador-geral de justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar promotores de justiça para substituição por convocação na 2ª instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do *Parquet* na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.



O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo procurador-geral de justiça e pelo corregedor-geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco procuradores de justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como órgão da Administração Superior e como órgão de execução.

ATUAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMA

Nº de Sessões realizadas	32
Nº de Editais	73
Promoções	
Entrância Final	2
Entrância Intermediária	21
Permuta	5
Remoções	
Entrância Final	12
Entrância Intermediária	26

A Corregedoria

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.



Cabe-lhe instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao procurador-geral de justiça os processos administrativos disciplinares que incumba a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da Instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

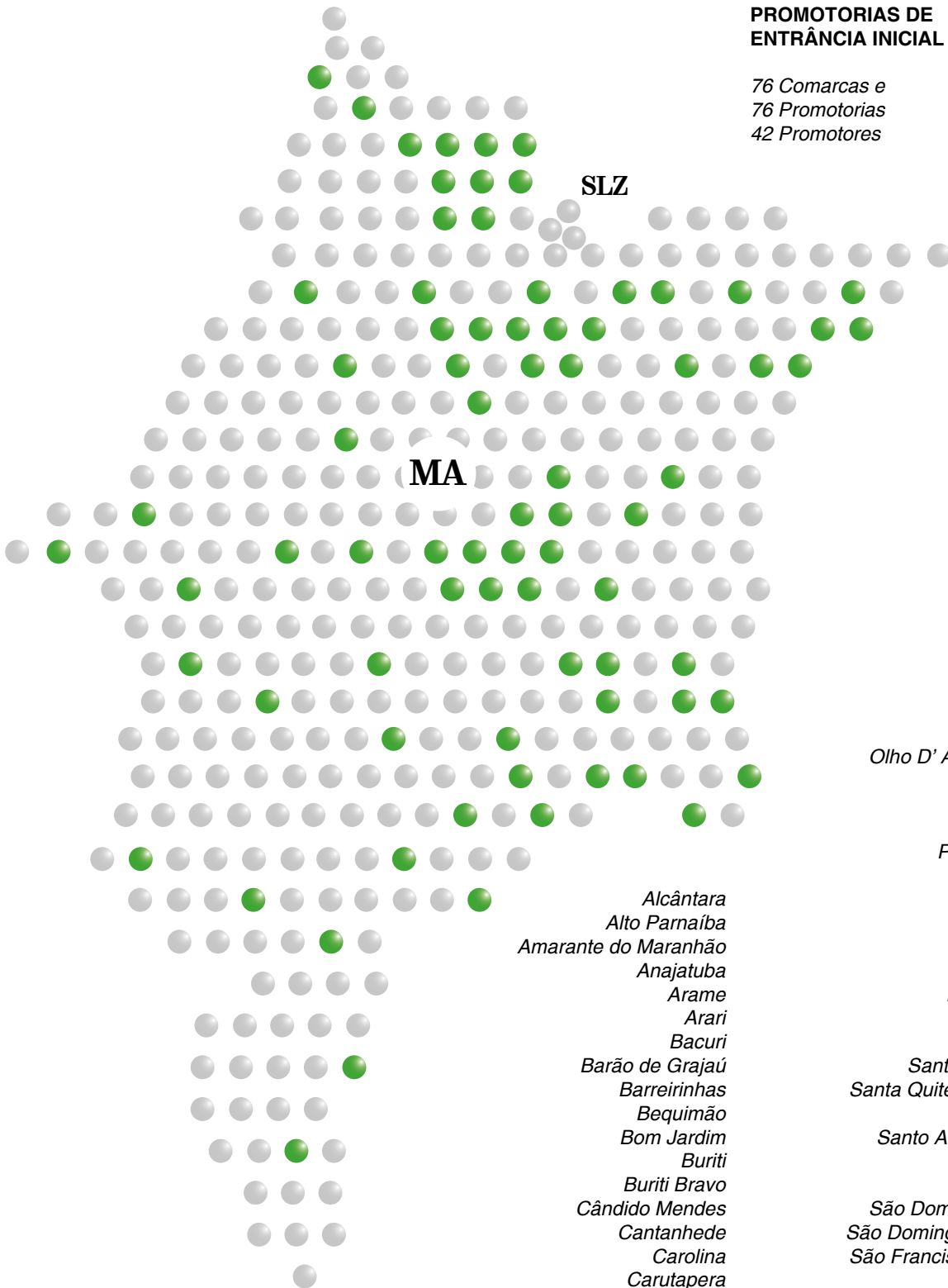
Também deve apresentar ao procurador-geral de justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos Promotores de Justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao procurador-geral de justiça.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS

Correição (1ª Instância)	22
Inspeções (1ª Instância)	74
Pareceres da Assessoria	603
Processos Administrativos	0
Disciplinares	0
Sindicâncias	7
Vitaliciamento	3
Estágio Probatório	3
Recomendações	3
Atos Conjuntos	25
Exercício no Magistério	25
Ofícios Recebidos	932
Ofícios Expedidos	741
Ofícios Circulares	15
Memorandos	607
Processos Administrativos Despachados	1.576
Relatório de Promoção e Remoção	117
Mapas de Produtividade	1.798

**PROMOTORIAS DE
ENTRÂNCIA INICIAL**

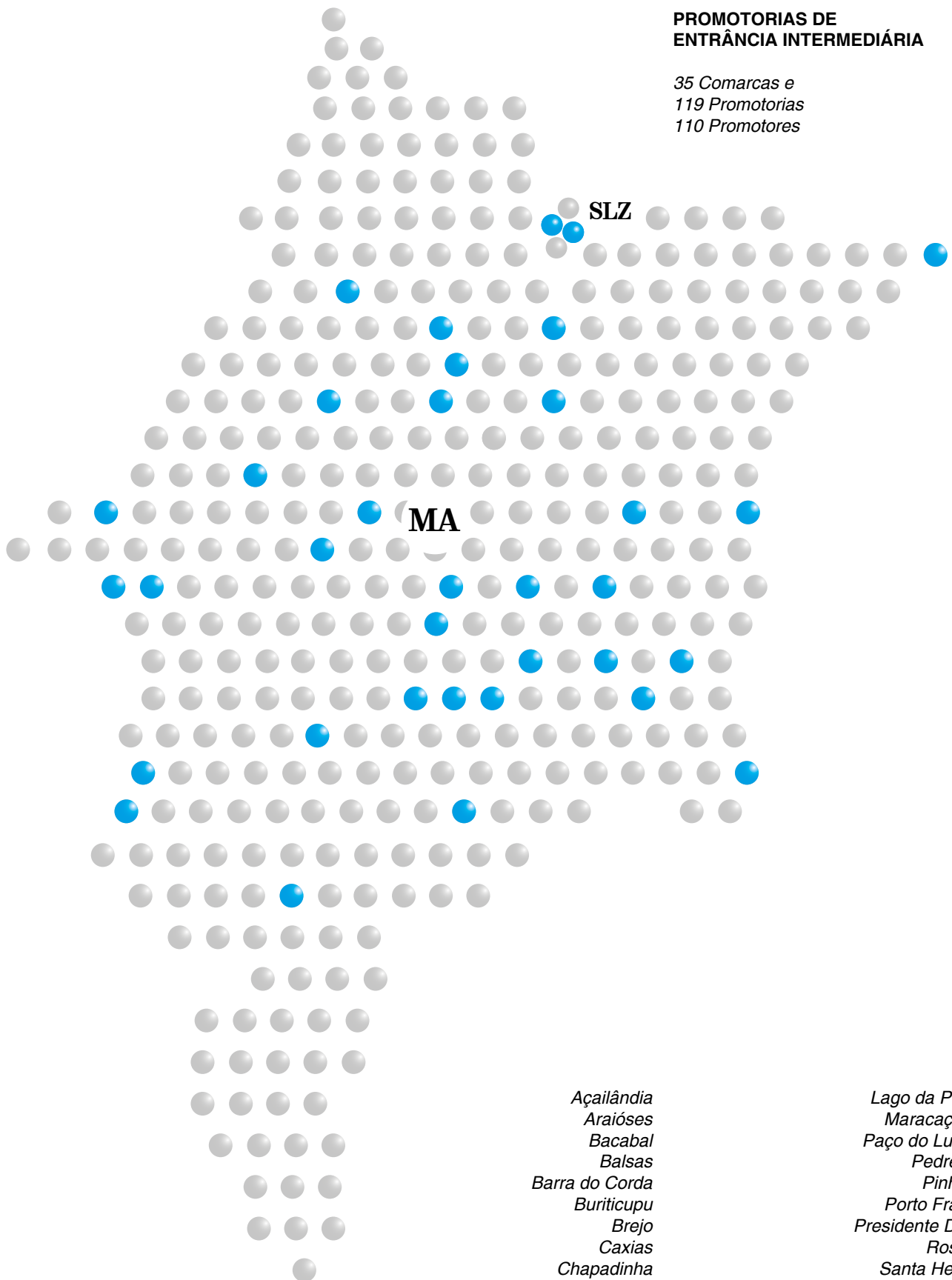
76 Comarcas e
76 Promotorias
42 Promotores



- | | |
|---------------------------|------------------------------|
| | Matões |
| | Mirador |
| | Mirinzal |
| | Monção |
| | Montes Altos |
| | Morros |
| | Olho D' Água das Cunhãs |
| | Olinda Nova |
| | Paraibano |
| | Parnarama |
| | Passagem Franca |
| | Pastos Bons |
| | Paulo Ramos |
| | Penalva |
| | Pindaré |
| | Pio XII |
| | Poção de Pedras |
| | Raposa |
| | Riachão |
| | Santa Luzia do Paruá |
| | Santa Quitéria do Maranhão |
| | Santa Rita |
| | Santo Antônio dos Lopes |
| | São Bento |
| | São Bernardo |
| | São Domingos do Azeitão |
| | São Domingos do Maranhão |
| | São Francisco do Maranhão |
| | São João Batista |
| | São João do Patos |
| | São Luís Gonzaga |
| | São Mateus do Maranhão |
| | São Raimundo das Mangabeiras |
| | São Pedro da Água Branca |
| | São Vicente de Férrer |
| | Senador La Roque |
| | Sucupira do Norte |
| | Tasso Fragoso |
| | Timbiras |
| | Turiaçu |
| | Tutóia |
| | Urbano Santos |
| | Vargem Grande |
| | Vitória do Mearim |
| Alcântara | |
| Alto Parnaíba | |
| Amarante do Maranhão | |
| Anajatuba | |
| Arame | |
| Arari | |
| Bacuri | |
| Barão de Grajaú | |
| Barreirinhas | |
| Bequimão | |
| Bom Jardim | |
| Buriti | |
| Buriti Bravo | |
| Cândido Mendes | |
| Cantanhede | |
| Carolina | |
| Carutapera | |
| Cedral | |
| Cururupu | |
| Dom Pedro | |
| Esperantinópolis | |
| Governador Eugênio Barros | |
| Governador Nunes Freire | |
| Guimarães | |
| Huberto de Campos | |
| Icatú | |
| Igarapé Grande | |
| Itinga do Maranhão | |
| Joselândia | |
| Loreto | |
| Magalhães de Almeida | |
| Matinha | |

**PROMOTORIAS DE
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA**

*35 Comarcas e
119 Promotorias
110 Promotores*

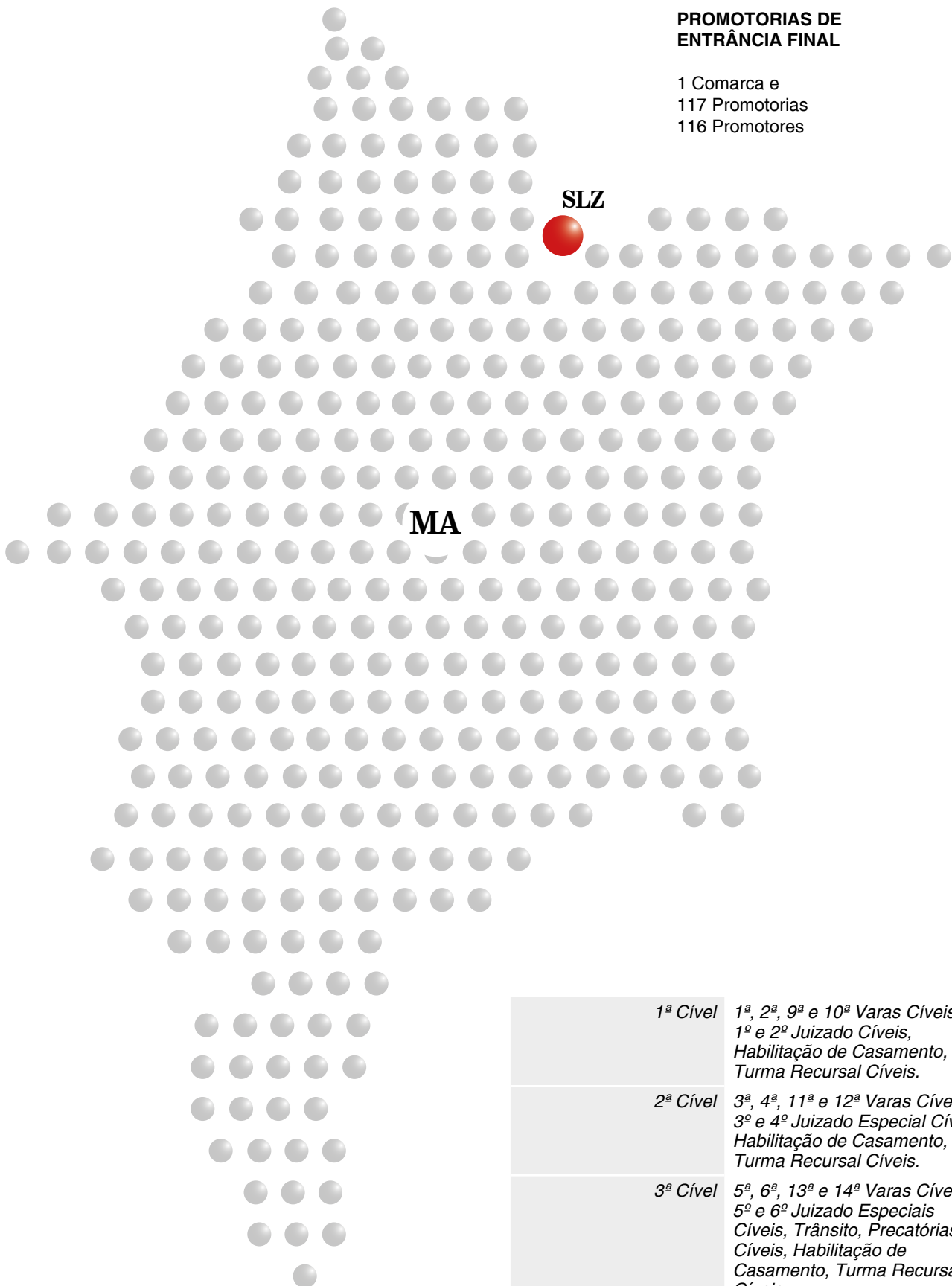


Açailândia
Araíóses
Bacabal
Balsas
Barra do Corda
Buriticupu
Brejo
Caxias
Chapadinha
Codó
Coelho Neto
Colinas
Coroatá
Estreito
Grajaú
Imperatriz
Itapecuru-Mirim
João Lisboa

Lago da Pedra
Maracaçumé
Paço do Lumiar
Pedreiras
Pinheiro
Porto Franco
Presidente Dutra
Rosário
Santa Helena
Santa Inês
Santa Luzia
São José de Ribamar
Timon
Tuntum
Viana
Vitorino Freire
Zé Doca

PROMOTORIAS DE ENTRÂNCIA FINAL

1 Comarca e
117 Promotorias
116 Promotores



1ª Cível	<i>1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.</i>
2ª Cível	<i>3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.</i>
3ª Cível	<i>5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Trânsito, Precatórias Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.</i>
4ª Cível	<i>7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, Precatórias, Família, Turma Recursal.</i>
5ª Cível	<i>1º Promotor da Fazenda Pública, 1ª e 6ª Vara da Fazenda Pública, 11º Juizado Especial Cível.</i>

6ª Cível	2º Promotor da Fazenda Pública, 2ª e 7ª Vara Fazenda Pública, 12º Juizado Especial Cível.
7ª Cível	3º Promotor da Fazenda Pública, 3ª e 8ª Vara da Fazenda Pública, 13º Juizado Especial Cível.
8ª Cível	4º Promotor da Fazenda Pública, 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Especial Cível.
9ª Cível	5º Promotor da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda Pública.
10ª Cível	1º Promotor de Interdição, Tutela e Ausência, 1ª Vara de Interdição.
11ª Cível	1º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
12ª Cível	2º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
13ª Cível	3º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
14ª Cível	4º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
15ª Cível	5º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
16ª Cível	6º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
17ª Cível	7º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
18ª Cível	8º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
19ª Cível	9º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
20ª Cível	10º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
21ª Cível	11º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
22ª Cível	12º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
23ª Cível	13º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.

24ª Cível	14º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.
1ª a 14ª Criminais	Varas Criminais
15ª a 17ª Criminais	1º ao 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal
18ª Criminal	18º Promotor de Justiça Criminal
19ª a 22ª Criminais	1ª e 2ª Varas de Entorpecentes
23ª a 26ª Criminais	Tribunal do Júri
27ª a 30ª Criminal	Varas do Tribunal do Júri, Sentença de Pronúncia
31ª a 34ª Criminal	Varas de Execuções Criminais, Fiscalização de Presídios, Casas de Detenção e Custódia e Casas de Albergados.
1ª e 2ª Especializada	Fundações de Interesse Social
3ª Especializada	Registro Público e de Massas Falidas
4ª e 5ª Especializada	Defesa da Educação
6ª Especializada	Justiça Militar
7ª e 8ª Especializadas	Meio Ambiente
9ª e 10ª Especializadas	Defesa do Consumidor
11ª Especializada	Defesa dos Direitos Humanos
12ª e 13ª Especializada	Itinerante
14ª e 15ª Especializada	Defesa da Pessoa com Deficiência
16ª e 17ª Especializada	Defesa do Idoso
18ª a 20ª Especializadas	Defesa da Saúde
21ª e 22ª Especializadas	Defesa da Mulher
23ª a 25ª Especializadas	Controle Externo da Atividade Policial
26ª e 27ª Especializadas	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
28ª a 31ª Especializadas	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
32ª a 37ª Especializadas	Defesa da Infância e Juventude
38ª e 39ª Especializadas	Conflitos Agrários
1ª e 20ª Substituição Plena	Substituição Plena

As Procuradorias de Justiça



As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, composta por Procuradores de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

Em cada Câmara dos Tribunais de Justiça funciona uma Procuradoria de Justiça, bem como no Tribunal de Contas, sendo obrigatória a presença de procurador de justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

Os procuradores de justiça exercem inspeção permanente nos serviços dos promotores de justiça nos autos em que oficiem, cabendo-lhes remeter seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Incumbe às Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se para fixar orientação sobre questões jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as à Procuradoria Geral de Justiça.

COMPARATIVO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CIVEIS

Ano	Saldo Ano Anterior	Recebidos no período	Devolvidos com parecer	Saldo Final	Sessões
2010	296	8.854	8.685	465	202
2011	465	10.347	10.383	429	191
2012	429	13.541	12.946	1.024	194
2013	1.024	17.291	17.952	363	244
2014	361	18.520	18.522	359	266

ATIVIDADE PROCESSUAL DOS MEMBROS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS

Procurador (a)	Proc. Rec.	Proc. Dev.	Mandado de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
José Antonio Oliveira Bents	660	754	16	123	464	28	29
Domingas Froz Gomes	1257	1306	18	143	696	40	360
Terezinha A. Guerreiro	1032	1042	19	147	764	54	48
Marco Antonio A. Guerreiro	920	908	16	119	685	60	43
Raimundo Nonato de C. Filho	743	743	20	103	523	32	65
Clodenilza Ribeiro Ferreira	620	616	19	79	457	26	39
Sandra Lúcia A. Elouf	814	808	22	92	628	40	32
Eduardo Daniel Pereira Filho	693	692	20	82	513	42	36
Iracy Martins Figueiredo	713	713	14	117	529	32	21
Ana Lúcia de Melo Moraes	790	788	4	129	562	58	27
Themis Maria P. de Carvalho	818	813	15	141	606	27	29
Mariléia Campos S. Costa	772	775	16	127	565	39	25
José Henrique Moreira	857	827	15	104	639	19	80
Francisco Barros de Sousa	459	459	13	92	319	16	19
Cezar Queiroz Ribeiro	857	827	23	165	777	57	426
Paulo Roberto R. Saldanha	1014	997	23	169	721	56	45
Teodoro Peres Neto	1514	1550	20	215	1.084	75	146
Sâmara Ascar Sauaia	1567	1567	20	232	1.172	81	62
Joaquim Henrique Lobato	1803	1700	18	251	1.170	81	283

COMPARATIVO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS

Ano	Saldo Ano Anterior	Recebidos no período	Devolvidos com parecer	Saldo Final	Sessões
2010	64	3.366	3.385	45	157
2011	45	3.572	3.553	64	148
2012	64	4.860	4.807	117	162
2013	117	4.556	4.645	28	156
2014	25	4.672	4.680	17	150

ATIVIDADE PROCESSUAL DOS MEMBROS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS 2014

Procurador (a)	Proc. Rec.	Proc. Dev.	Habeas Corpus	Apelação Criminal	Recurso Sentido Estricto	Outros
Maria dos Remédios F. Serra	136	145	28	68	13	27
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	849	858	279	367	86	117
Suamy Vivekananda Meireles						
Selene Coelho de Lacerda	417	417	147	183	35	52
Regina Lúcia de A. Rocha						
Lígia Maria da S. Cavalcanti	136	136	71	36	13	16
Krishnamurti Lopes M. França	449	447	167	177	42	63
Regina Maria da Costa Leite	481	478	177	190	49	65
Flávia Teresa de V. Vieira	560	558	242	196	51	71
Maria Luíza R. M. Cutrim	451	451	182	74	38	57
Maria de Fátima R. T. Cordeiro	730	727	275	311	72	72
Rita de Cássia Maia Baptista	463	463	200	167	37	59



As Promotorias de Justiça

São órgãos de administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do procurador-geral de justiça e exercidas por promotores de justiça para o desempenho das funções institucionais do Parquet nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, entre outras.

Estatística anual da atuação Ministerial do 1º grau

Dados apurados do Sistema de Informação do Ministério Público do Estado do Maranhão (SIMP), relativos ao 2º semestre de 2014, nas Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz e Timon.

EXTRAJUDICIAL - INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição De Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Controle Externo da Atividade Policial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	0	0	0	0	2	0	4	0	0	64	10
Direito do Consumidor	0	0	0	0	4	0	0	0	8	4	0
Direito Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Domínio Público	0	0	0	0	6	0	4	0	0	90	0
Educação	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	22	0	76	2	0	78	0
Licitações	0	0	0	0	2	0	0	0	0	20	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	12	0	32	2	0	164	0
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	2	0	18	0	0	130	2
Patrimônio Público	0	0	0	0	2	0	10	0	0	102	0
Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa com Deficiência	0	0	0	0	0	0	2	0	0	112	2
Repasso Verbas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Repasso Verbas SUS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	0	0	0	0	2	0	4	0	0	36	0
Saúde	0	0	0	0	8	0	2	0	4	200	0
Servidor Público	0	0	0	0	0	0	4	0	0	8	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	14	0	30	0	0	300	8

EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	0	0	0	0	0		2	0	0	12	0
Controle Externo da Atividade Policial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	0	0	0	0	4	0	2	0	0	32	0
Direito do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	0	18	0	0	4	2
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	2
Patrimônio Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa com Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	0	0	0	0	6	0	4	0	0	12	2
Servidor Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	0	4	0	2	36	2

EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP
(PEÇAS DE INFORMAÇÃO – PIC)

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS	
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento
Concussão	0	0	0	0	0	0
Corrupção Ativa	0	0	0	0	0	0
Corrupção Passiva	0	0	0	0	0	2
Crimes contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	0	0
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidade	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados por Particular Contra Administração em Geral	0	0	0	0	0	0
Peculato	0	0	0	0	0	0
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	0	0	0	0	0	0
Trafico de Pessoas e Correlatos	0	0	0	0	8	8
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	0

CÍVEL – PROCESSOS CÍVEIS

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Agentes Políticos	0	0	0	0	0	42	0	4	0	0	2	2	0	0
Atos Administrativos, Exceto Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	156	16	16	12	0	0	22	0	0
Direito do Consumidor	0	0	0	0	2	62		4	6	0	0	4	0	0
Direito Processual Civil e do Trabalho	0	0	0	0	0	1676	4	22	218	14	6	28	0	0
Ensino Superior, Ensino Fundamental e Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Constitucionais	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	84	14	14	2	0	0	22	0	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	42	2	0	4	0	0	0	0	0
Militar	0	0	0	0	0	80	0	0	4	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	0	10	0	2	0	2	0	2	0	0
Patrimônio Público	0	0	0	0	0	530	0	2	14	8	10	0	0	0
Recursos Minerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade da Administração	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	0	0	0	0	0	146	0	12	12	0	0	10	0	0
Servidor Público Civil	0	0	0	0	0	426	0	0	2	2	0	0	0	0
Sistema Nacional do Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	7596	38	8	1622	84	66	34	0	0

CÍVEL – INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS								
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Remissão ECA	Representação por Ato Infracional	Requerimento de Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência de Apresentação de Adolescente Infrator	
Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	6	
Contra a Família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Fé Pública	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	
Contra a Honra	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	
Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	
Contra a Inviolabilidade de Domicílio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Liberdade Pessoal	0	0	0	0	18	10	0	2	0	0	2	4	
Contra a Paz Pública	0	0	0	0	0	16	0	2	0	0	2	2	
Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Vida	0	0	0	0	0	54	0	22	0	2	4	22	
Contra a Patrimônio	0	0	0	0	52	364	0	52	6	2	10	138	
Contra o Sentimento Religioso contra o Respeito aos Mortos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	0	28	0	4	2	0	2	12	
Contravenções Penais	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
Lesões Corporais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Medidas Socioeducativas	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	4	0	
Periclituação da Vida e da Saúde e Rixa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Previsto na Legislação Extravagante	0	0	0	0	52	104	0	16	2	8	14	42	
Demais Assuntos	0	0	0	0	30	94	0	16	4	2	4	36	

CÍVEL – INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1º Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Alimentos	0	0	0	0	0	80		0	8	0	2	0	0	0
Adoção	0	0	0	0	0	70	0	0	6	0	0	2	0	0
Guarda	0	0	0	0	0	178	0	0	50	0	2	0	0	0
Demais Classes	0	0	0	0	14	1212	6	16	160	10	14	32	0	0

CRIMINAL - TERMOS CIRCUNSTANCIADOS

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS			
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento com Remessa ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: Denúncias Escrita e Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	8	0	2	6
Crimes Contra a Administração Pública	0	0	0	0	188	28	6	28
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	14	2	0	4
Crimes Contra a Economia Popular	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Fé Pública	0	0	0	0	6	4	0	2
Crimes Contra a Honra	0	0	0	0	228	16	4	18
Crimes Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	0	0	0	4	4	4	4
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Vida	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	16	0	0	0
Crimes Contra Relações de Consumo	0	0	0	0	32	0	4	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	0	0	0	0	90	12	2	10
Crimes Contra o Patrimônio	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	0	0	0	20	4	2	2
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	0	0	0	0	0	0	2
Crimes de Trânsito	0	0	0	0	72	0	6	24
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	0	0	0	2	0	2	0
Crimes Eleitorais	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados Contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	0	0	0	0	18	0	2	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	0	0	0	0	346	30	12	56
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	596	64	16	106

CRIMINAL – INQUÉRITO POLICIAL

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS				
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa de Inquérito Policial: com Diligências, sem Diligências e Diligências	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento com Remessa ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: Denúncias, Escrita; e Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	20	22	0	6	8
Crimes Contra a Administração Pública	0	0	0	0	20	44	0	4	22
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	148	108	0	18	92
Crimes Contra a Economia Popular	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Crimes Contra a Fé Pública	0	0	0	0	92	48	0	16	62
Crimes Contra a Honra	0	0	0	0	84	72	0	22	106
Crimes Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	6	8	0	4	6
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	20	2	0	2	2
Crimes Contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	6	8	0	8	2
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	0	0	0	44	74	0	10	76
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Vida	0	0	0	0	224	586	0	150	228
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Relações de Consumo	0	0	0	0	24	28	0	4	20
Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	0	0	0	0	76	126	0	2	2
Crimes Contra o Patrimônio	0	0	0	0	774	810	0	304	1182
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	0	0	0	0	4	0	2	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	8	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	0	0	0	0	4	2	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	0	0	0	46	204	0	2	608
Crimes de Trânsito	0	0	0	0	236	186	0	204	150
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	0	0	0	160	150	0	16	424
Crimes Eleitorais	0	0	0	0	8	0	0	4	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	0	0	22	34	0	4	30
Crimes previsto no Estatuto do Idoso	0	0	0	0	0	28	0	0	6
Crimes resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	0	0	0	0	328	214	0	34	292
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	0	0	0	0	14	34	0	4	56
Demais Assuntos	0	0	0	0	678	966	0	248	732

CRIMINAL – PROCESSOS CRIMINAIS

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Alegações Finais	Requerimento de Medida Protetiva	Proposta de Suspensão Condicional do Processo	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	12	8	0	0	6	2	6	0	0	0
Crimes Contra a Administração Pública	0	0	0	0	38	56	0	2	36	6	12	22	0	0
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	126	52	0	0	24	0	4	32	0	0
Crimes Contra a Economia Popular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Fé Pública	0	0	0	0	64	42	0	0	40	4	16	18	0	0
Crimes Contra a Honra	0	0	0	0	68	16	0	0	10	0	4	8	0	0
Crimes Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	4	6	0	0	2	4	2	2	0	0
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	26	4	0	0	0	0	0	4	0	0
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	0	0	0	118	58	0	0	46	10	4	66	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	2	0	0	0
Crimes Contra a Vida	0	0	0	0	800	204	0	2	10		8	278	0	0
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Relações de Consumo	0	0	0	0	18	0	0	0	2	0	0	4	0	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	0	0	0	0	26	10	0	2	0	0	0	4	0	0
Crimes Contra o Patrimônio	0	0	0	0	1306	1118	0	18	738	64	146	632	0	0
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	0	4	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	6	2	0	0	0	0	0	4	0	0
Crimes de Tortura	0	0	0	0	8	2	0	0	2	0	0	2	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	0	0	0	244	314	0	0	316	84	52	418	0	0
Crimes de Trânsito	0	0	0	0	122	66	0	36	16	2	10	22	0	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	0	0	0	200	356	0	2	208	18	46	160	0	0
Crimes Eleitorais	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados Contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	0	0	26	14	0	0	2	0	0	6	0	0
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	0	0	0	0	4	4	0	2	2	0	0	0	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	0	0	0	0	252	98	0	2	62	0	10	36	0	0
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	0	0	0	0	28	42	0	0	4	0	0	2	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	1060	624	0	16	370	48	50	398	0	0

CRIMINAL – EXECUÇÃO PENAL

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS							
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores	
Anistia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Comutação de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Conversão de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Excesso ou Desvio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Indulto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Superveniência de Doença Mental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Transferência entre Estabelecimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unificação de Penas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Demais Assuntos	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	0	

CRIMINAL – ELEITORAL

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS									
	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplicas Contestação	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplicas Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Administração da Justiça Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alistamento Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diplomação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eleições	0	0	0	0	92	0	0	6	10	0	12	10	0	0
Direitos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Processuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Plebiscito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requerimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

ATENDIMENTO	2794
NOTÍCIA DE FATO	3725
ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	
Audiência Pública Participante	25
Participação em Grupo de Trabalho / Comissões	7
Representação Institucional em Evento	32
Representação Institucional em Órgão Colegiado	0
Representação Institucional em Palestra como Palestrante / Debatedor	6
Representação Institucional em Projeto	1
Reunião	274

Estatística anual da atuação Ministerial do 1º grau MATÉRIA CRIMINAL

A tabela não contempla os dados das Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz e Timon, no 2º semestre de 2014, devido a implantação do SIMP.

INQUÉRITOS POLICIAIS E TERMOS CIRCUNSTÂNCIADOS

CRIMES	Recebidos / Instaurados	Despachados	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido	Transações penais	Arquivados	Denúncias oferecidas	Baixados para diligências
ABORTO	2	3	0	0	0	0	2	1
HOMICÍDIO DOLOSO	2776	2534	2	714	0	228	868	1552
HOMICÍDIO CULPOSO	205	190	0	27	2	25	64	80
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	153	130	2	12	0	11	144	13
ORDEM TRIBUTÁRIA	314	294	0	40		40	8	164
ORDEM ECONÔMICA	9	9	0	2	0	1	2	7
TORTURA	8	8	0	0	0	0	3	5
MEIO AMBIENTE	497	477	5	55	19	74	106	156
CRIANÇA E ADOLESCENTE	457	419	0	21	1	32	152	162
CONSUMIDOR	64	64	0	0	4	2	24	18
MILITARES	90	71	0	31	0	4	35	20
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	18	19	0	7	0	1	6	11
ESTUPRO	739	702	6	111	1	57	412	252
ESTELIONATO	331	334	26	92	0	33	92	196
FURTO	1700	1484	21	403	4	137	853	482
EXTORSÃO	15	12	0	1	0	0	9	5
RACISMO	15	12	0	1	0	0	9	5
RECEPTAÇÃO	285	262	4	47	0	19	189	71
ROUBO	1848	1735	21	441	1	113	1163	456
LESÃO CORPORAL	911	868	5	183	6	69	391	352
RESPONSABILIDADE	24	28	0	3	0	3	47	2
CÓDIGO DE TRÂNSITO	1397	1307	19	341	23	159	565	505
ENTORPECENTES	1367	1297	0	150	2	24	991	171
ELEITORAL	152	149	0	15	0	7	71	46
IMPrensa	0	0	0	0	0	0	0	0
LICITAÇÃO	24	23	0	1	0	1	42	0
PORTE DE ARMA	1135	1087	11	183	3	35	878	228
LEI MARIA DA PENHA	3365	3157	3	151		170	1517	1396
SAÚDE	237	232	0	29	1	7	45	29
OUTROS CRIMES	2988	2880	19	525	42	295	836	1365

AUDIÊNCIAS	
Judiciais	953
Extrajudiciais	8
EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE	
Prescrição	288
Decadência	22
Outras causas	174
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
Instaurados	17
Concluídos	7
Andamento	22
ATENDIMENTO CRIMINAL	223

INQUÉRITOS POLICIAIS E TERMOS CIRCUNSTÂNCIADOS

CRIMES	Recebidos/Instaurados	Despachados	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido	Suspensão do processo	Alegações Finais	Aditamento	Recursos	Contrarrazões	Absoluções de acordo	Absoluções contrárias ao pedido	Condenações em atendimento parcial pedido	Condenações Conforme pedido	Extinção de Punibilidade		
														Prescrição	Decadência	Outras causas
ABORTO	8	8	0	2	0	2	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0
HOMICÍDIO DOLOSO	3328	3256	1	439	54	530	62	24	317	16	14	5	66	39	1	94
HOMICÍDIO CULPOSO	112	109	0	7	0	22	6	1	5	2	1	1	3	3	1	3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	106	105	0	18	0	39	0	3	15	0	0	0	2	8	0	2
ORDEM TRIBUTÁRIA	47	50	0	2	1	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	4
TORTURA	8	8	0	1	0	5	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
MEIO AMBIENTE	228	209	1	41	1	12	3	0	1	1	0	0	7	177	0	15
INFÂNCIA E JUVENTUDE	502	505	3	22	0	48	1	9	11	0	0	2	1	1	0	8
CONSUMIDOR	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MILITARES	214	231	16	54	0	34	1	1	2	6	1	3	26	6	0	3
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	40	35	0	11	0	10	1	1	4	0	0	0	6	1	0	2
ESTUPRO	583	551	2	66	1	184	14	0	52	3	2	1	25	2	0	9
ESTELIONATO	191	175	0	42	3	47	7	0	13	2	0	1	22	8	1	14
FURTO	1313	1321	7	220	12	346	30	13	45	13	5	5	58	38	3	68
EXTORSÃO	19	17	0	7	0	8	0	0	6	0	0	0	1	0	0	0
RACISMO	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RECEPTAÇÃO	242	243	0	31	6	43	3	2	4	2	0	3	6	3	0	17
ROUBO	2239	2216	18	553	4	600	36	30	202	25	10	11	150	16	0	89
LESÃO CORPORAL	473	452	1	39	11	88	29	4	14	3	1	1	22	19	0	49
RESPONSABILIDADE	39	37	0	3	0	8	3	0	4	0	0	0	2	4	0	0
CÓDIGO DE TRÂNSITO	498	468	0	61	21	95	18	1	8	5	8	0	20	10	0	66
ENTORPECENTES	2019	2002	0	182	7	526	15	44	196	32	26	33	179	19	0	42
ELEITORAL	40	41	0	6	1	3	0	0	1	0	1	0	0	0	0	4
IMPrensa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LICITAÇÃO	18	18	0	0	0	9	1	0	2	0	0	0	2	0	0	1
LEI MARIA DA PENHA	2305	2096	0	69	73	243	27	8	22	10	5	3	72	39	1	72
PORTE DE ARMA	791	796	3	132	17	266	11	5	35	5	3	0	77	21	1	42
OUTROS CRIMES	2755	3194	6	318	32	312	107	13	91	33	34	4	85	41	15	141
SAÚDE	13	40	0	3	0	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1

TRIBUNAL DE JÚRI	Absoluções requeridas pelo Ministério Público	Absoluções Não requeridas pelo Ministério Público	Condenações	Contrarrazões do Ministério Público	Sessões	Recursos do Ministério Público	Outras Manifestações
	70	31	242	46	363	27	362

EXECUÇÃO PENAL	Autorização de saída	Extinção de pena	Incidentes da execução	Livramento condicional	Penas alternativas	Recursos do Ministério Público	Progressão de regime de cumprimento de pena	Remissão	Sursis	Outras Manifestações
	1127	883	208	252	25	77	1361	815	31	7835

PARECERES E REQUERIMENTOS	Habeas-corpus	Liberdade provisória	Relaxamento de prisão em flagrante	Prisão preventiva	Prisão temporária	Outras manifestações
	69	1773	941	2681	230	13056

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e outros	Procedimentos investigativos instaurados	Procedimentos investigativos concluídos	Procedimentos investigativos em andamento	Recomendações expedidas	Denúncias oferecidas	Ações penais julgadas procedentes	Ações penais julgadas improcedentes	Requerimento de instauração de inquéritos policiais	Repreensões recebidas	Inquéritos civis instaurados	Ações civis Públicas	Pedidos procedentes
	688	68	12	986	31	55	6	1	504	74	5	9	1

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	Termos circunstanciados recebidos	Audiências realizadas	Absoluções	Arquivamentos	Condenações	Composições civis homologadas	Denúncias oferecidas	Extinção da punibilidade	Pareceres	Recursos do Ministério Público	Suspensão do Processo	Tranções penais	Outras manifestações
	6028	5854	36	999	31	593	661	1086	2345	21	81	918	2504

INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	Instaurados	Arquivados sem ajustamento de conduta	Arquivados com ajustamento de conduta	Ações civis ajuizadas	Saldo com prazo vencido	Saldo com prazo vencido
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	228	158	7	283	22	274
MEIO AMBIENTE	85	4	0	51	1	0
SAÚDE	59	21	3	59	1	52
CONSUMIDOR	8	9	0	2	23	0
OUTROS	331	10	57	53	0	184

PROCESSOS	Recebidos	Despachados com prazo vencido	Despachados sem prazo vencido	Saldo	Julgamentos procedentes conforme parecer	Julgamentos parciais aos pedidos	Improcedência contrária
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1394	188	1217	60	34	40	31
MEIO AMBIENTE	180	26	155	20	2	1	0
SAÚDE	289	16	255	8	74	13	1
CONSUMIDOR	20	2	16	0	5	0	0
OUTROS	14215	1069	12804	2233	1771	81	75

AÇÕES PROPOSTAS	
Interdição	427
Alimentos	4629
Investigação de paternidade	1008
Outras	3351
PARECERES E REQUERIMENTOS	
Adoção	629
Ação popular	84
Alimentos	9138
Alvarás	1529
Curatelas	1742
Divórcios	3773
Eleitoral	1784
Falências e concordatas	1
Guarda e Responsabilidade	1799
Fazenda Pública	1936
Habilitação de casamento	3713
Homologação de acordo	1541
Inventário	445
Investigação de paternidade	3257
Mandado de Segurança	1062
Posse propriedades	151
Processo cautelar	106
Processo execução	3837
Registro público	7868
Responsabilidade civil	354
Separação	137
Sucessões	40
Suprimento judicial	133
União estável	983
Outros assuntos	6821

RECURSOS	
Apelação – Razões	348
Apelação – Contrarrazões	105
Agravo – Razões	58
Agravo – Contrarrazões	49
Outros recursos e contrarrazões do MP	87
AUDIÊNCIAS	
Judiciais	25081
Extrajudiciais	3055
Atendimento ao público	24808



ÓRGÃOS AUXILIARES

Escola Superior do Ministério Público



A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar da Administração Superior e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

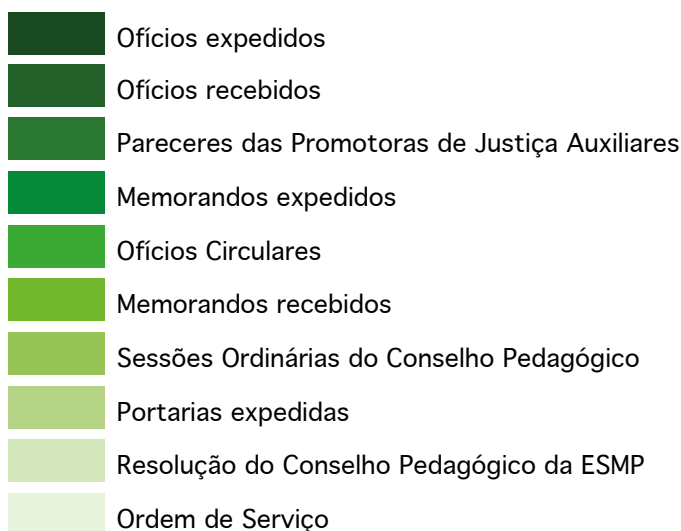
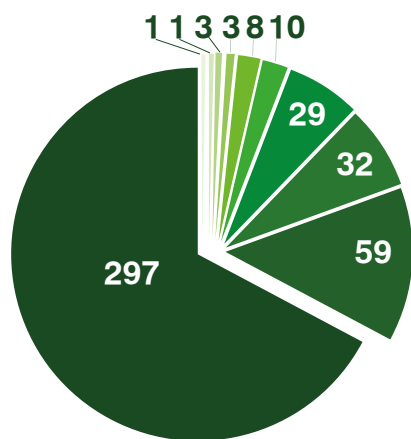


A direção da Escola Superior do Ministério Público é exercida, preferencialmente, por Membro nomeado pelo procurador-geral de justiça, mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público a participação em curso realizado ou reconhecido pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, IV, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

Por sua vez, a aferição do merecimento do membro do Ministério Público levará em consideração a frequência e aproveitamento nos cursos realizados ou reconhecidos pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, II, c, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS



Atividades de Capacitação

Curso de vitaliciamento (carga horária total: 116 h), ministrado a 04 promotores de justiça.

Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais, em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, com defesa de monografia e recebimento de certificado. Capacitados: 05 Promotores de justiça e 15 servidores.

Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais, sem defesa de monografia, com declaração das disciplinas cursadas. Capacitados: 02 promotores de justiça e 03 servidores.

Curso de Gerenciamento de Crises (carga horária: 15h). Capacitados: 34 promotores de justiça e 12 convidados.

Curso de Atualização em Direito Eleitoral, em parceria com a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM (carga horária: 08h). Capacitados: 59 promotores de justiça.

Curso de Recepção a Estagiários (carga horária: 10h). Capacitados: 65 estagiários.

Curso de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (carga horária: 40h). Capacitados: 29 servidores.

Curso de Licitação e Contratos Administrativos (carga horária: 45h). Capacitados: 03 promotores de justiça e 25 servidores.

Seminário “O Ministério Público no combate a crimes financeiros”, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e o Banco do Brasil-DF (carga horária: 07h). Capacitados: 32 promotores de justiça, 42 servidores e 04 convidados.

Curso de Gerenciamento de Crises, realizado em Imperatriz-MA (carga horária: 15h). Capacitados: 12 promotores de justiça e 13 convidados.

Curso Gestão da Qualidade, em convênio com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, realizado à distância (carga horária: 40h). Capacitados: 29 servidores.

III Jornada Jurídica da Universidade Estadual do Maranhão, evento realizado em parceria (carga horária: 15h). Capacitados: 23 servidores.

“2º Encontro Operacional Criminal: mecanismos atuais de combate ao crime organizado no sistema prisional”, realizado em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO (carga horária: 15h). Capacitados: 23 Promotores de justiça e 27 convidados.

Oficina “PROVITA e o MP-MA: história, compreensão e operacionalização da política de proteção no Estado”, evento promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, em parceria com a ESMP (carga horária: 08h). Capacitados: 24 promotores de justiça.



Centros de Apoio Operacionais



Os centros de apoio operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades. Também incumbe aos centros a promoção do intercâmbio e integração entre os órgãos de execução com atribuições comuns, visando inclusive a uniformização das atividades desenvolvidas no enfrentamento de demandas similares. Além disso, cabe aos centros estabelecer intercâmbio permanente com entidades públicas e privadas que atuem em áreas afins à dos centros de apoio.

Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)



SEMINÁRIO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente



Principais Atividades

24/02

1ª Reunião temática com a presença de 20 promotores de justiça, que tratou da atuação do MPMA com relação à preservação da fauna silvestre e doméstica e da repressão aos crimes de pesca ilegal. Como resultado dessa reunião foi criado o Grupo Especial de Defesa da Fauna (GEDEF-MA)

14 e 15/04

Visitas técnicas aos Hospital Veterinário, ao Centro de Triagem de Animais Silvestres e ao Centro de Controle de Zoonoses pelos integrantes do GEDEF-MA.

31/03

Reunião com a presença de 19 promotores de justiça e da qual foi criado o Grupo de Saneamento Ambiental do MPMA, instituído pela Portaria 3138/2014 da procuradora-geral de justiça. O grupo é formado por 05 (cinco) promotores de justiça.

27/05

Oficina de trabalho sobre a inclusão social de catadores, visando o cumprimento da Lei nº12.305/2010.

24 e 25/07

Seminário sobre Resíduos Sólidos com a presença de 48 promotores de justiça e outros 30 integrantes de outras instituições correlacionadas ao tema.

Outras atividades desenvolvidas

Respondeu a solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental; foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail, incluindo 01 (uma) cartilha sobre Encerramento dos lixões e inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

Foram elaborados 12 (doze) pareceres técnicos e 04 (quatro) laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. A maioria dos pareceres técnicos atenderam promotores de justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão.

Os técnicos do CAO-UMA realizaram 04 (quatro) vistorias em comarcas do interior do Estado para a elaboração de pareceres técnicos, em Vitória do Mearim, Esperantinópolis, São Roberto e São Raimundo do Doca Bezerra.

Metas para 2015

Manutenção e melhoria do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;

Implementação e remodelação dos projetos de resíduos sólidos, sistemas municipais de meio ambiente e municipalização da gestão cultural;

Estruturação e planos de ação específicos para o GEDEF e para o Grupo de Saneamento Ambiental;

Assegurar maior participação de membros do MPE em seminários e congressos de meio ambiente realizados no Brasil;

Implantação do Fundo Estadual de Interesses Difusos Lesados.

Resultados da oficina de trabalho e do seminário

Foram deflagradas ações civis públicas contra 71 municípios do Maranhão visando a instalação de equipamentos de Disposição Final Ambientalmente Adequada em cumprimento à Lei nº12.305/2010.

Grupos e Fóruns de atuação do CAO-UMA:

Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo;

Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ)



Principais Atividades

- Realização da Campanha “Violência Sexual Deixa Marcas!”, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações, por meio de ações de mobilização social na capital e diversos municípios maranhenses em alusão ao “18 de Maio” - Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O CAOp/IJ forneceu às promotorias materiais da campanha (panfletos, cartazes, camisetas, cartilhas e banners) para fortalecer as ações municipais;
- Articulação do Fórum Estadual sobre Transparência, Controle Social e Políticas Públicas, em parceria com a Rede de Gestão Ambiental do Maranhão (Regeama);
- Treinamento aos novos promotores(as) de justiça, sobre as atribuições do CAOp/IJ e o papel do Ministério Público dentro do Sistema de Garantias de Direitos para efetivação da prioridade absoluta, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Oficina de Escuta Especial para crianças e adolescentes vítimas de violência/abuso sexual, atividade da campanha “18 de Maio — Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”, realizada no dia 09/05/2014, no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça, ministrada pelos médicos/psiquiatras Dra. Angelita Maria Ferreira Machado Rios e Dr. Luis Roberto Benia, para membros e servidores que lidam com a problemática, além de convidados interessados de instituições parceiras;
- Sessão Especial em homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, dia 15/05/14, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA);
- Reuniões sobre a situação das crianças indígenas no Maranhão, para discutir o sub-registro civil e situação de mendicância na BR 226.

Outras atividades desenvolvidas

Articulação com o CAOPEDU sobre irregularidades no transporte escolar;

Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão;

Emissão de Notas Técnicas;

Divulgação de Recomendações sobre assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão;

Elaboração do CAOPIJ INFORMA, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail.

**Atuação
sistemática
do CAOp/IJ**

Disque 100

**Medida
Socioeducativas
no Maranhão**

**Eleição
unificada de
Conselhos
Tutelares em
2015**

**Embarque
clandestino no
trem de cargas
da VALE S/A**

**Centro de
Perícia Técnica
da Criança e
do Adolescente
(CPTCA)**

O CAOp/IJ é o responsável por receber e encaminhar às Promotorias de Justiça denúncias de violência contra crianças e adolescentes, via sistema informatizado (SON-DHA), proveniente do Disque 100 da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).

O CAOp/IJ levantou as ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento, entre outras; elaborou minuta de Ação Civil Pública por dano moral coletivo, tendo por objeto a liberação compulsória de adolescente autor de ato infracional por falta de vaga para cumprimento da medida imposta judicialmente, para análise da pertinência e adequação por parte dos Promotores; e mapeou, com apoio das Promotorias, os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo.

O CAOp/IJ tem auxiliado as Promotorias de Justiça na adequação da Lei que instituiu os Conselho Tutelares, às normas prescritas pelo CONANDA sobre a matéria. Editou Nota Técnica sobre o tema e está mapeando a atual situação de cada município, no que concerne a adequação às mudanças trazidas pela lei, bem como a previsão de realização da eleição unificada em 2015. Ofertará assessoria para normalizar a situação e possibilitar que a eleição ocorra conforme previsto.

O CAOp/IJ vem atuando nessa demanda desde o ano de 2012, acompanhando a tramitação do Procedimento Administrativo nº 106/2005 e da Ação Civil Pública nº 157-60.2011.8.10.0057 de autoria da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, ambos afetas à problemática.

O CPTCA foi criado por força de acordo firmado internacionalmente pelo Estado do Maranhão no que ficou conhecido por 'Caso dos Meninos Emascarados', da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e instituído pelo Decreto Estadual nº 20.532, de 21/05/2004, com as alterações posteriores. Em 2014 foram realizadas reuniões solicitadas conjuntamente pelo MPE e o MPF, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, com os representantes do Estado do Maranhão - Delegada-Geral, SSP, SEGEP e PGE, com objetivo de realizar um concurso público para provimento de cargo necessários ao funcionamento do Complexo, estando atualmente na fase de negociação dos termos do TAC, para viabilizar sua assinatura.

Participação em Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça;

Comitê de Monitoramento das ações do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;

Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA);

Rede Maranhense de Justiça Juvenil e Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa.

Apoio e participação em eventos

Seminário 'Os novos caminhos para o atendimento socioeducativo no Estado do Maranhão – Plano Decenal 2014-2024', realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (Cedca/MA), 07 e 08/05/14, no Convento das Mercês, em São Luís;

Seminário Estadual 'Crianças e Adolescentes, Políticas Públicas e Direitos Humanos, realizado pela Ong Caritas, dia 15/05/14;

III Encontro Estadual de Educação, realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Educação, no Hotel Rio Poty, 15 a 18/05/14, para debater sobre indicadores educacionais e transporte escolar no Maranhão;

Encontro Superando Barreiras, realizado pela 37ª Promotoria de Justiça Especializada Infância e Juventude da Capital, em parceria com o CAOp/IJ, dia 22/08/14, para discutir a aplicação da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade em São Luís.

Treinamento do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp), realizado pela Secretaria de Assuntos Institucionais da PGJ, na sala do Colegiado da PGJ, dia 30/10/14, para os assessores e servidores dos CAOp's, com o objetivo de garantir mais agilidade no cadastramento e protocolo dos processos judiciais e extrajudiciais.

Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOp/Saúde)



Atividades desenvolvidas

Apoio às atividades desenvolvidas no âmbito das Promotorias de Justiça das diversas comarcas do Estado do Maranhão, com atribuição na defesa do direito à saúde;

Articulações com os demais órgãos governamentais como a Secretaria de Estado da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e outras instituições ligadas ao segmento;

Realização do Encontro Regional do Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção" em Caxias, nos dias 1 e 2 de abril de 2014, reunindo gestores, conselheiros, agentes comunitários e promotores de justiça com atuação na área de saúde da região dos Cocais e Baixo Parnaíba. O evento aconteceu na sede da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), contou com representantes de 20 municípios da Regional de Saúde de Caxias. O programa busca desenvolver e estimular a implementação de políticas de saúde, propiciando a interlocução de conselhos, comissões, organizações da sociedade civil e gestores de saúde no âmbito municipal, estadual e federal;

Participação no encontro nacional: "A Atuação do MP Brasileiro em Defesa da Atenção Básica em Saúde", organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA), realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2014, no Hotel Luzeiros. Na oportunidade, o promotor de justiça e atual coordenador do CAOp/Saúde, Dr. Herbert Figueiredo, apresentou o programa institucional "Direito à saúde: prevenção, controle e combate à corrupção", idealizado pelo Ministério Público do Maranhão. Ele explicou as linhas gerais da proposta implementada por meio do CAOp/Saúde em conjunto com a Promotoria de Justiça Especializada no Direito à Saúde e demais instituições parceiras, evidenciando que, entre os objetivos, está a busca da interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, para desenvolver ações de serviços de saúde, judicial ou extrajudicialmente. Também destacou as três áreas de atuação do programa, que são os encontros regionais de saúde; os cursos de capacitação para membros e servidores do Ministério Público, além de conselheiros de saúde, gestores e demais agentes sociais com atuação na área da saúde; e a campanha de combate à corrupção na saúde.

Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp/CEAP)



Principais atividades

Remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados ao Controle Externo da Atividade Policial, num total de 120 expedientes;

Elaboração e envio de material de apoio aos promotores de justiça para efetivação do Controle Externo da Atividade Policial no interior do Estado do Maranhão em mídia eletrônica;

Colaboração com os órgãos do Estado, notadamente na área de segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, identificando, ainda, o perfil do criminoso e da vítima;

Apresentou aos órgãos da administração superior do Ministério Público sugestões visando a estabelecer política institucional para funcionamento das Promotorias de Justiça de Investigação Criminal e daquelas que possuam atribuição na sua área de atuação, inclusive no que concerne a programas específicos. Foi sugerida a designação de 4 promotores de justiça para atuarem como Coordenadores do CAOp-CEAP nas Regionais de Timon, Imperatriz, Santa Inês e Pinheiro.

Também foi proposta a realização de um treinamento aos membros na área Criminal acerca do "Gerenciamento de Crises";



Encaminhamento de sugestão à procuradora-geral de justiça e à Diretora da Secinst, visando a alteração do Termo de Cooperação celebrado entre Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ/MA), que permite a utilização, pelos promotores de justiça da área criminal, do SIGO (Sistema Integrado de Gestão Operacional), ampliando o acesso a outras funcionalidades do referido sistema, permitindo o exercício pleno do Controle Externo da Atividade Policial no MP/MA;

Divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís, dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com morte, dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes), referentes a assaltos corridos em coletivos, entre outros.

Metas para 2015

Realização de dois encontros mensais nos polos regionais tanto com os respectivos Coordenadores Regionais do CAOp-CEAP quanto com os promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial para disseminação de conhecimento visando ao aperfeiçoamento das inspeções nas Repartições Policiais Cíveis e Unidades Policiais Militares;

Fomento à elaboração de estatísticas próprias do MP/MA sobre a criminalidade, utilizando a metodologia CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais);

Realização de oficinas de trabalho para aperfeiçoamento das funções do Controle Externo da Atividade Policial;

Realização do II Fórum de Justiça Criminal em parceria com o TJ/MA, DPE/MA, SSP/MA, OAB/MA e Observatório da Violência;

Realização de evento com os membros da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP;

Aprimoramento das estatísticas e mapeamento por georeferenciamento das ocorrências dos delitos intencionais com morte existentes nos municípios que compõem a Grande São Luís;

Realização de audiências com os Conselhos de Segurança das Comunidades nos diversos bairros de São Luís, notadamente aqueles que apresentam maiores índices de violência e criminalidade.

Observatório da Violência é lançado em São Luís

Com apoio do Ministério Público, por meio do CAOp/CEAP, foi lançado no dia 10 de novembro, o Observatório da Violência em São Luís. A iniciativa, articulada por operadores do direito, militantes de direitos humanos e acadêmicos, tem como objetivo analisar informações relativas a mortes violentas para subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Na abertura do evento, o promotor de justiça e coordenador do CAOp/CEAP e Criminal José Cláudio Cabral Marques falou sobre o surgimento da ideia e o caminho percorrido até a formalização do Observatório da Violência,

que também busca fomentar na sociedade a discussão de políticas de segurança pública pautadas pelos direitos humanos.

Para Cabral, entender a violência no campo tem papel primordial nesse contexto. Entre 2010 e 2013, o Maranhão tem sido o estado campeão em conflitos agrários no país. A expulsão de famílias camponesas leva ao inchaço populacional nas grandes cidades. Esse fator, associado ao crescimento do tráfico de drogas e aos altos índices de desemprego, compõem um quadro de vulnerabilidade social em que a violência tende a avançar.

Números

No Maranhão, a taxa de homicídios aumentou 400% entre 2000 e 2012, crescimento bem maior que a média brasileira, que foi de 24%. As vítimas desses crimes são, em sua maioria homens (92%) e negros (85%). Outro aspecto desse tipo de crime levantado é o uso de armas de fogo, que chega a 54% nos homicídios praticados no Maranhão e 74% nos crimes cometidos em São Luís.

Nesse período de 12 anos, São Luís foi a 2ª capital brasileira com maior índice de crescimento de homicídios, perdendo apenas para Maceió (AL). Desde 2011, a capital maranhense figura na lista das 50 cidades mais perigosas do mundo, subindo de posição a cada ano: de 27ª em 2011 para 15ª em 2013.

Somente entre janeiro de 2013 e outubro de 2014 ocorreram 1.911 mortes violentas na grande São Luís. O bairro com o maior número de homicídios foi a Cidade Olímpica, com 80 casos, seguido de áreas como o Coroadinho, Liberdade, Vila Embratel e São Francisco/Ilhinha. Outro número em destaque é o de linchamentos, que levou a 22 mortes nesse período. Traçando um comparativo, no primeiro semestre de 2014 ocorreram 12 linchamentos em São Luís e 50 em todo o país.

Fonte: CAOp/CEAP

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp-Consumidor)



Principais atividades

Reunião visando debater estratégias com os promotores da área do consumidor acerca da situação da telefonia móvel no Estado;

Assessoramento à Procuradora-geral de Justiça na celebração do Termo de Cooperação Técnica para implantação no Projeto “Consumidor Vencedor” no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Articulação junto a Secretaria Nacional do Consumidor da execução do projeto de municipalização dos Procon’s;

Fornecimento de modelos de peças jurídicas, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), informações, estudos, jurisprudência e outros materiais de apoio aos promotores de justiça das Comarcas do interior, para auxílio da consecução das atividades de execução;

Articulação com os promotores de justiça com atuação na Baixada Maranhense e Corregedoria-Geral de Justiça visando solucionar os problemas relativos aos problemas enfrentados pelos usuários dos serviços de ferry-boat.

Celebração de Convênio com o Ministério Público do Rio de Janeiro para intuição do Programa Consumidor Vencedor.



Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Impunidade (CAOp/Proad)



MPMA executou gestores em R\$ 661 mi

Cerca de R\$ 661 milhões em multas e ressarcimentos ao erário, entre os anos de 2004 e 2013, foi o montante encaminhado pelo procurador de justiça José Henrique Marques Moreira aos promotores de todo o estado para a execução dos gestores com contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), no caso de não haverem quitado seus débitos.

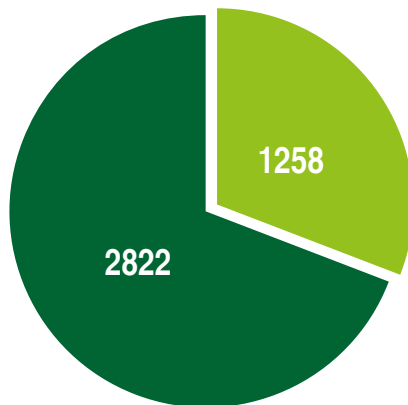
Projetos em desenvolvimento:

Rotina de acompanhamento e fiscalização de licitações por concorrência e tomada de preços;

Rotina de acompanhamento e fiscalização de contratos de alto valor.

Principais Atividades

Atividades de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública;



- Convênios enviados aos Promotores de Justiça
- Convênios requisitados

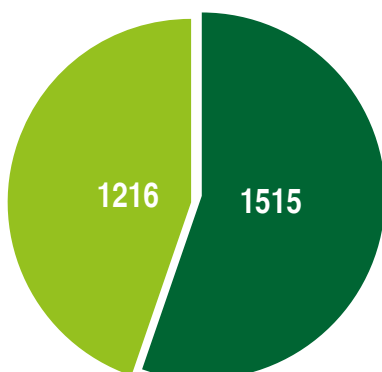
Atividades de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE;

R\$ 48.936.192,30



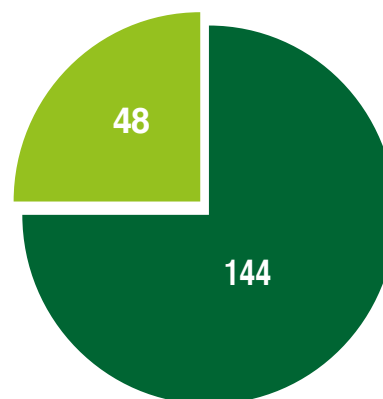
- Multas
- Ressarcimento

Atividades de Controle de Licitações e Contratos nas Administrações Públicas Estadual e Municipais;



- Contratos (dispensa e/ou inexigibilidade)
- Licitações nas Administrações Públicas Estadual e Municipais

Atividades de Controle de Repasses do Fundo Municipal de Saúde



- Demonstrativo Repasses Fundo Saúde – Objeto Específico
- Demonstrativo Repasses Fundo Saúde – Assistência à Saúde

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp-Educação)



Principais Atividades

Implementação do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”;

Estruturação do sítio eletrônico do Centro de Apoio Operacional;

Realização do III Encontro Estadual de Educação do Ministério Público do Maranhão/MEC, que teve como subtema “Ministério Público, gestores educacionais e cidadãos: por uma escola pública de qualidade no Maranhão”;

Elaboração e divulgação de Notas Técnicas sobre assuntos relacionados à temática da educação.



Metas para 2015:

Proposta de criação de Promotorias Regionais Especializadas nos grandes centros urbanos como: Imperatriz, Timon, Caxias, Santa Inês, Bacabal e Pedreiras;

Proposta de inclusão em concurso público de cargos de especialistas em educação para o provimento no Centro de Apoio e nas Promotorias Especializadas;

Criação de banco de dados para consolidação e acompanhamento dos Programas propostos pelo CAOp Educação;

Ampliação do Projeto de Transporte Escolar por meio de oficina para membros e servidores, com a participação da CGU e do MPC, para difundir as técnicas utilizadas na Operação Pau de Arara;

A ampliação da parceria com a CGU e MPC para fiscalização da alimentação escolar;

Acompanhamento da elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Educação;

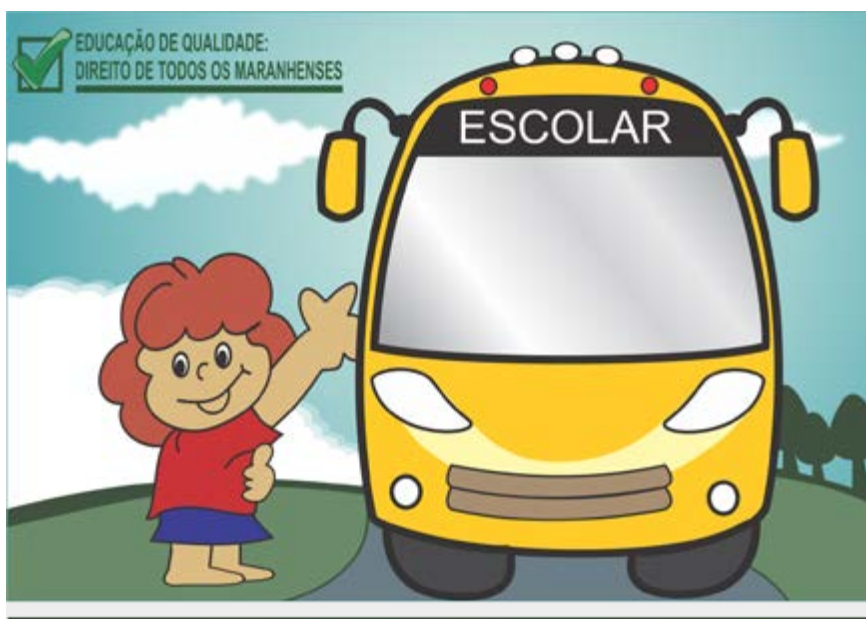
Acompanhamento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, notadamente de ampliação da oferta de vagas para a educação infantil em creches, entre outras atividades.

Participação em Eventos da área da Educação:

Reuniões periódicas da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC), do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e da União (CNPUG);

IV Encontro Nacional MEC e Ministério Público, em agosto, na cidade de Brasília/DF;

II Conferência Nacional de Educação - CONAE, realizada no período de 19 a 23 de novembro de 2014, na cidade de Brasília.



Transporte Escolar: Operação Pau de Arara.

Em 2014, o CAOp-Educação desenvolveu um projeto de fiscalização do transporte escolar de qualidade ofertado aos alunos da rede pública, considerando a existência de várias denúncias e até mesmo tragédias que culminaram na morte de crianças e adolescentes transportados de forma indigna, nos chamados “paus de arara”.

Na primeira fase do projeto foi realizado um trabalho conjunto de fiscalização e controle, nos âmbitos jurídico e administrativo (auditoria), pelo CAOp/Educação em parceria com o Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União, referente à oferta de prestação de serviço de transporte escolar nas Comarcas de Caxias (município de São João do Sóter), Itapecuru-Mirim (Miranda do Norte), Lago da Pedra (Lago da Pedra), Morros (Cachoeira Grande), Vargem Grande (Presidente Vargas).

Foram instaurados Inquéritos Cíveis Públicos para investigar as condições da oferta do transporte escolar da rede municipal de ensino. A CGU, em cooperação com as Promotorias de Justiça, realizou ações *in loco* nos municípios com a finalidade de carrear provas para os inquéritos cíveis instaurados. Foram efetuados procedimentos de auditoria como observação (das atividades e condições), vistoria, reexecução, análise de processos licitatórios etc.

A deflagração do procedimento foi realizada no dia 28 de agosto de 2014, simultaneamente em todos os cinco municípios para, em atuação conjunta com os Promotores de Justiça, colher termos de entrevistas de alunos, motoristas, responsáveis por empresas, bem como levantar relatório fotográfico (e em vídeo) das condições dos veículos utilizados, sedes de empresas prestadoras de serviços, condições dos veículos utilizados etc. A ação contou, em cada município, com a presença de dois auditores da CGU.

Foram fiscalizados todos os recursos aplicados na prestação do serviço de transporte escolar, seja PNATE, seja FUNDEB ou recursos próprios do Município, executados em 2013 e 2014. Foram envolvidas 09 (nove) empresas, totalizando, apenas no exercício de 2013, o montante de R\$ 6.563.935,00 (seis milhões quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais).

Projeto MPEDUC

O MPE e o MPF firmaram parceria através de protocolo de intenções tendo como objetivo melhorar os índices educacionais do Maranhão, por meio do Projeto intitulado MPEDUC. Sua metodologia favorece e estimula a participação de toda a comunidade no dia a dia dos temas escolares, bem como permite a formação de um diagnóstico sobre a qualidade do serviço de educação prestado nas escolas de ensino básico da rede pública, identificando problemas enfrentados a fim de cobrar soluções das autoridades responsáveis.

A coordenação do CAOp/Educação do MP/MA compõe a Coordenação Nacional do Projeto MPEDUC, estando responsável pela articulação no âmbito da região Nordeste. Haverá uma força-tarefa dos Procuradores da República, especificamente os que participam do

GT Educação, para auxiliar na realização do projeto. A prioridade ao Estado do Maranhão se deve ao fato de ocupar o penúltimo lugar no ranking dos indicadores educacionais do Brasil.

Em novembro de 2014 foi realizada na sede MPF uma reunião com o objetivo de alinhar estratégias para implementação do MPEDUC no Maranhão, em especial no que se refere à seleção de municípios onde se pretende executar o referido programa. No primeiro momento, acordou-se que os municípios seriam selecionados com base nos seguintes critérios: baixo IDEB, distância do município com relação a São Luís (de modo a garantir a viabilidade do acompanhamento da execução do programa pelos procuradores da República) e disponibilidade do promotor responsável pelo município.

Municípios selecionados:

1. Anajatuba (IDEB 4,2)
 2. Araguaã (IDEB 2,3)
 3. Bacurituba (sem média na prova Brasil)
 4. Belágua (IDEB 2,8)
 5. Cachoeira Grande (sem média na prova Brasil)
 6. Codó (IDEB 3,6)
 7. Davinópolis (IDEB 3,5)
 8. Pedro do Rosário (IDEB 2,9)
 9. Peritoró (IDEB 3,3)
 10. Lago da Pedra (IDEB 2,7)
-

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp-DH)



Núcleos Especializados:

Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher; Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua; Núcleo da Diversidade Sexual; Núcleo da Igualdade Étnico-Racial; Núcleo Especializado em Conflitos Agrários; Núcleo de Prevenção da Tortura; Núcleo de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas; Núcleo de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.



Principais Atividades

Realização de oficina sobre Violência Doméstica e sobre o PROVITA, voltadas para promotores de Justiça.

Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;

Apoio às Promotorias de Justiça referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à: tortura; relações étnico-raciais; idosos; apoio às vítimas de violência; defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano; conflitos no campo; diversidade sexual; defesa dos direitos da mulher; defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;

Encaminhamento aos promotores de justiça de 03 (três) modelos de peças jurídicas da Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo do CNMP, sensibilizando-os a aderir à campanha nacional contra o racismo institucional;

Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça na área de Direitos Humanos;

Divulgação de informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;

Aproximação e reafirmação das relações com a Sociedade Civil Organizada, seguindo uma orientação do CNMP. Nesse sentido foi realizado no dia 12 de maio "Reunião de Apresentação do CAOP/DH às Entidades da Sociedade Civil", onde foram mapeadas todas as entidades atuantes no Estado no que se refere à defesa e garantia dos direitos humanos em suas diversas áreas;

Reformulação do sitio do CAOP/DH;

Encaminhamento de casos de desrespeito aos direitos humanos referentes à tortura, falta de vaga para realização de cirurgia em hospital público e conflitos por moradia na área urbana de São Luís aos órgãos de execução competentes;

Participação em eventos:

Reuniões Ordinárias da Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-MA);

Reuniões Ordinárias do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH;

Reuniões Ordinárias da Comissão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP;

Reuniões Ordinárias do PROVITA-MA;

Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CED-DH/MA;

Reunião de Trabalho da Comissão Temporária Estadual de Gestão Integrada para o Desenvolvimento da Agenda Social Quilombola – MA;

I Encontro Estadual de Travesti e Transsexuais;

Encontro Nacional “A Atuação do MP Brasileiro no Enfrentamento ao Racismo”;

Encontro Inter-Regional de trabalhadores resgatados pelo trabalho escravo contemporâneo;

3ª Audiência Pública Anual de Combate à Homofobia;

Reunião com membros do CECT – Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura e Presidente da Assembleia Legislativa;

Seminário Internacional de Direitos Humanos;

Reunião com promotor especializado em Conflitos Agrários, Dr. Haroldo Paiva e entidades que atuam no combate aos conflitos agrários;

XI Semana do Orgulho LGBT;

Projeto Caravana da Liberdade;

Reunião do Comitê de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do Maranhão;

Capacitação de professores rede pública no âmbito da campanha Maria da Penha em Ação, evento da Promotoria da Mulher;

Projeto TRT na Escola;

Encontro Nacional: A atuação do MP Brasileiro em Defesa do Estado Laico;

Seminário sobre Tráfico Humano: Realidade, Desafios e Possibilidades de Enfrentamento no Maranhão;

Oficina sobre PROVITA-MA;

Expressões da Violência no Maranhão nos 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovido pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e Anistia Internacional;

Mostra de Direitos Humanos e Cidadania no Maranhão;

Caminhada pela paz com o tema “Eu repudio a morte de agentes da lei”, uma campanha da Polícia Militar do Maranhão.

Participação em Comissões Nacionais:

COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais;

COPEDH - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos do Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais;

Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo - Iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.

Participação em Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais:

COETRAE - Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão;

CETP – Comissão Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

Comissão Temporária Estadual de Gestão Integrada para o Desenvolvimento da Agenda Social do Programa Brasil-Quilombola no Maranhão;

PROVITA/MA– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão;

CEDDH/MA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão;

CEEH/MA - Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão;

CECT – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura. Membros.

Ouvidoria Geral do Ministério Público



A Ouvidoria do Ministério Público é o órgão competente para receber elogios, críticas, sugestões, reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares.



Compete à Ouvidoria, em síntese, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, bem como representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis ou, conforme o caso, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência.

A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correccionais, não interfere, nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO OFICIAL EM EVENTOS:

21/07	23/07	01/08	05/09	24/09	02 e 03/10	27/10
Reunião sobre melhoria dos serviços prestados pelas empresas de ferry-boat da capital;	III Seminário de Execução Penal realizado pela Defensoria Pública do Maranhão;	Lançamento da Campanha "Transparência Eleitoral" idealizado pela AMPEM;	Inspeção feita para regularização dos serviços prestados pelas empresas de ferry-boat da capital;	Reunião com promotores de justiça da Infância e Juventude para melhoria no atendimento feito pelos Conselhos Tutelares da Capital;	XII Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público realizada em Belém-PA;	Entrevista na AMPEM em canal fechado, relativo à parceria na Campanha "Eleição transparente";

O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Maranhão será exercido por procurador de justiça, em atividade, nomeado pelo procurador-geral de justiça a partir da lista tríplice escolhida pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

O acesso à Ouvidoria será realizado por comparecimento, ou mediante correspondência, ligação telefônica, devidamente reduzida a termo pela Ouvidoria, mensagem via fac-símile ou comunicação via Internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

Principais demandas:

Educação, Saúde, Idoso, Pessoas com Deficiência, Crimes, Eleitoral, Improbidade Administrativa, Concurso Público, Irregularidades Trabalhistas, Controle Externo da Atividade Policial, Administração e funcionamento do Ministério Público, Infração Disciplinar de membro ou servidor, Infância e Juventude, Lei de Acesso à Informação, Remuneração de membros e servidores, Consumidor, Serviços Públicos, Meio Ambiente,

Projeto de implantação de ouvidorias

A ouvidora-geral do Ministério Público do Maranhão, procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, apresentou aos membros do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP) o projeto de implantação de ouvidorias municipais nas comarcas do estado do Maranhão. A ideia é estimular a criação de um canal direto entre a sociedade e o Poder Público municipal, estimulando o controle social e a gestão dos recursos públicos.

A proposta foi apresentada durante a 22ª Reunião Ordinária do Cnomp, em Belém (PA), nos dias 2 e 3 de outubro. O projeto foi discutido na pauta do evento e reconhecido, por unanimidade, dentre os ouvidores, como uma iniciativa que pode estimular a democracia e a interlocução da comunidade

com as administrações municipais.

Para viabilizar a proposição, a procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha vai enviar minuta de projeto de lei aos promotores de justiça para que estes apresentem a proposta aos prefeitos. Cabe ao gestor municipal, o encaminhamento da proposta às Câmaras de Vereadores para aprovação de lei municipal que institui a Ouvidoria.

O Ministério Público vai propor, em parceria com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), uma reunião com os prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais para falar sobre a importância das ouvidorias e pedir apoio para aprovação da proposta.

27/10

Lançamento da Campanha "Maria Penha em Ação" realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão;

04/11

Condecoração da ouvidora-geral no Tribunal de Justiça do Maranhão com a Medalha de Mérito Judiciário Des. Antônio Rodrigues Vellozo;

27 e 28/11

XXIII Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Teresina- PI, oportunidade em que foi eleita por unanimidade vice-presidente do CNOMP (região Nordeste);

04/12

Solenidade de congratulações dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, realizada pela Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão no Ed. Palácio Henrique de La Roque.

REGISTROS DA OUVIDORIA

Atendimento Pessoal	388
Cadastro de Manifestação / via site	250
Demandas por e-mail	606

OCORRÊNCIAS

Registro de ocorrências	91
-------------------------	----

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)



Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (GAECO) foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão para a prevenção e repressão ao crime organizado. É composto por no mínimo três membros subordinados ao procurador-geral de justiça, que atuarão em inquéritos em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo-lhes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância. Também incumbe-lhe a atividade de inteligência e segurança institucional no âmbito ministerial.



Destaques da Atuação

Operação GEIST - O GAECO, em parceria com a Controladoria Geral da União, Polícia Civil e Polícia Federal, realizou em dezembro/14, a Operação Geist (fantasma em alemão), que cumpriu 14 mandados de busca e apreensão, sendo 13 endereços em São Luís e um em Itapecuru-Mirim.

O objetivo foi recolher documentos e arquivos, entre outros materiais, para subsidiar as investigações de supostas fraudes em licitações da Prefeitura de Anajatuba, na gestão do atual prefeito, Hélder Aragão. Foram recolhidos documentos, computadores, pendrives, talões de cheques, carimbos, que podem ter relação com as supostas fraudes. O resultado foi divulgado em entrevista coletiva, concedida na sede Procuradoria Geral de Justiça.

Capacitação sobre combate a crimes financeiros - Foi destinada a membros e servidores do MPMA e de instituições financeiras e da Polícia Civil. Foi ministrada por dois especialistas das áreas de prevenção a crimes financeiros e de estratégias de segurança do Banco do Brasil.

Os temas enfocados na capacitação foram: roubos a bancos, fraudes eletrônicas, fraudes documentais com cheques, em saques de precatórios e levantamento de depósitos judiciais, prevenção e combate à lavagem de dinheiro, e o entendimento jurídico do BB sobre a quebra de sigilo bancário.



2º Encontro Operacional Criminal - O encontro realizado no dia 21 de novembro, no Hotel Luzeiros, foi destinado a membros do Ministério Público, juízes e delegados e teve como objetivo discutir a importância da união de todas as instituições de justiça no combate ao crime organizado existente dentro do sistema prisional.

Curso de formação de Brigada de Incêndio - O primeiro curso de formação de uma Brigada de Incêndio no Ministério Público do Maranhão foi realizado no dia 27 de novembro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Na primeira turma, 21 servidores foram treinados pelo 1º Grupamento de Bombeiros Militar do Maranhão (1º GBM). Os integrantes dessa 1ª Brigada passarão por cursos de reciclagem periodicamente. Estão previstas para 2015, as formações de brigadas de incêndio das Promotorias de Justiça da Capital e de diversas promotorias no interior do Maranhão. Os treinamentos serão realizados nas cidades que contam com estrutura do Corpo de Bombeiros.

Discussão sobre segurança institucional - No dia 9 de setembro, foi realizada uma reunião na Procuradoria Geral de Justiça para discutir temas ligados à questão da segurança institucional no âmbito dos órgãos que atuam no sistema de justiça do Maranhão.

O foco principal da discussão foi a fragilidade dos aparatos de segurança das unidades judiciais, nas promotorias de justiça e até nas delegacias de polícia, que coloca em risco membros e servidores do Ministério Público, Judiciário, advogados, defensores públicos, policiais e a sociedade em geral.

I Encontro Regional de Inteligência em Nível Estratégico, Tático e Operacional - Foi promovido pelo Gaeco em parceria com a Escola Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gncoc) e destinado aos promotores de justiça e assessores do MPMA na Região Tocantina. Teve como tema “Investigação Criminal pelo Ministério Público – Técnicas de Investigação e Técnicas de Operação de Inteligência” e foi realizado no auditório do Fórum de Justiça de Imperatriz.

A promotora de justiça e coordenadora do Gaeco do MPRN, Patrícia Antunes falou sobre as três fases do processo investigativo: a inicial, com a coleta e análise de informações e planejamento; a ostensiva, com a deflagração e o cumprimento de mandados judiciais; e a fase de conclusão, com a análise de novas informações e denúncias. O promotor de justiça Fabio Galindo, do MPMG, relatou várias experiências quanto à investigação e operações de inteligência.



Reunião do GNCOC em São Luís

O MPMA sediou no mês de agosto/14 a reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), que reúne integrantes de todos os Grupos de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaecos) do país. O objetivo do encontro foi o intercâmbio de informações e experiências.

Na oportunidade, o procurador-geral de justiça do Ministério Público de Roraima e coordenador nacional do GNCOC, Héverton Alves de Aguiar, parabenizou o Ministério Público do Maranhão pela valorização e investimentos realizados no Gaeco.

Durante o encontro, a presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Eunice Carvalho (procuradora-geral do Distrito Federal), e o presidente do GNCOC, Héverton Alves de Aguiar, acompanhados por membros do MPMA conheceram as instalações do Centro de Monitoramento Eletrônico, que integra o projeto de segurança institucional do parquet maranhense.

O coordenador do Gaeco, promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues, explicou o funcionamento do centro e a sua importância para a garantia da segurança de membros e servidores.

O centro é dotado de alarme, DVR (gravador de vídeo digital), sensores de presença e controles com função de pânico. Todas as unidades do Ministério Público serão contempladas com serviços de monitoramento eletrônico, que estarão interligadas à central. O custo total do projeto foi orçado em R\$ 2,355 milhões.

Órgãos de Assessoramento

À Assessoria Especial, de livre escolha do procurador-geral, constituída preferencialmente por membro do Ministério Público, incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro do *Parquet*.

São órgãos de assessoramento do Ministério Público a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica, a Assessoria do Controle Interno e a Assessoria de Auditoria.

A Assessoria Jurídica, por sua vez, é composta por bacharéis em Direito nomeados em comissão pelo procurador-geral, mediante indicação do procurador de justiça, tendo por finalidade auxiliar os Procuradores de justiça nas suas funções de órgãos de execução.

A Assessoria do Controle Interno e Auditoria assessorar a Administração Superior em matéria de sua competência, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, analisar e manifestar-se acerca da regularidade dos processos administrativos; efetuar auditoria contábil e operacional; elaborar relatórios, pareceres e recomendações; examinar a adequação e eficácia dos controles; avaliar a integridade e a confiabilidade das informações e registros; elaborar os relatórios de gestão exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; acompanhar o cumprimento de metas e avaliar os resultados na sua área de atuação; elaborar e analisar cálculos afetos a sua área de competência; zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno; avaliar regulamentos e manuais relativos ao funcionamento das atividades e dos processos de trabalho relativos à sua área de competência; conscientizar e orientar os diversos segmentos do Ministério Público sobre a importância do sistema de controle interno para a proteção do patrimônio público; além de exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

Assessoria Técnica

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, bem assim prestar suporte técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por Ato do Chefe da Instituição.



A Assessoria Técnica registrou as manifestações, conforme gráfico a seguir:

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM CURSOS, PALESTRAS, SIMPÓSIOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS:

Seminário "Ministério Público no Combate a Crimes Financeiros"	5
Curso sobre Contratação Pública	2
Curso de Gestão por Competência no Serviço Público	1
Congresso "XII Internacional Symposium of HTLV in Brazil – IV - Paulista Symposium of HTLV",	1
Seminário "Ministério Público no Combate a Crimes Financeiros"	1

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS

TÉCNICOS (Contábeis, econômicos e financeiros)	383
MÉDICOS	26
PARECERES NÚCLEO ITINERANTE	17

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

OFÍCIOS	242
CÁLCULOS FINANCEIROS	153
MEMORANDOS	93
CÁLCULOS PROMOTORIA ITINERANTE	13
ATENDIMENTO A CONSULTAS	1

Assessoria de Auditoria Interna

A existência de uma auditoria interna eficiente, atuante e com reais condições de trabalho contribui sobremaneira para a melhoria dos mecanismos de controle existentes e ajuda a prevenir erros e fraudes que possam levar a Instituição a dificuldades financeiras e operacionais.

A Assessoria de Auditoria Interna executou o Plano Anual de Auditoria Interna - 2014, com atividades tanto de auditorias como de acompanhamento da implementação de recomendações nas áreas de Gestão de Pessoas (Estagiários), Gestão Patrimonial (Bens de Almo-xarifado, Bens Permanentes e Imóveis), Licitações e Contratos Admi-nistrativos (Serviços Gerais e Contratação Direta), Folha de Pagamen-to e Administrativa (Portal da Transparência e Diárias).

Tais atividades resultaram na elaboração de 09 (nove) Relató-rios de Auditoria Interna, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implemen-tadas as recomendações julgadas cabíveis para os devidos melhora-mentos ou saneamentos.

Além das auditorias e acompanhamentos em questão – cujos trabalhos envolveram procedimentos de análises documentais, reuni-ões, exames dos registros, avaliações, levantamentos, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economici-dade dos atos e fatos de gestão – cabe pontuar as atividades abaixo sucintamente descritas:

<p>Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna emitidos em 2012, 2013 e 2014;</p>	<p>Emissão da Nota de Auditoria nº. 01/2014, pertinente à área de Folha de Pagamento, sobre “Retenção de FEPA e FUNBEM a Servidor Requisitado”, com 04 (quatro) recomendações no intuito de sanar as inadequações verificadas, bem como evitar novas ocorrências;</p>	<p>Emissão da Nota de Auditoria nº. 02/2014, na área de Folha de Pagamento, acerca do “Pagamento Concomitante de Diária e Auxílio-Alimentação”, com apresentação de 02 (duas) recomendações visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno afins;</p>
<p>Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis, do Relatório de Inspeção <i>in loco</i> nos Almo-xarifados (Material de Consumo e Material Permanente) do Ministério Público, no exercício de 2014, com 08 (oito) recomendações objetivando o fortalecimento institucional pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno pertinentes à matéria;</p>	<p>Participação em grupos de estudos e comissões visando entre outras coisas: o aperfeiçoamento da regulamentação interna vigente; a racionalização das ações de controle; a elaboração de ato normativo visando disciplinar a supervisão, fiscalização e gestão de contratos, convênios e outros ajustes de natureza financeira no âmbito do Ministério Público;</p>	<p>Participação na reunião técnica ocorrida na sala do Colégio de Procuradores, presidida pelo Diretor-Geral, na presença dos servidores desta Assessoria e dos chefes e coordenadores de diversas unidades administrativas, para explanações e esclarecimentos sobre as deliberações e encaminhamentos necessários, tendo em vista a inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público, então agendada para o período de 01 a 05/12/2014;</p>
		<p>Análises circunstanciadas e emissões de pareceres técnicos em 13 (treze) processos administrativos, sobre objetos diversos.</p>

Assessoria de Controle Interno

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE GESTÃO DE PESSOAS EM 2014

Verbas Indenizatórias	127
Requisição de Servidor	36
Gratificação por Condição Especial de Trabalho	26
Gratificação Padrão Ministerial (concessão e reajuste)	17
Abono de Permanência	12
Incorporação/Desincorporação de Tempo de Serviço e/ou Contribuição	10
Gratificação de Risco de Vida	9
Ajuda de Custo	9
Adicional de serviços extraordinários	1
Reajuste de Função Gratificada Especial	3
Auxílio Alimentação	2
Convênio de Estágio	2
Adicional de Insalubridade	1

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÕES

Aditivo contratual	69
Inexigibilidade de Licitação	67
Reajuste contratual	61
Fase Interna de Licitação	53
Locação de Imóvel	17
Dispensa de Licitação	12
Adesão SRG	5
Repactuação Contratual	2

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÕES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	568
Prestação de Contas de Adiantamento	367
Solicitação de Empenhos	194
Prestação de Contas Mensal do FEMPE	12

NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES

Execução Orçamentária	1141
Gestão de Pessoas	258
Licitação	286
Outros	48



Foram emitidas por esta Assessoria de Controle Interno manifestações sobre os mais variados objetos: prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento), abono de permanência; aditivos/reajustes contratuais; empenho de despesas e pagamento à fornecedores; locação de imóveis; licitação (fase inicial/dispensa/inexigibilidade/adesão de ata de registro de preço); solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição; incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço; requisição de servidores; verbas indenizatórias; ajuda de custo; entre outros.

No aspecto quantitativo, emitimos 1.733 (mil setecentos e trinta e três reais) manifestações durante o exercício de 2014, conforme tabelas ao lado.

Outras atividades:

Elaborar e publicar os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, enviando-os ainda ao Tribunal de Contas do Estado;

Participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

Sugestões de melhoria das atividades:

a) Adoção de política permanente de treinamento por setor/unidade gestora de forma a capacitar os servidores, tendo em vista as frequentes alterações nas legislações pertinentes à Administração Pública;

b) Criação por cada setor/unidade gestora de procedimentos padrões, estes homologados pela Administração Superior, de forma a tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e as consequentes tomadas de decisões.



Comissão de Concursos



A Comissão de Concurso é um órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo procurador-geral de justiça e integrada por 3 (três) membros do Ministério Público titulares, preferencialmente, procuradores de justiça, e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Superior, além de um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a incumbência de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo vedada a participação na Comissão de parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de candidatos inscritos.

Em 2014 foram realizadas as provas objetivas do Concurso Público para o provimento de 25 (vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP.

Também em 2014 foram providos 129 (cento e vinte e nove) cargos efetivos de servidores com a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público homologado pelo Edital de Homologação, de 04 de novembro de 2014, publicado no Diário da Justiça, de 05 de novembro de 2014, sendo 23 cargos de Analista Ministerial e 106 de Técnico Ministerial.



Promotorias Comunitárias Itinerantes



As Promotorias Comunitárias Itinerantes atuam como mediadoras, recebendo as reclamações dos moradores e das lideranças comunitárias, dialogando com os representantes dos órgãos responsáveis pelos serviços demandados, com o objetivo de construir soluções negociadas para os problemas, de forma mais ágil e desburocratizada. O trabalho se constitui, assim, num exercício da cidadania e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

Principais reivindicações

As audiências públicas tratam dos seguintes serviços: a) segurança pública; b) saneamento básico; c) esporte e lazer; d) infraestrutura de ruas. Outras demandas surgem a partir de visitas realizadas às comunidades da região e no atendimento aos moradores.



Através das Promotorias Comunitárias Itinerantes o Ministério Público do Maranhão instala-se nos bairros de São Luís com maior carência de políticas públicas e dos serviços de relevância social, por no mínimo 90 (noventa) dias, realizando atendimento direto à população.

Em 2014 a Promotoria atendeu duas regiões de São Luís: os bairros do Santo Antonio (de novembro/14 a fevereiro/15) e o Parque dos Nobres (de março a junho/2014).

Assim, desde o início dos trabalhos em 2008, já foram atendidas mais de 100 (cem) comunidades, vez que em média 05 (cinco) comunidades são contempladas em cada instalação. Nesses locais foram realizados 3.303 (três mil trezentos e três) atendimentos individuais que geraram um número maior de reclamações, posto que não raro uma mesma pessoa apresenta várias reclamações.

Os trabalhos das Promotorias na região se iniciam com uma audiência pública de instalação, com a presença dos promotores de justiça titulares e demais autoridades convidadas, bem como das lideranças e moradores das comunidades atendidas, que relataam as principais demandas coletivas, e norteiam o trabalho das Promotorias. Antes porém, são realizadas reuniões preparatórias com lideranças da região, para que junto às suas entidades identificassem tais demandas.

No desempenho de suas atividades, a Promotoria Comunitária Itinerante conta com uma equipe de trabalho formada por 01 (um) técnico ministerial; 01 (um) motorista; 01 (um) assessor de promotor de justiça; 01 (uma) assistente social; e 02 (dois) promotores de justiça.

DIRETORIAS

Diretoria Geral

Tem trabalhado para descentralizar e tornar mais ágil a condução das atividades na esfera administrativa, ao tempo em que busca aperfeiçoar as rotinas internas da Procuradoria Geral de Justiça, tudo em prol de uma administração voltada para resultados que reflitam diretamente na qualidade das prestações dos serviços ministeriais.



Principais Atividades

Desburocratização e Adoção de Fluxogramas Gerenciais

Desburocratização dos processos, tornando-os mais céleres e eficientes, notadamente através do aperfeiçoamento das rotinas internas da PGJ, por meio da publicação de Ordens de Serviço que disciplinam algumas das principais rotinas das unidades administrativas da Instituição, contendo os respectivos fluxogramas. Todas as ordens de serviço estão disponíveis no link da Biblioteca no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

Regulamentação de Concessão, Aplicação e Prestação de Contas e Adiantamentos para as Unidades Ministeriais

A partir de comissão instituída pela Diretoria Geral, após aprovação pela Administração Superior, foi publicado o Ato Regulamentar Ato nº 04/2013, disciplinando a concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, contendo os respectivos fluxogramas que tornaram o processo menos burocrático e mais célere.

Regulamentação do uso da frota oficial

Disciplinamento do uso dos veículos oficiais de representação no âmbito do *Parquet*, por meio de publicação de Ordem de Serviço 05 nº17/2013DG, cujo uso deve ser pautado para a satisfação exclusiva das finalidades da instituição no desempenho das atribuições de seus órgãos, assegurando probidade e transparência na gestão da coisa pública.



<p>Manutenção de estruturas físicas imobiliárias</p>	<p>Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de manutenção predial, suprindo as necessidades de reparo e manutenção das unidades ministeriais da capital e interior do Estado. Também houve a contratação de empresa especializada de segurança armada para a sede da PGJ, Promotorias da Capital e algumas Promotorias do interior do Estado, bem como a contratação de empresa para aquisição e instalação de equipamentos de segurança eletrônica (CFTV e alarme) nas unidades ministeriais.</p>
<p>Valorização dos Recursos Humanos Área Meio</p>	<p>Política de valorização dos servidores, mantendo-se um diálogo contínuo com as entidades representativas dos servidores (SINDSEMP e ASFUPEMA), de modo que todos os pleitos das referidas entidades de classe são encaminhadas para análise pela Administração Superior, resultado dos trabalhos da comissão instituída pela Portaria nº 1138/2013-GPGJ, presidida pelo Diretor-Geral e que objetiva a revisão e atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores (Lei nº 8.077/2004).</p>
<p>Controle proativo das Unidades Gestoras e Setores Internos com reuniões de avaliação permanentes</p>	<p>A Diretoria Geral mantém como prática a realização de reuniões de trabalho com as diversas unidades gestoras da PGJ, com a finalidade de mantê-las sempre alinhadas com as diretrizes da Administração Superior e com as recomendações da Assessoria de Auditoria Interna.</p>
<p>Instalação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)</p>	<p>A Portaria nº 4674/2013-GPGJ instituiu o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) no âmbito do MPMA. Como resultado dos trabalhos do CETI foi aprovado o Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI) e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI). Tais documentos representam importantes instrumentos de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação da Instituição, fundamentando os investimentos de TI de acordo com a necessidade das áreas meio e fim do Ministério Público do Maranhão.</p>



Reestruturação do Datacenter

Na área de Tecnologia da Informação foram feitos grandes investimentos para aquisição de equipamentos de armazenamento de dados e processamento eletrônico, citando como exemplos a estruturação do DATACENTER, construção de sala cofre, aquisição de equipamentos de proteção elétrica (grupo gerador e Nobreaks de 20KVA), dentre outros.



Criação do Portal de Serviços Setoriais da Diretoria-Geral

Implantação do Portal Setorial da Diretoria Geral, acessado por meio da intranet do MP, contendo as principais informações e notícias de interesse dos membros e servidores relacionadas às ações da Diretoria Geral, tais como memorandos e ofício-circulares, atas de reunião, ordens de serviço, fluxogramas, termos de convênios e cooperação, recomendações e notificações. No referido portal existe a ferramenta “Fale conosco”, que representa um canal direto onde membros e servidores podem apresentar sugestões, críticas, opiniões, tudo com vistas à construção de um Ministério Público resolutivo e eficiente.

Implantação de Identidade Visual das Unidades Ministeriais

Com o intuito de uniformizar os prédios das Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária, concedendo identidade visual à Instituição, foi adotado o projeto padrão para a arquitetura das referidas Promotorias, tais como nos prédios das comarcas de São Bento, Governador Eugênio Barros, Pindaré-Mirim, Carutapera, Pio XII, Colinas e Maracaçumé.



Processo de permanente capacitação e valorização dos servidores

Como parte da política de capacitação dos servidores, a Procuradoria Geral de Justiça realizou nos dias 23 e 24 de outubro de 2014 o curso “Como planejar a contratação e estruturar o termo de referência para compras e serviços contínuos”, com carga horária de 16h, do qual participaram 30 servidores que atuam em vários setores das áreas administrativas da instituição.

Cooperação com a Sociedade Civil em ações de Sustentabilidade
– Ecoceamar
– Descarte Racional de Dejetos

Teve início as tratativas junto à Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), visando a implantação do Projeto “Ecoceamar”, no âmbito do MPMA, com a formalização de um convênio para se fazer um programa de educação ambiental. O convênio, que está previsto para ser executado inicialmente na Procuradoria Geral de Justiça e nas Promotorias da Capital, de Timon e de Imperatriz, visa o estabelecimento de coleta seletiva, com a disponibilização de containers para descarte correto de lixo. A proposta de parceria prevê ainda a realização de cursos e palestras destinados a membros e servidores ministeriais sobre a utilização correta da energia elétrica, bem como a respeito do manejo sustentável do lixo.



Digitalização Documental

Para preservar as informações e manter viva a memória da Instituição foram digitalizados todos os dossiês funcionais dos membros e servidores do Ministério Público Estadual, conferindo maior segurança aos dados pessoais. Também foram catalogados em formato digital alguns processos, como os documentos das licitações da reforma da sede das Promotorias de Justiça e da construção da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça. A digitalização é fruto de parceria entre Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Diretoria-Geral e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca e a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência.



Otimização da Gestão Patrimonial

Foi instituído o Ato Regulamentar nº 03/2014-GPGJ que regulamenta o controle patrimonial de bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Interiorização da Gestão

Com o intuito de tratar de assuntos institucionais e estruturais do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Administração Superior da Instituição tem visitado várias Promotorias de Justiça em todo o Estado. A ação itinerante tem o objetivo de verificar as condições estruturais das sedes, buscando melhorias administrativas, mais conforto para o trabalho de membros e servidores, bem como excelência no atendimento à população.

Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

A Secretaria para Assuntos Institucionais do Ministério Público por força de suas atribuições previstas no Regimento Interno da PGJ, Ato Regulamentar n.º 20/2008, formada pela Diretora da Secretaria e quatro servidores, atuou de forma coordenada com os demais órgãos e setores da Procuradoria Geral de Justiça, na elaboração de atos, resoluções, termos de cooperação técnica, e normas internas, bem como na colaboração aos Centros de Apoio Operacionais do Ministério Público, na condução dos programas institucionais da Educação, Saúde e Controle Externo da Atividade Policial.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria para Assuntos Institucionais além de suas atribuições previstas no regimento interno, auxiliou a procuradora-geral nas reuniões externas e internas necessárias para o desenvolvimento do trabalho, bem como auxiliou os promotores de justiça no desenvolvimento de suas ações, quando solicitada. Executou atividades de natureza administrativa, bem como auxiliou os Centros de Apoio Operacionais na condução das atividades institucionais, Corregedoria-Geral e na condução dos programas institucionais do Ministério Público. Conduziu o programa de treinamento e instalação do Sistem Integrado (SIMP) e das tabelas unificadas do CNMP. Representou o MPMA no Fórum Nacional de Gestão do CNMP em Brasília.

Reuniões Institucionais

Pareceres em processos administrativos	969
Ofícios	309
Memorandos	286
Ofício Circular	1
Comunicados por meio eletrônico.	1185

- Reunião da Administração Superior do MPMA com o SINDISEMP – No dia 28 de novembro de 2014, foi realizada uma reunião da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e membros da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão com servidores da instituição. A reunião atendeu a uma solicitação do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão (Sindsemp-MA).

Foram apresentados dados sobre a provisão de cargos e os ganhos nos vencimentos dos servidores. Atualmente, todos os cargos efetivos do MPMA estão ocupados, além de terem sido providos os cargos de assessor de promotor de justiça em todo o estado. Esse crescimento no número de servidores e os ganhos conquistados nos últimos dois anos – que chegaram a mais de 100% para técnicos e auxiliares ministeriais - levaram a um com-

prometimento de 1,9% da Receita Líquida, o que representa o limite prudencial determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Titularização - No dia 28 de novembro, a procuradora-geral de justiça titularizou o promotor de justiça Peterson Armando Azevedo de Abreu, como titular da Comarca de Olinda Nova do Maranhão.

- Vitaliciamento - Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, presidida pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, realizada no dia 27 de novembro, na sala dos órgãos colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, foram vitaliciados os promotores de justiça Laura Amélia Barbosa, recém-removida para a Comarca de Governador Nunes Freire, e Renato Ighor Viturino Aragão, da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras.

- MPMA requer providências no combate a práticas discriminatórias contra nordestinos - O Ministério Público do Maranhão encaminhou, no dia 7 de outubro, à Procuradoria da República no Maranhão requerimento com pedido de providências diante da disseminação de práticas discriminatórias contra o povo nordestino em redes sociais. A notícia-crime apresentada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, encaminha em anexo documentos que comprovam a conduta delituosa de vários usuários da rede social “tumblr”, participantes de um grupo denominado “Esses nordestinos...”. Nas várias postagens do referido grupo, os internautas fazem inúmeras afirmações de caráter discriminatório, principalmente relacionando o povo nordestino à pobreza e ao recebimento de benefícios sociais, usando de diversas ofensas.

- Implantação das Tabelas Unificadas. No mês de abril de 2014 foi realizado na sala do Colégio de Procuradores, o primeiro workshop das Tabelas Unificadas promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com apoio da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST).

- Reunião com o ITERMA para concessão de terreno para construção da Promotoria de Justiça de Buriticupu. A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma). O documento prevê a concessão de um terreno para a construção da sede própria da Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu.

- Reunião com o Comandante-Geral da Polícia Militar do Maranhão. A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita de corte-

sia do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Zanoni Porto, e do subcomandante, coronel João Nepomuceno. Os oficiais vieram acompanhados de mais sete coronéis e da equipe de comunicação da PM. Durante a visita, Zanoni Porto entregou à procuradora-geral de justiça o planejamento estratégico de 2014-2017, da Polícia milícia do Maranhão.

- Inspeção do CNMP - A inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público no Maranhão teve a abertura solene realizada no dia 2 de dezembro/14, na sede da Procuradoria da República, no bairro da Areinha. O evento contou com a participação do corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramujas Assad, que coordenou a inspeção. Os trabalhos seguiram até o dia 5.

- MPMA e PRF celebram Termo de Cooperação Técnica - no dia 10 de dezembro, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou Termo de Cooperação Técnica com a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão, que possibilita aos policiais rodoviários a confecção de termos circunstanciados de ocorrência e boletins de ocorrência ao longo das rodovias federais no Maranhão.

- COMBATE À CORRUPÇÃO - O MP participou da solenidade pelo Dia Internacional contra a Corrupção, celebrado dia 9 de dezembro. O ato, organizado em São Luís pela Controladoria Geral da União no Estado do Maranhão (CGU-Regional/MA) e mais 16 instituições que integram a Rede de Controle da Gestão Pública, foi realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

- Conferência, entrega de comendas e medalhas e lançamento de publicações marcaram a comemoração pelo Dia Nacional

do Ministério Público, realizada pelo Ministério Público do Maranhão nesta sexta-feira, 12, no Hotel Luzeiros. A solenidade contou com a participação de membros e servidores da instituição e representantes de outras instituições, como Judiciário, Tribunal de Contas e Prefeitura de São Luís.

- Sindsemp apresenta reivindicações à PGJ - A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, reuniu-se dia 25 de agosto, com o presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão (Sindsemp), Valdeny Barros, e o presidente da Associação dos Funcionários da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (Asfupema), Roberto Castro Gomes, além de outros representantes das entidades classistas para discutir as principais demandas dos servidores.

- MPMA e MPT firmam parceria para defesa dos trabalhadores - A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, Anya Gadelha Diógenes, assinaram Termo de Cooperação Técnica firmando a parceria entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público do Trabalho para atuar de forma articulada na prevenção de acidentes de trabalho, proteção e defesa do trabalhador no meio urbano e rural.

- SÃO LUÍS - Autoridades do MPMA são homenageadas pelo Tribunal de Justiça - O Poder Judiciário do Maranhão, em comemoração aos 201 anos de instalação do Tribunal de Justiça (TJ), outorgou em sessão solene, a Medalha Antônio Rodrigues Vellozo a membros do Ministério Público do Maranhão. A honraria é entregue a autoridades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento pela prática de serviços relevantes em favor da Justiça.

Coordenação de Estágio Curricular

- A SECINST coordenou o estágio curricular na forma do Regimento Interno, tendo no ano de 2014 assinado 19 termos de estágio dentro da Instituição e assinado e/ou renovado termos de Cooperação Técnica com as Faculdades Fama, Ensino Atenas

Maranhense LTDA, Ceama/ama, Faculdade Pitagoras - Sistema de Educação Superior Sociedade LTDA, Faculdade Santa Terezi- nha e Unibersidade Estadual do Maranhão, proporcionando assim um campo maior de atuação para os estagiários.



Parcerias Institucionais/ Convênios

Em 2014 foram firmados os seguintes Termos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenções:

- Termo de Cooperação Técnica e Científica nº 02/2014, de 21 de agosto de 2014, celebrado entre o Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região e o Ministério Público do Estado do Maranhão/Procuradoria Geral de Justiça, visando articulação e a interação das Partes para atuação em conjunto com vista à prevenção de acidentes do trabalho, proteção e defesa do trabalhador no meio urbano e rural.

- Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2014, de 30 de abril de 2014, celebrado entre o Ministério da Justiça(MJ), por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com o Ministério Público do Estado do Maranhão, com o objetivo de conjugação de esforços dos partícipes no sentido

de desenvolvimento de uma política de resolução apropriada de disputas, contemplando a realização de cursos de sensibilização, cursos de aperfeiçoamento em técnicas e outros cursos de mediação, conciliação e negociação de conflitos, a publicação de materiais pertinentes e a promoção de uma cultura de harmonização social.

- Protocolo de Intenções celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão tem por objetivo estimular a implantação do Projeto “Ministério Público pela Educação” (MPEDUC) em municípios do Estado do Maranhão, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República.

- Convênio de Cooperação BCB/CNMP nº 01/2014. Com a assinatura do Termo de Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional Celebrado entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Nacional do Ministério Público, o MPE/MA passa a ter acesso às informações contidas no Cadastro

de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação BCB/CNMP N° 01/2013.

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a PRF - A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou Termo de Cooperação Técnica com a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão, que possibilita aos policiais rodoviários a confecção de termos circunstanciados de ocorrência e boletins de ocorrência ao longo das rodovias federais no Maranhão.

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica para Criação de Núcleo de Mediação Comunitária - O Ministério Público do Maranhão e a União de Moradores do Sol e Mar (Unimar) firmaram Acordo de Cooperação Técnica para o funcionamento do Núcleo de Mediação Comunitária do Ministério Público, no bairro Sol e Mar/Vila Luizão. O Acordo de Cooperação Técnica prevê a instalação, manutenção e funcionamento do Núcleo de Mediação, sob supervisão do Ministério Público do Maranhão.

Atuação na área da Tecnologia da Informação

A SECINST atuou em parceria com a CMTI e Diretoria Geral na implantação do Sistema de Integrado do Ministério Público (SIMP) destinado a área fim; Sistema de Tramitação Virtual de Documentos, Requisições e Processos Administrativos (DIGIDOC) e treinamento dos servidores e membros do Ministério Público do Estado para utilização dessas ferramentas tecnológicas.

Sistema de Integrado do Ministério Público (SIMP)

O Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) é uma ferramenta para o controle e movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, que foi adotado pelo Ministério Público do Maranhão em 2014.



Este sistema permitirá uma grande economia de papel, interoperabilidade de informações e celeridade no acesso aos dados, além de estar de acordo com a Resolução nº 63/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que prevê a implantação de tabelas unificadas, padronizando a nomenclatura jurídica e administrativa usada em todas as unidades do Ministério Público brasileiro.

O SIMP integrará os dados do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública, permitindo o acesso imediato, por meio da internet, às informações destas instituições. Também irá gerar mapas estatísticos para a Corregedoria Geral do MPMA e para o CNMP.

A equipe do SIMP é formada pela Promotora de Justiça Fabíola Fernandes Faheina Ferreira e os servidores Dercio Coutinho Santiago, Antonio Carlos Ferreira da Luz Filho, Fernando Oliveira, e Patrícia Corrêa.

Na 1ª fase o sistema foi implantado em 119 Promotorias de Justiça da Capital, 06 na Comarca de São José de Ribamar, 03 em Paço do Lumiar, 01 na Raposa, 19 em Imperatriz, 10 em Timon e nas 31 Procuradorias de Justiça, com a realização de capacitações e treinamentos para membros e servidores. Também foram capacitados servidores e assessores dos setores de protocolo da PGJ e Diretoria da Capital, Centros de Apoio Operacional (CAOps), Assessoria Especial e Técnica.

Para facilitar o acesso ao cidadão acerca das informações produzidas na Instituição foram criadas ferramentas para consulta dos processos cadastrados no SIMP - SIMPWEB.

A ferramenta é um modelo adquirido pelo Ministério Público do Mato Grosso e foi adotado pelo MPMA por conta da eficiência da plataforma.

O Sistema de Tramitação Virtual de Documentos, Requisições e Processos Administrativos (Digidoc)



Apresentado no dia 18 de dezembro de 2014, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, para membros e servidores da instituição, entrará em funcionamento em 2015. O objetivo é substituir a tramitação manual e física de todos os procedimentos administrativos pela via digital.

O cadastro e acompanhamento de todas as requisições, memorandos e processos administrativos será feita pelo Digidoc. O sistema foi cedido para o Ministério Público do Maranhão por meio de Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça, assinado em julho de 2013.

No início do processo de implantação do Digidoc, todos os procuradores, os coordenadores de cada setor e um servidor indicado receberão, após treinamento, o certificado digital, para o acompanhamento dos procedimentos administrativos.

TRANSPARÊNCIA NAS AÇÕES DO MP



O Ministério Público do Estado a cada ano aperfeiçoa os mecanismos de divulgação de suas ações finalísticas e administrativas, através das publicações realizadas no Portal da Transparência e no Portal de Acesso ao Cidadão. Em 2014 foram solicitadas 30 informações pelo Portal de Acesso ao Cidadão, tendo sido prestadas as informações.



A Secretaria para Assuntos Institucionais em parceria com a Diretoria Geral, e todas as Coordenadorias, fazem a gestão do Portal da Transparência e de todos os portais do site, incluindo informações diárias, dando total transparência nas ações e metas realizadas.



Durante o ano de 2014 foram colocadas a disposição do cidadão, membros e servidores relatórios de gestão, estatísticas, valores das receitas e despesas gastos com pessoal e custeio, e relatórios de todas as licitações, obras, reformas realizadas, bem como compras com material permanente, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prestamos contas à sociedade diariamente do que executamos, através das publicações em nosso site de atas de audiências públicas realizadas, plantões realizados pelos membros do Ministério Público, relatórios mensais das obras em andamento, quantidade de processos movimentados.



Desta forma, velando pela transparência nas ações implantamos o Sistema SIMPWEB para consulta dos cidadãos, partes, Advogados, Procuradores do Estado e Município, e Defensores consultarem o andamento dos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais que estejam em tramitação no Ministério Público.



A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos. Assim, o Ministério Público aperfeiçoa cada vez mais seus institutos velando pela Transparência das ações desenvolvidas.

Sistemas



PANORAMA DA ATUAÇÃO DO MINISTERIO PÚBLICO NA DEFESA DO CIDADÃO EM 2014

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
- MPMA propõe ACP por ato de improbidade contra ex-secretário

PAÇO DO LUMIAR -
MPMA move ACP contra envolvidos em irregularidades na Prefeitura

LIMA CAMPOS - MPMA
aciona ex-prefeito por improbidade administrativa

TRIZIDELA DO VALE -
MPMA oferece duas Denúncias contra ex-presidente de Câmara de Vereadores

Manifestações foram motivadas por irregularidades em licitações

POÇÃO DE PEDRAS
- MPMA propõe ACP de improbidade contra três vereadores e ex-vereador

IMPERATRIZ - MPMA
move ação contra prefeito e agência de publicidade por ilegalidade em processo licitatório

ITAPECURU-MIRIM -
MPMA move ACP contra quatro envolvidos em atos de improbidade

DAVINÓPOLIS - Doação
ilegal de terreno motiva Denúncia do MPMA

PEDREIRAS - MPMA
propõe Ação contra ex-prefeito

VARGEM GRANDE -
MPMA aciona prefeito e pregoeiro por procedimento licitatório irregular

CURURUPU - MPMA
aciona prefeito e secretário de Saúde por improbidade administrativa

MATÕES - MPMA ajuíza
ações civis públicas e denúncias contra ex-prefeito por reprovação de contas de 2007

BURITICUPU Ex-prefeito e

ex-secretária são acionados por improbidade administrativa

GOVERNADOR EDISON
LOBÃO - MPMA move ação contra prefeito por improbidade administrativa

SENADOR LA ROQUE -
MPMA move ação contra prefeito por publicidade ilegal

SÃO JOÃO BATISTA -
MPMA requer afastamento de prefeito

ESPERANTINÓPOLIS -
Ex-prefeito e gestores são alvos de ACP do Ministério Público

SANTO ANTÔNIO DOS
LOPES - MPMA aciona prefeito e ex-prefeito por improbidade administrativa

SANTA INÊS - MPMA pede
exoneração de professores contratados e nomeação de concursados excedentes

BACURI - A pedido do
MPMA, Justiça decreta bloqueio dos bens do prefeito por irregularidades em licitações

Também foram condenados membros da CPL, pregoeiro e empresários

TURILÂNDIA - Justiça
confirma regularidade de concurso público

Ação do MPMA leva à condenação de desembargador aposentado e outras 10 pessoas

Esquema de contratações irregulares causou prejuízo superior a R\$ 350 mil ao TJ-MA

CIDELÂNDIA - MPMA
move Ações Civil e Penal contra ex-prefeito

GONÇALVES DIAS -
MPMA move ação por ato de improbidade contra ex-prefeito

Coletiva apresenta resultados preliminares da Operação Geist



Representantes das instituições envolvidas na investigação esclareceram detalhes da operação Geist

BOM JARDIM - MPMA
pede afastamento de prefeita por atos de improbidade



VIOLÊNCIA SEXUAL -
Palestras do MPMA debatem tema na Comarca de Morros



MPMA promove eventos de
combate à violência sexual contra crianças e adolescentes



A promotora Ilma Paiva e a psicóloga Mary Ewerton debateram sobre a violência sexual em Brejo

PASTOS BONS - Projeto
esportivo idealizado pelo MPMA realiza torneio de judô



CAXIAS - Programa Direito à Saúde debate problemas do setor e indica prioridades



Membros do MP, instituições parceiras e sociedade discutiram prioridades para a saúde

PENALVA - MPMA promove palestra sobre saúde e meio ambiente em comunidade quilombola



Doenças transmitidas por animais foi um dos assuntos do evento

GRAJAÚ - Campanha contra poluição sonora e prostituição infantil realiza operação



Operação tem o objetivo de combater a poluição sonora e a prostituição infantil

PRESIDENTE DUTRA - Audiência pública vai subsidiar ações do MPMA em defesa da educação no município



Audiência teve o objetivo de debater assuntos relativos à área de Educação

BEQUIMÃO - MPMA firma TAC para regularizar comércio de gás



Promotores do Meio Ambiente discutem fauna e pesca em reunião

Ministério Público vai investigar denúncias de violência sexual dentro dos presídios

TIMON - MPMA discute questões de criminalidade e sistema penitenciário na região

SÃO LUÍS - MPMA promove audiência pública sobre aumento da criminalidade

CIDELÂNDIA - MPMA requer condenação de ex-prefeito nas esferas cível e criminal

SANTA LUZIA - MPMA garante pagamento de diferença salarial a agentes de saúde

SÃO LUÍS - Promotoria do Consumidor pede intervenção na SMTT

Bens da Tim Celular no valor R\$ 25 milhões são penhorados para indenização de consumidores

CONSUMIDOR - Reajuste da tarifa do transporte coletivo terá que ser revisto pela prefeitura

Parte do pedido do MP foi acolhido pela Justiça

COROATÁ - Ação do MPMA requer assistência a idosos

AÇAILÂNDIA - MPMA cobra regularização de serviços do Samu

BALSAS - MPMA aciona Município na Justiça para garantir cirurgia a paciente

PINHEIRO - Júri condena envolvidos em homicídio ocorrido em 2012

SÃO LUÍS - Promotoria da Educação promove reunião entre comando de greve e Prefeitura

Reunião discutiu greve da rede municipal

ANAJATUBA - Educação no município é discutida em audiência pública



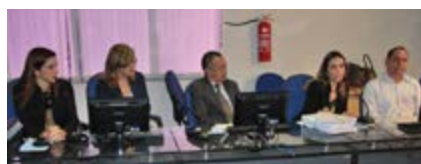
Diversos segmentos estiveram presentes na audiência

III Encontro Estadual de Educação - Debate sobre indicadores educacionais e transporte escolar encerram programação do evento



Transporte escolar foi definido como tema prioritário do MPMA

TRANSPORTE ESCOLAR - MPMA busca regularizar situação por meio de Termos de Ajustamento de Conduta



Objetivo é firmar TACs com Municípios para regularizar o serviço

Promotores do MPMA participam de reunião sobre controle externo da atividade policial no CNMP



Controle Externo da Atividade Policial na pauta do CNMP



PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Em 2014, a SECINST apoiou e monitorou a execução dos Programas Institucionais desenvolvidos pela Instituição ministerial nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e o Programa do Memorial do Ministério Público, conjuntamente com os Centros de Apoio Operacional das respectivas matérias, bem como das Campanhas Institucionais, junto com a Coordenadoria de Comunicação.

Educação de qualidade: direito de todo maranhense



Objetivo: Exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo à evasão escolar, garantindo transporte e alimentação escolares adequados, especialmente entre as crianças e adolescentes.

Parceiros: Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, MEC, Escola de Formação de Governantes do Maranhão (EFG-MA), Controladoria-Geral da União-Regional Maranhão (CGU/MA), UNICEF, Conselho Regional de Nutrição-Regional Nordeste (CRN/NE), Vigilância Epidemiológica Sanitária Estadual, Organização Mundial da Primeira Infância (OMEP/MA), Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal, Detran, dentre outros.

O Programa prevê a realização de Encontros Regionais de Educação, com a produção de diagnóstico da realidade educacional local e planejamento de ações para superação das iniquidades identificadas. Em seguida são estabelecidos Compromissos de Ajustamento de Conduta para melhoria dos indicadores educacionais dos municípios maranhenses. O programa também propõe a criação de um Banco de Dados alimentado pelos promotores de justiça a partir dos TAC's e a implementação de um Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação, para acompanhar a evolução dos indicadores elencados, inicialmente em quatro dimensões: Transporte escolar, Alimentação escolar, Qualidade da Educação (melhoria da infraestrutura e fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas) e Educação Infantil.

Principais resultados:

- Realizados 02 Encontros Estaduais do Ministério Público na área da Educação em parceria com o Ministério da Educação (MEC);

- 01 Encontro Regional na Comarca de Pedreiras/MA;

- Na segunda fase, serão realizadas audiências públicas nas comarcas que participaram do Encontro Regional de Pedreiras, para discussão da situação da educação local e proposição de assinatura de TACs. Ao longo de 2015, serão retomados os Encontros Regionais, seguidos das audiências públicas.



Participaram 957 pessoas entre estudantes, professores, secretários municipais de Educação, prefeitos, vereadores, gestores escolares, conselheiros tutelares e de educação, promotores de justiça e representantes da sociedade civil, dos dois seminários e um encontro regional sobre a temática, de mais de 150 municípios maranhenses.



Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção



Prever a realização de Encontros Regionais de Saúde envolvendo membros e servidores do Ministério Público, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, e à fiscalização a prestação dos serviços delineados no Anexo I da Resolução CIB/MA nº 47/2011. Também propõe a pactuação de Termos de Ajuste Sanitário (TAS), Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Audiências Públicas, Recomendações e Proposição de Ações Cautelares e Ações Cíveis Públicas (ACPs) para resolução dos problemas. 2ª) Realização de cursos de qualificação nas modalidades de especialização, aperfeiçoamento e extensão presenciais e à distância, para membros e servidores do Ministério Público, além de conselheiros de saúde, gestores e demais agentes sociais com atuação na área da saúde, com apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP). 3ª) Realização de uma campanha de combate à corrupção na Saúde, visando o fomento à boa governança na área da saúde, com a produção de materiais de mobilização social, como cartilhas, voltados para o aumento da transparência pública e a participação do cidadão no auxílio ao controle social e combate às irregularidades.

Principais resultados:

- 02 Encontros Regionais de Saúde (Imperatriz e Caxias) realizados, reunindo mais de 500 pessoas, de 40 municípios, sendo: 25 promotores de justiça; 60 Gestores de Saúde; 415 conselheiros municipais de saúde;
- 01 Oficina sobre Sistemas de Informação do SUS, em Imperatriz/MA, reunindo 8 (oito) promotores de justiça, 8 (oito) servidores e 42 (quarenta e dois) conselheiros de saúde;
- Inspeções em Hospital de Alta Complexidade e recomendação para solução de problemas identificados;
- Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Promotoria de Caxias e a Prefeitura Municipal para reforma de 28 postos de saúde;
- Envio de minuta de Recomendação aos promotores de justiça com atuação na matéria, solicitando a elaboração de Portaria Municipal para implantação da REMUNE;
- Criação de mais uma Promotoria Especializada de Defesa do Direito à Saúde em São Luís, capital do Estado.

Objetivo: Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações da sociedade civil e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

Parceiros: Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA), UNASUS/UFMA, ESMP, MS, DATASUS.



Controle e fiscalização dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário do Estado



Objetivo: Exigir o cumprimento do direito à Segurança Pública e da Lei de Execução Penal (LEP) e garantia dos direitos humanos com a humanização dos presídios.

Parceiros: Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na área Criminal, Centro de Apoio Operacional Criminal, membros e servidores do MP/MA, organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de controle social (conselhos municipais de Segurança Pública.), instituições públicas, universidades, alunos, professores, igrejas, clubes de serviço, gestores escolares e de saúde, policiais militares e civis, secretarias estaduais, Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias Municipais, Conselhos de classe, dentre outros.

Realização de 02 (duas) grandes linhas de trabalho. A primeira linha de ação será a realização de Encontros Regionais sobre o Sistema de Segurança, num fórum de discussão sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado (modelo, estrutura, concepção, ações a serem adotadas pelo Ministério Público) e a segunda linha de ação será FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA, com adoção de medidas judiciais, TACS, fiscalização das estruturas físicas e de pessoal, acompanhamento das ações interpostas, dentre outras medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Principais resultados:

- Mutirão Carcerário;
- Projeto de revisão de processos de presos da Comarca Imperatriz;
- Diagnóstico de estabelecimentos penais de São Luís;
- Inspeção do Ministério Público na penitenciária feminina de São Luís;
- Inspeção do Ministério Público na CCPJ do Anil;
- Inspeção do Ministério Público no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;
- Reunião entre os governos Estadual e Federal para a resolução da crise no sistema penitenciário com a participação do Ministério Público;
- Investigação de denúncias de violência sexual dentro dos presídios;
- Termo de Compromisso assinado por representantes do CNJ, TJMA, MPE e DPE com propostas entregues ao Governo do Estado do Maranhão para a melhoria dos presídios e das unidades de internação do Estado;
- Interposição de Ações Cíveis Públicas para a interdição de Delegacias de Polícia Civil na capital e no interior do Estado;
- Reunião para discussão da situação dos estabelecimentos prisionais: PGJ e SEJAP;
- Mapeamento de todas as Ações Cíveis Públicas interpostas pelo MPMA na área da Segurança Pública.

Programa Memória Institucional (PMMP)



O Memorial do MPMA está situado na Rua Nilton Prado, nº 53 – Centro Histórico de São Luís. Fica aberto no horário comercial e recebe visitantes (pesquisadores, estudantes, turistas entre outros) para conhecer a trajetória histórica do MPMA desde sua fundação até os dias atuais, por meio de exposição de acervo composto por publicações, fotografias, vídeos, mobiliário e demais objetos que retratam o *Parquet*. O programa desenvolvido pelo MPMA também trabalha na guarda, preservação e apresentação do acervo histórico do Memorial. Possui uma Comissão Gestora coordenada pelo procurador de justiça, Teodoro Peres Neto, e os membros, Ana Luíza Almeida Ferro, Wochiton Luiz Maciel Cantanhede, Cláudio Luís Frazão Ribeiro, e a servidora Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos e conta com o apoio da Administração Superior do MPMA e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, que atua na secretaria das atividades.

Principais resultados:

a) Projeto “A Criança no Memorial do MPMA” (novembro de 2014), através do convite às seguintes escolas públicas:

- Unidade Integrada Sotero dos Reis: participação de 30 alunos do ensino fundamental;
- Colégio Liceu Maranhense: participação de 26 alunos do ensino médio.

b) Atendimento personalizados a 452 visitantes do Memorial do MPMA, entre os meses de janeiro a dezembro de 2014, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados;

c) Continuação das pesquisas históricas e transcrições referentes aos volumes da série “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos” no período de 1872-1892 e ulterior produção de Índice Onomástico, pela Historiadora-Assessora e estagiários do Programa Memória junto ao Arquivo Público do Estado do Maranhão;

d) Participação do promotor de justiça, Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, representando a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional no V Encontro de Memoriais do Ministério Público, realizado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas, nos dias 24 e 25 de setembro de 2014.



PROJETOS E CAMPANHAS

Campanhas Institucionais

Foram realizadas campanhas institucionais com a participação da Coordenadoria de Comunicação: Maria da Penha em Ação, Trânsito Seguro e Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?



Maria da Penha em Ação



Idealizada pelas 15ª e 16ª Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher de São Luís, a campanha permanente é coordenada pelas promotoras de justiça de Defesa da Mulher de São Luís, Selma Regina Martins e Márcia Haydée Carvalho e tem como objetivo conscientizar a população sobre a prevenção da violência doméstica, com foco nas instituições de ensino, e contribuir para a erradicação deste tipo de violência. Para a campanha foram desenvolvidas as seguintes peças: identidade visual, cartaz, folder, cartilha, banner impresso, banner eletrônico, camisa e vídeo.

Em 2014 foi realizado concurso de vídeo, produção textual com foco na prevenção da violência doméstica no âmbito escolar e caminhada.





Trânsito Seguro, Direito de Todos



A campanha foi idealizada pelo promotor de Justiça Alessandro Brandão Marques, e feita por meio de mobilização nas emissoras de rádio e TV, blitzen educativas e distribuição de material publicitário: cartazes, folders e adesivos. Também foi promovido um passeio ciclístico no município de Imperatriz. Entre os órgãos e instituições parceiras do projeto estão a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Secretarias Municipais de Trânsito e de Educação.



**O QUE VOCÊ TEM A VER
COM A VIOLÊNCIA
NO TRÂNSITO DE IMPERATRIZ?**

**“Quem escolhe seu
caminho? Você ou
as drogas?”**



Esta é uma campanha idealizada pela 11ª Promotoria Especializada de Substituição Plena, com o objetivo de prevenir e combater as drogas, visando despertar uma reflexão sobre a problemática e suas implicações na vida familiar e social. Outra finalidade é contribuir para a diminuição da criminalidade, consistindo em palestras e concursos de desenhos e poesias em escolas públicas municipais e estaduais de São Luís.



Ação Estadual de Combate à Corrupção - Compromisso com a cidadania



Para reafirmar o compromisso de combater a corrupção no Maranhão, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça deflagraram a campanha com o objetivo de reforçar as atuações dos dois órgãos, denunciando e julgando ações no combate ao desvio de verbas públicas e à prática de atos de corrupção e de improbidade administrativa. São pautadas nas comarcas e varas da Justiça estadual, audiências de processos de improbidade administrativa; ajuizadas pelo MP, Ações Cíveis Públicas por ato de improbidade administrativa; emissão de Recomendações e oferecimento de Denúncias por práticas criminosas, além de palestras em comunidades.



Campanha Interinstitucional: Natal do MPMA



As atividades foram iniciadas oficialmente em 14 de novembro pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, que recebeu representantes da Diretoria Regional dos Correios e escolheu a Unidade de Educação Básica Dr. Oliveira Roma. A escola da rede municipal de ensino, localizada no bairro Recanto dos Vinhais, foi contemplada com a adoção de 251 cartas.



Ainda como parte da programação de Natal, também foi contemplada a escola comunitária do Movimento de Mulheres da Vila Dom Luís, na área Itaqui-Bacanga. Foram adotadas 112 cartas de crianças.



A entrega na primeira escola, UEB Dr. Oliveira Roma, foi realizada no dia 18 de dezembro. Já a segunda escola recebeu os presentes no dia 23 de novembro. Ao todo, foram arrecadados 500 presentes, 137 além das cartas com pedidos das escolas.

Por esse motivo, uma parte dos presentes extras também foi doada para os filhos dos funcionários terceirizados da Procuradoria



O Banco Nacional de Projetos é uma ferramenta da Ação Nacional, responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado em todo o território nacional, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>

O Ministério Público do Maranhão foi contemplado pelo Prêmio CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) em duas categorias, durante a cerimônia de abertura do 5º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Brasília, no mês de outubro/2014. O evento aconteceu no Hotel Royal Tulip com a participação de membros e servidores dos MPs de todo o Brasil.

Na categoria Comunicação e Relacionamento, o projeto "Judicialização da Saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas", idealizado e coordenado pelo titular da 4ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública de São Luís, Nacor Paulo Pereira dos Santos, obteve o 2º lugar. Já o projeto "Conte até 10 – Esporte nas escolas", efetivado pelo promotor de justiça Marco Antonio Santos Amorim, da Comarca de Santa Inês, ficou em 5º lugar, na categoria Indução de Políticas Públicas. Ao todo, foram analisados 655 projetos de todo o Brasil e quarenta foram premiados.

A Secretaria para Assuntos Institucionais em conjunto com a Assessoria de Planejamento Geral foram os responsáveis pela divulgação do Banco de Projetos - iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público – entre os membros e servidores do *Parquet* maranhense, que culminou na inscrição de 19 (dezenove) projetos do *Parquet* nos últimos dois anos, com a premiação de dois deles, em 2014.



Projetos Premiados

Judicialização da saúde: o Ministério Público na reconstrução das políti- cas públicas

*Categoria: Comunicação e
Relacionamento*

*Gestor: Nacor Paulo Pereira do Santos
– promotor de Justiça*

Premiação: 2º lugar



Esse projeto visa ao aprimoramento das políticas públicas para evitar a judicialização da saúde na busca de soluções políticas que minimizem os custos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo central é garantir os direitos das pessoas por meio de ações preventivas e proativas, constituídas em parcerias com outras instituições. Evitar as aquisições de produtos e serviços de saúde sem licitação, na esfera da judicialização, que se baseiam em urgência pela preservação da saúde e da vida humana na ausência de políticas públicas adequadas são outros objetivos. Pretende-se também que o SUS incorpore os pacientes atendidos pela judicialização da saúde nos mecanismos de controle, para acompanhamento do tratamento e coleta de dados estatísticos voltados para o aprimoramento dessas políticas.

As ações implementadas pela Promotoria de Justiça são promovidas para a prestação de contas dos recursos utilizados no custeio dos produtos e dos serviços de saúde, para utilização de parâmetros razoáveis nas condenações por danos materiais e morais e para a exclusão ou a redução de multas aplicadas no cumprimento de decisões judiciais.

Alguns dos resultados são: coleta de dados estatísticos; manifestações processuais com parâmetros razoáveis de condenação e não de aplicação de multa diária; processos com indícios de crime organizado; acompanhamento de dezenas de processos judiciais envolvendo a judicialização da saúde.

Projeto Conte até 10 – esporte nas escolas

*Categoria: Indicação de Políticas
Públicas*

*Gestor: Marco Antonio Santos Amorim
– promotor de Justiça*

Premiação: 5º lugar



O projeto Conte Até 10 – esporte nas escolas mobiliza crianças e adolescentes para que, por meio do esporte, busquem melhorar suas condições sociais, não praticando atos de violência e percebendo que a vida pautada em delitos não vale a pena, estruturando-a com dignidade. O projeto se desenvolve em ambiente escolar no turno contrário ao das aulas, tendo sido escolhido um dos bairros mais pobres, violentos e com alta incidência de tráfico de entorpecente da cidade de Santa Inês. Funciona no sistema de apadrinhamento/amadrinhamento por pessoas da comunidade, por meio de contribuição mensal.

Visa a agir preventivamente, fazendo com que o público-alvo, através do esporte, desvie-se do caminho do álcool, das drogas e da prática de atos infracionais. Entre as ações desenvolvidas, estão o acompanhamento individual dos alunos, detalhando as condições familiares, escolares e sociais; a evolução do histórico escolar (os alunos precisam atingir, no mínimo, a nota sete em todas as matérias); a participação em competições estaduais, regionais e nacionais; o não consumo de bebidas etílicas, cigarros ou entorpecentes; a divulgação do projeto na página das Promotorias de Justiça de Santa Inês no Facebook e em TVs.

Vários resultados positivos já foram identificados: fortalecimento dos vínculos familiares; melhor rendimento escolar; evolução na prática esportiva (alguns já venceram competições locais e regionais); maior envolvimento dos pais e dos alunos com o ambiente escolar; o não uso de substâncias entorpecentes; a não prática de atos infracionais; a consolidação do Ministério Público como transformador social.

Lista dos Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP em 2014

Maria da Penha em Ação	Programa Contas na Mão	Estação MP	Informativo em Dia
Objetivo: Sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica vivenciadas pelas mulheres, para que tenhamos cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres.	Objetivo: Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público, social, histórico e cultural	Objetivo: Fortalecer a comunicação institucional	Objetivo: Fortalecer a comunicação institucional
	Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante: Garantindo acesso aos cidadãos e cidadãs maranhenses	Projeto Planos Diretores	Superando Barreiras
	Objetivo: Facilitar o diálogo do cidadão com o Ministério Público	Objetivo: Zelar pela defesa e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável	Objetivo: Aperfeiçoar o sistema prisional e as medidas alternativas
			Projeto Acolher
			Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral
			Judicialização da Saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas
	Artistas na escola	Chá com os artistas	Projeto Ghandi
	Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral	Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral	Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral
			Objetivo: Atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, respeitando as competências constitucionais
Demandas de valores elevados: segurança do patrimônio financeiro das Fazendas Públicas à vista do MP	Trânsito Seguro, Direito de Todos	Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça	Programa Institucional “Direito à Saúde: Prevenção e Combate à Corrupção”
Objetivo: Fomentar a cultura de resultados	Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral	Objetivo: Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno	Objetivo: Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno
			Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: Direito de Todo Maranhense”
			Objetivo: Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno

**COORDENADORIAS / ASSESSORIA
JURÍDICA E DE PLANEJAMENTO**

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) é a unidade responsável pelo planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro do Parquet maranhense.



Em 2014, o orçamento do Ministério Público Estadual aprovado conforme a LOA, mais as suplementações, alcançou o valor de R\$ 340.081.415,00.

Do total aprovado, 69,48% foram destinados a despesas com Pessoal e Encargos; 20,91% a Outras Despesas Correntes, e 9,60% com Investimento. No exercício de 2014, foram executados 94,91% do orçamento do Ministério Público Estadual, sendo: 73,11% com Pessoal e Encargos Sociais; 21,29% com Outras Despesas Correntes, e 5,60% com Investimento, de acordo com o detalhamento a seguir:

DETALHAMENTO DA DESPESA – 2014

PROGRAMA: 0337

Gestão de Ações Essenciais à Justiça.

Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutive do Ministério Público Estadual.

Ação: 3038

Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público.

Ação: 4426

Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça.

Ação: 2963

Coordenação das Ações Essenciais à Justiça.

Ação: 3037

Construção da Sede Própria do Ministério Público.

Total

R\$ 94.956.237,00

R\$ 62.543.600,00

R\$ 17.636.747,00

R\$ 13.775.890,00

R\$ 1.000.000,00

Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa.

Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.

Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público.

Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.

PROGRAMA: 0411 Apoio Administrativo **Objetivo:** Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação.

Ação: 4674

Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado.

R\$ 206.820.685,00

Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.

Ação: 4683

Gestão de Informática no Estado do Maranhão.

R\$ 8.830.880,00

Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão.

Ação: 0900

Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual.

R\$ 22.169.724,00

Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores.

Ação: 0901

Contribuição ao Regime Geral da Previdência.

R\$ 5.365.352,00

Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores.

Total

R\$ 243.186.641,00

PROGRAMA: 0499 Operação Especial **Objetivo:** Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação.

Ação: 0904

Ação de Indenização.

Total

R\$ R\$ 1.938.537,00

R\$ 1.938.537,00

Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 94,91%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

	Autorizado	Empenhado	%
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 340.081.415,00	R\$ 322.768.834,86	94,91
0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça	R\$ 94.956.237,00	R\$ 79.423.571,61	83,64
0411 - Apoio Administrativo	R\$ 243.186.641,00	R\$ 241.406.727,13	99,27
0499 - Operação Especial	R\$ 1.938.537,00	R\$ 1.938.536,12	100

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

PROGRAMA: 0337 Gestão da Cidadania. **Objetivo:** Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ação: 2963

Direção e Coordenação da Cidadania.

R\$ 62.543.600,00

R\$ 61.762.584,00

98,75

Finalidade Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Ação: 3037

Construção da Sede Própria do Ministério Público.

R\$ 17.636.747,00

R\$ 4.216.420,98

23,91

Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.

Ação: 3038

Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público.

R\$ 13.775.890,00

R\$ 12.649.892,39

91,83

Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público.

Ação: 4426

Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral de Justiça.

R\$ 1.000.000,00

R\$ 794.674,24

79,47

Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.

PROGRAMA: 0411

Previdência dos Servidores Públicos do Estado.

Objetivo: Garantir ao servidor público estadual

direitos previdenciários de acordo com a legislação.

Ação: 4674

Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado.

Ação: 4683

Gestão de Informática no Estado do Maranhão.

Ação: 0900

Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual.

Ação: 0901

Contribuição ao Regime Geral da Previdência.

	R\$ 206.820.685,00	R\$ 8.830.880,00	R\$ 22.169.724,00	R\$ 5.365.352,00
Autorizado	R\$ 206.820.685,00	R\$ 8.830.880,00	R\$ 22.169.724,00	R\$ 5.365.352,00
Empenhado	R\$ 206.760.952,71	R\$ 7.353.989,63	R\$ 22.006.262,33	R\$ 5.285.522,46
%	99,97	83,28	99,26	98,51
Finalidade	Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.	Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão.	Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores.	Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores.

PROGRAMA: 0499

Operação Especial.

Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários

de acordo com a legislação.

Ação: 0904

Ação de Indenização.

Autorizado	R\$ 1.938.537,00
Empenhado	R\$ 1.938.536,12
%	100

Finalidade Garantir o cumprimento de sentenças judiciais.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

	Autorizado	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 340.081.415,00	R\$ 322.768.834,86	R\$ 306.952.663,56	94,91	90,26
1 - PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 236.294.298,00	R\$ 235.991.273,62	R\$ 235.991.273,62	99,87	99,87
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 71.124.480,00	R\$ 68.712.844,15	R\$ 64.898.259,48	96,61	91,25
4 - INVESTIMENTOS	R\$ 32.662.637,00	R\$ 18.064.717,09	R\$ 6.063.130,46	55,31	18,56

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 322.768.834,86	R\$ 306.952.663,56
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	R\$ 22.006.262,33	R\$ 22.006.262,33
08 – AUXÍLIO MORADIA	R\$ 4.284.655,39	R\$ 3.959.825,92
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 197.901.321,40	R\$ 197.901.321,40
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 5.285.522,46	R\$ 5.285.522,46
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 1.062.760,63	R\$ 1.062.760,63
16- AJUDA DE CUSTO	R\$ 9.890,00	R\$ 9.890,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 3.722.406,73	R\$ 2.743.357,49

33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 454.295,72	R\$ 454.295,72
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R\$ 2.169.574,78	R\$ 2.146.385,38
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R\$ 5.097.334,40	R\$ 4.551.312,13
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$ 14.737.430,04	R\$ 12.797.015,75
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	R\$ 73.099,63	R\$ 73.099,63
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 14.948.997,73	R\$ 4.546.601,06
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 3.085.428,95	R\$ 1.486.238,99
91 - SENTENÇA JUDICIAL	R\$ 2.301.403,89	R\$ 2.301.403,89
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 7.958.981,44	R\$ 7.958.981,44
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 86.120,90	R\$ 86.120,90

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2014.

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	94,91
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,87
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	73,11
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	96,61
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	21,29
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	55,31
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	5,6

Através de sua home page o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Relação de Dirigentes Responsáveis e Ordenadores de Despesas do FEMPE em 2014

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Procuradora Geral de Justiça ::
Mat. 40622 :: Nomeação - DO. 094
-15/05/2012

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Diretor Geral da Procuradoria
Geral de Justiça :: Mat. 651919 ::
Nomeação - DO. 118 -19/06/2012

Abelardo Teixeira Balluz
Diretor da Secretaria Administrativo
- Financeira :: Mat.1070873 ::
Nomeação - DO. 118 -19/06/2012

Tatiana Alves de Paula
Coordenadora de Orçamento e
Finanças :: Mat. 470179 :: DO. 086
-05/05/1995

Fabiola Fernandes Faheina Ferreira
Diretora da Secretaria para Assuntos
Institucionais :: Mat. 1060177 ::
DO.118 – 19/06/2012

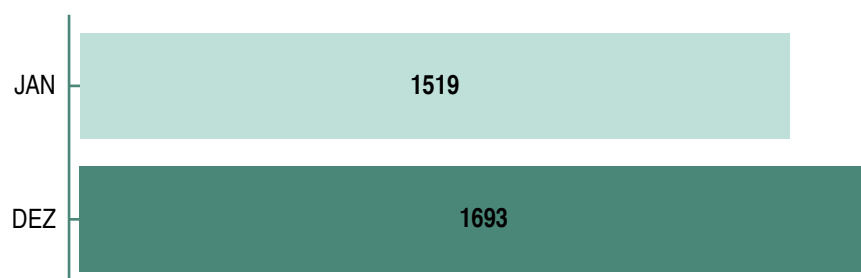
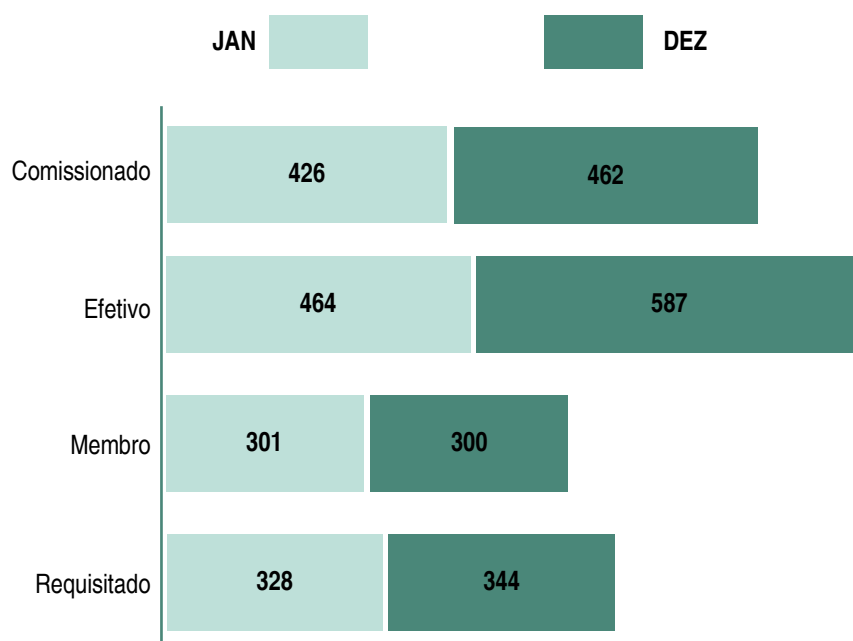
José Antônio Oliveira Bents
Procurador de Justiça :: Mat. 263863
DO. 4099 – 25/07/2012

Marcos Valentim Pinheiro Paixão
Promotor de Justiça :: Mat. 657213 ::
DO. 4099 –25/07/2012

Coordenadoria de Folha de Pagamento



De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.



Houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2014, maior que em 2013, na ordem de 11,45%.

EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Obs: Foi considerada toda a remuneração dos mesmos servidores presentes tanto na folha de janeiro quanto na folha de dezembro, desconsiderando-se a verba de terço constitucional de férias.

Mês	Bruto Folha	Patronal INSS	Patronal Supsec	Patronal Ass. Saúde	Patronal FEPA
Jan	14.814.309,65	366.738,1704	11.924,02	5.952,94	1.560.858,777
Fev	15.558.635,36	380.348,1612	0	6.101,02	1.616.769,9
Mar	15.298.995,33	372.907,4622	0	6.188,605	1.612.465,159
Abr	17.354.896,51	460.432,8372	0	7.517,1	1.725.582,532
Mai	16.480.083,67	417.303,852	0	6.393,6	1.665.998,7
Jun	23.060.705,65	408.982,7469	0	6.244,51	1.664.999,155
Jul	15.463.854,55	407.673,7749	0	6.365,895	1.665.633,9
Ago	15.443.689,11	412.389,5622	0	6.123,685	1.666.319,005
Set	15.625.452,38	413.849,352	0	9.189,395	1.680.958,255
Out	15.687.917,17	419.521,8531	0	8.761,605	1.676.891,318
Nov	16.371.969,28	418.471,4373	0	8.460,885	1.682.744,045
Dez	18.587.799,94	431.630,6337	0	8.016,86	1.695.602,618
13	7.401.631,4	374.944,1661	0	0	1.659.209,85
Total	207.149.940	5.285.194,009	11.924,02	8.5316,1	21.574.033,21

Mês	Patronal Funben	Salário Família	Verbas Exerc Anterior / Dec. Judiciais	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	Auxílio Alimentação	TOTAL FOLHA
Jan	20.198,09	421,59	969.268,05	16.780.403,24	1.593.860,214	18.374.263,45
Fev	21.909,06	439,92	969.268,05	17.584.203,42	1.676.669,183	19.260.872,6
Mar	21.110,56	446,97	0	17.312.114,09	1.676.669,183	18.988.783,27
Abr	24.429,59	452,61	0	19.573.311,18	1.668.126,137	21.241.437,32
Mai	22.599,24	459,66	0	18.592.838,72	1.668.126,137	20.260.964,86
Jun	22.178,74	466,71	0	25.163.577,51	1.694.116,716	26.857.694,23
Jul	19.835,31	466,71	0	17.563.830,14	1.694.116,716	19.257.946,86
Ago	17.435,22	472,35	0	17.546.428,93	1.694.116,716	19.240.545,65
Set	40.450,6	492,09	0	17.770.392,07	1.721.984,543	19.492.376,61
Out	35.272,84	499,14	0	17.828.863,93	1.724.318,76	19.553.182,69
Nov	33.728,66	503,37	0	18.515.877,68	1.730.358,55	20.246.236,23
Dez	33.309,51	497,73	0	20.756.857,29	1.722.001,657	22.478.858,95
13	0	0	0	9.435.785,416	0	9.435.785,416
Total	312.457,42	5.618,85	1.938.536,1	234.424.483,6	20.264.464,51	254.688.948,1

Coordenadoria de Gestão de Pessoas



Atividades desenvolvidas:

JANEIRO

Reajuste salarial no percentual de 6% (seis) para os servidores a partir de 01 de janeiro de 2014 (Lei nº 10.035/2014), em cumprimento a disposição constitucional: "É assegurada revisão geral anual dos subsídios e vencimentos, sempre na mesma data e sem distinção de índices" (CF, art. 37, X).

MARÇO

Contratação da Noroeste Concursos para realização de Seletivo Público para provimento de 127 (cento e vinte e quatro) vagas de estagiários não-obrigatório, para provimento de 40 vagas nas comarcas do Interior e 87 em São Luís.

RESUMO DO CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS – NOROESTE CONCURSOS

Nº de cidades de realização das provas	7
Nº de vagas	127
Nº de Inscritos	4.332
Nº de candidatos que realizaram as provas	675
Nº de ausentes nas provas	282
Nº de reprovados	115
Nº de Candidatos aprovados	560

Admissão de 128 (cento e vinte e oito) estagiários, não-obrigatório, aprovados no referido Seletivo Público, sendo necessária a convocação de 140 (cento e quarenta) candidatos em 7 chamadas por edital;

Provimento de 129 (cento e vinte e nove) cargos efetivos com a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público homologado pelo Edital de Homologação, de 04 de novembro de 2014, publicado no Diário da Justiça, de 05 de novembro de 2014, sendo 23 cargos de Analista Ministerial e 106 de Técnico Ministerial;

Realização e homologação do 3º Concurso de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 21 cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 11(onze) na área Administrativa e 10(dez) na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior, conforme Edital de Remoção nº 01/2013, de 05/12/13 e de Retificação nº 01/2013, de 23/12/13.

Realização e homologação do 4º Concurso de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 01(um) cargo de Técnico Ministerial na área Administrativa com lotação em São Luís-MA;

Concessão de Adicional de Qualificação – AQ a 32(trinta e dois) servidores. Com isso, 351 servidores passam a ser contemplados com o AQ, correspondendo a 77% do atual quadro de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, representando um acréscimo de, no mínimo, 10% nos seus vencimentos;

Provimento de cargos

NOMEAÇÕES CARGOS EFETIVOS

	2010	2011	2012	2013 ¹	2014
Promotor de Justiça	23	33	2	3	1
Analista Ministerial	7	0	0	23	4
Técnico Ministerial	32	0	0	86	67
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0	0
TOTAL	62	33	2	112	72

NOMEAÇÕES DE CARGOS COMISSIONADOS:

	2010	2011	2012	2013	2014
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	52	37	114	37	24
De indicação de Procurador de Justiça ²	37	44	33	87	28
De indicação de Promotor de Justiça ³	86	22	193	132	102
TOTAL	175	103	340	256	154

VACÂNCIAS CARGOS EFETIVOS (EXONERAÇÕES/DEMISSÕES, FALECIMENTO, APOSENTADORIA):

	2010	2011	2012	2013	2014
Promotor de Justiça	3	3	5	3	1
Analista Ministerial	6	3	-	1	4
Técnico Ministerial	29	12	7	6	16
Auxiliar Ministerial	1	1	1		2
TOTAL	39	19	13	10	23

EXONERAÇÕES CARGOS COMISSIONADOS:

	2010	2011	2012	2013 ⁴	2014
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	50	28	90	26	17
De indicação de Procurador de Justiça	37	20	31	58	25
De indicação de Promotor de Justiça	5	22	42	93	80
TOTAL	92	70	163	177	122

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DE MEMBROS:

	2010	2011	2012	2013	2014
Promoção para Procurador de Justiça	2	0	0	2	0
Promoção de Promotor de Justiça	2	2	47	23	23
Titularidade de Promotor de Justiça	16	22	26	1	3
Remoção	25	18	59	35	50
Aposentadoria Procurador de Justiça	2	0	1	1	1
Aposentadoria Promotor de Justiça	0	0	2	1	1

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA - SERVIDORES

	2010	2011	2012	2013	2014
Homologação de estágio probatório	182	38	17	34	1
Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	403	325	528	437	312
Remoções	24	10	16	9	62

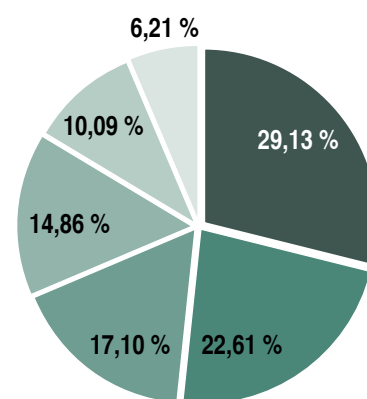
¹ Realização do último concurso público para servidores efetivos.

² Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

³ Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos;

⁴ Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça.

QUANTITATIVO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, ATENDIDO PELA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS:



Estagiários não obrigatórios 125

Aposentados / Pensionistas 203

Membros 299

Requisitados 344

Exclusivamente Comissionados 455

Servidores Efetivos 586

QUADRO DE ANALISTAS MINISTERIAIS POR ESPECIALIDADE

ÁREAS	Especialidade	São Luís	Interior	Total
Administrativo = 28	Administrativo	21	1	22
	Administração	4	2	6
Economia/Contabilidade = 25	Auditoria	1	0	1
	Contábil	14	0	14
	Economia	10	0	10
Engenharia = 9	Arquitetura	2	0	2
	Engenharia Civil	6	0	6
	Engenharia Elétrica	1	0	1
Processual Direito = 11	Processual Direito	8	3	11
Assistente Social = 15	Assistente Social	6	9	15
Comunicação = 8	Comunicação - Jornalismo	4	1	5
	Comunicação - Relações Públicas	2	0	2
	Comunicação - Radialismo	1	0	1
Informática = 12	Analista Sistema Programador	4	0	4
	Analista Sistema Suporte	3	0	3
	Banco de Dados	1	0	1
	Rede e Infraestrutura	1	0	1
	Segurança da Informação	1	0	1
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	0	1
Biblioteconomia = 5	Teste e Qualidade de Software	1	0	1
	Biblioteconomia	5	0	5
Médica = 5	Medicina	2	0	2
	Odontologia	2	0	2
	Perícia Criminal - Medicina	1	0	1
Meio Ambiente e Urbanismo = 2	Eng Sanitária e Ambiental	1	0	1
	Perícia urbanismo	1	0	1
Pedagogia = 1	Pedagogia	1	0	1
Psicologia = 2	Psicologia	2	0	2
	Total de Analistas	107	16	123

Adicional de Qualificação:

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, contemplou 32(trinta e dois) servidores, em 2014.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 351(trezentos e cinquenta e um) servidores, que corresponde a 76,81%, de um total de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES⁵

	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	5	153	4	162	35,45
Especialização	73	98	4	175	38,29
Mestrado	10	3	0	13	2,84
Doutorado	1	0	0	1	0,22
TOTAL de servidores com AQ	89	254	8	351	76,81
Cargos Providos servidores estáveis	98	336	23	457	100,00
Quantitativo de servidores estáveis sem AQ	9	82	15	106	23,19

⁵ Excluídos os dados da ESMP

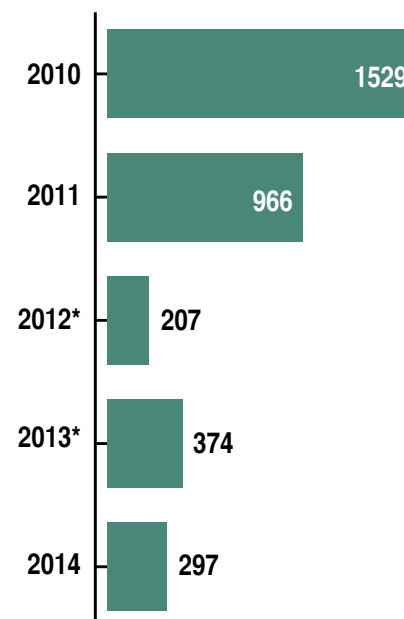
PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

	2010	2011	2012	2013	2014
Estagiários Total	91	91	132	132	132
Admitidos	41	69	29	4	128
Renovação de Estágio	44	26	36	19	2
Desligados	33	64	61	41	18
Nº de estagiários em exercício em dezembro	79	86	52	15	125

CONCURSOS DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS

AÇÃO	2011	2012	2013	2014
Vacinação	211	72	305	402
Atendimento Médico - consultas	1.763	1.688	2.501	3.300
Atendimento Odontológico – nº pacientes	421	558	961	850
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	2.192	1.601	3.603	3.220
Análise de Processos Administrativos	745	606	711	957
Exames admissionais/rotina	63	150	185	32

GESTÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO



Pesquisa sobre Perfil do Absenteísmo no Ministério Público do Maranhão.

A equipe da seção de Saúde Funcional realizou um levantamento epidemiológico, referente ao período de 2012 a 2014, para avaliar o perfil do absenteísmo dos servidores e membros Parquet maranhense.

O termo absenteísmo ou absentismo, geralmente, é usado para indicar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho, seja por falta ou atraso, devido a algum motivo interveniente (Qualidade Brasil, 2014). Importante destacar que o absenteísmo por parte de servidores, representa custos para os cofres públicos, e ainda, diminuição da produtividade do órgão estatal.

A metodologia utilizada no estudo foi a epidemiologia descritiva que tem como objetivo compreender o comportamento de um agravamento à saúde numa determinada população, além de possibilitar a descrição das características epidemiológicas das doenças relativas à pessoa, ao lugar e ao tempo pesquisado.

O estudo consistiu de uma avaliação dos afastamentos de acordo com a Classificação Internacional

das Doenças (CID), 10ª revisão, distribuídos por doenças específicas e alocados por número de dias. A tabulação constou de número de dias solicitados pelos servidores, membros e cargos comissionados, e também o número de dias concedidos.

Somando o triênio 2012-2014 o total de dias solicitados para licença tratamento de saúde foi de 22.405 e os dias concedidos para o mesmo triênio foi 17.612, demonstrando que aproximadamente 78,7% das licenças solicitadas foram atendidas.

A análise trienal permitiu inferir que a prevalência de afastamentos para tratamento de saúde entre membros e servidores do MPMA se deu por doenças classificadas nos grupos M (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo - 14,78%), J (doenças do aparelho respiratório - 12,68%) e F (transtornos mentais e comportamentais - 10,10%).

Em relação às licenças para acompanhar pessoa da família (LAPF) os dias concedidos durante o triênio 2012-2014, para servidores efetivos e membros, foram de: 87,3% e 12,7%, aproximadamente.

Observou-se ainda que as licenças gestantes corresponderam aproximadamente a: servidoras efetivas (54%), membros (23,63%) e cargos comissionados (22,37%).

Os afastamentos do grupo K (que incluem motivos odontológicos) totalizaram nos anos de 2012, 2013 e 2014: 28 (aproximadamente 6,20%), 26 (aproximadamente 5,05%) e 52 (aproximadamente 8,8%), respectivamente.

Os procedimentos periodontais foram a grande maioria dos serviços executados no consultório da PGJ, no triênio. As atividades preventivas foram as segundas mais executadas em 2012, seguidas dos procedimentos restauradores, ocorrendo o inverso nos anos subsequentes. As exodontias (extração de dentes) foram os procedimentos menos realizados nos três anos, o que mostra um acompanhamento de acordo com a nova política de saúde no Brasil visando a promoção e prevenção de saúde bucal.

Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP:

Item	1º Concurso	2º Concurso	3º Concurso	4º Concurso
PA	9936AD/2012	11030AD/2013	3062AD/2014	6957AD/2014
Edital de Abertura	02/2012, de 21/09/12 – (anulou o Edital nº01/2012)	01/2013, de 05/12/13, retificado em 23/12/13	01/2014, de 28/03/14	02/2014, de 24/07/14
Ato de Remoção	040/2014, de 20/01/14	091/2014, de 14/02/14; 255/2014, de 10/04/14; 292/2014, de 28/04/14.	317/2014, de 05/05/14	536/2014, de 09/09/14
Publicação DO	11/02/14	02/05/14	07/05/14	16/09/14
Nº de vagas	85	21	21	1
Nº de inscritos	77	37	12	4
Nº Servidores Removidos	27	15	9	1

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas, outras tarefas de rotina, tais como:

- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização dos Treinamentos;
 - Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
 - Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público
- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH dos dados relacionados a servidores e membros do Ministério Público;
- Gestão do sistema do Ponto Eletrônico;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado.
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho;

Coordenadoria de Serviços Gerais



Compreendem a Coordenadoria de Serviços Gerais, as Seções de: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte; Segurança e Análise de Custos.

A Coordenadoria de Serviços Gerais procurou atingir todas as metas propostas em seu planejamento financeiro para o exercício de 2014, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento e a não contratação em tempo hábil, através de licitação de serviços como: limpeza de conservação predial para o interior, motoristas de terceirizados para o interior, recarga de extintores, entre outros.

Foram acompanhados os contratos com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, com pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; descupinização e dedetização na capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película, chaves e carimbos.

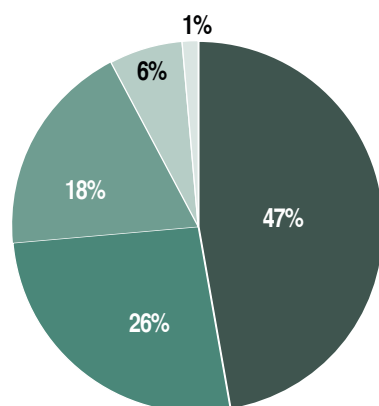
Também foram acompanhados os contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; fotocopiadoras; gerenciamento de frota de veículos; locação de imóveis, inclusive com mudança para imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria etc.).

Em 2014, foi renovada a frota de veículos da PGJ-MA com a aquisição de 24 carros, assim como o leilão de 17 veículos que estavam com o custo de manutenção muito elevado, causando prejuízo à Administração Superior.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

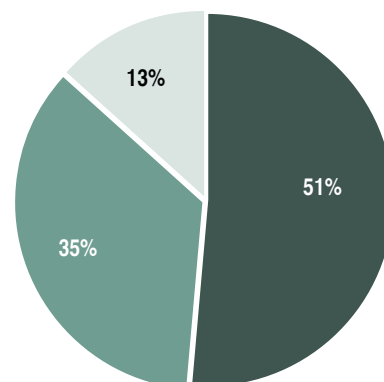
DESPESAS FIXAS	VALOR	VALOR	DESPESAS VARIÁVEIS
Contrato de Locação de Imóveis	3.113.617,32	458.286,02	Manutenção de Veículos
Serviço de Limpeza e Conservação	1.891.760,20	4.676,71	Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro. Hidráulico
Serviço de Motorista	1.232.118,34	48.869,50	Confecção de Placas de Inauguração e Identificação
Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital	187.916,63	47.658,36	Confecção de Chaves e Carimbos
Manutenção de Elevadores	13.800,00	5.130,00	Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	239.127,27	113.652,47	Fornecimento e Instalação de Portão de Alumínio Automatizado; Grades e Cerca Elétrica
Fornecimento de Luz	1.326.636,84	37,00	Recuperação de Forro de Gesso
Fornecimento de Água e Esgoto	255.081,45	12.384,50	Serviço de Dedetização, Desbaratização e Descupinização
Serviço de Telefonia Fixa	671.253,68	108.638,00	Instalação e Conserto de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior
Serviço de Telefonia Móvel	688.029,57	50.443,80	Serviço de película
Serviço de Postagem	606.327,20	6.339,00	Manutenção extintores de incêndio
Manutenção de Central Telefônica	103.999,92	38.294,60	Fornecimento e Instalação de Persianas
Serviço de Seguro Total de Veículos	62.999,60	894.409,96	TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS
Fornecimento de Combustível	481.846,05		
Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	13.819,51		

DESPESAS – VEÍCULOS

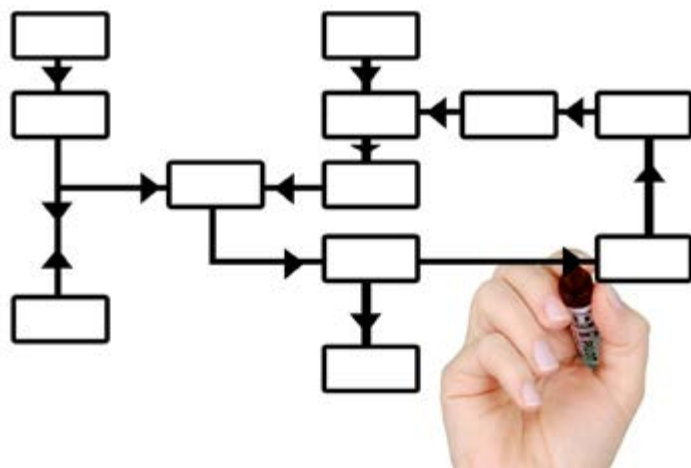


- Despesa seguro obrigatório dos veículos da PGJ R\$ 13.819,51
- Serviço de Seguro Total de Veículos R\$ 62.999,6
- Manutenção de Veículos R\$ 189.274,27
- Aquisição de Peças R\$ 269.011,75
- Fornecimento de Combustível R\$ 481.846,05

LOTAÇÃO DE VEÍCULOS



- Promotoria de Justiça da Capital 17
- Procuradoria Geral de Justiça 45
- Promotoria de Justiça do Interior 66



Visando-se a plena desincumbência dos misteres institucionais regimentalmente acometidos à Coordenadoria de Administração, foram empregados, durante o exercício financeiro de 2014 recursos orçamentários da ordem de R\$ 9.620.378,67 (nove milhões, seiscentos e vinte mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para a aquisição de materiais permanentes, e o montante de R\$ 2.843.918,45 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) para materiais de consumo.

A Coordenadoria de Administração é composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição de materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

Atividades

Aquisição de kits, compostos por uma cadeira-presidente e duas interlocutoras, para os Promotores de Justiça da Instituição, distribuídas às unidades ministeriais situadas na capital e interior a partir do mês de abril de 2014.

Formação de registros de preços para aquisição eventual e futura de estrutura de trabalho para os novos servidores e membros do Ministério Público, tendo em vista a realização de concursos públicos nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente para provimento de cargos de servidores e Promotores de Justiça.

Dando continuidade à política institucional de desfazimento de bens inservíveis, que trouxe inúmeros benefícios para o Ministério Público e entidades de interesse social situadas em todo o Estado, foram realizados 16 procedimentos administrativos para a doação de mais de 908 itens, contemplando 16 instituições beneficentes.

DOAÇÕES DE BENS INSERVÍVEIS

Processo	Termo de doação	Instituição
1543AD/2014	41640	Centro Educacional São Raimundo Nonato
11321AD/2013	41671	11º Batalhão de Polícia Militar Sediado em Timon-MA
8859AD/2013	41699	Clube de Mães Renascer do Alto da Vitória do Tajipuru
11236AD/2013	41730	Associação Beneficente das Crianças Carentes da Vila Santa Clara
10261AD/2014	41760	Centro de Assistência Comunitária e Integração Social
443AD/2014	41791	Associação Comunitária Beneficente Pais e Mães da Liberdade
9717AD/2014	41821	4º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Maranhão sediado em Balsas
1911AD/2014	41852	Clube de Mães Mateus
936AD/2014	41883	Associação Comunitária Beneficente Pais e Mães da Liberdade
6998AD/2014	41913	Conselho Tutelar de Itinga do Maranhão
6854AD/2014	41944	Instituto de Desenvolvimento e Promoção Humana (IDEPA) de Guimarães
10879AD/2014	41974	Polo Comunitário de Desenvolvimento Sustentável
11551AD/2014	13/2014	Associação de Mulheres da Vila São Luís
11552AD/2014	14/2014	Instituto Filantrópico e Educacional Dayse Daniele
11851AD/2014	15/2014	Associação Centro de Operações Especiais Rede Solidária Batalhão de Trânsito Civil do Maranhão
11506AD/2014	16/2014	Associação Santa Terezinha Ponta D'areia

Tudo isso somente vem sendo possível graças ao empenho das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais existentes na capital e interior do Estado, cujo trabalho tem possibilitado a doação de inúmeros bens sem utilização pela instituição ministerial nas próprias comarcas, tornando desnecessário o prévio traslado dos mesmos até São Luís e o remanejamento subsequente a instituições aqui existentes.

Foram realizados inventários semestrais de materiais de consumo, conforme estabelece o art. 58 da Ordem de Serviço nº 012/2005 e art. 58, VII, do Ato Regulamentar nº 03/2014-GPGJ, e iniciados os trabalhos de inventário de materiais permanentes móveis, os quais vem sendo realizados pela Comissão designada pela Portaria nº 7.302/2014-GPGJ.

No tocante a bens imóveis, foram mapeadas as situações de todos os imóveis da instituição, tendo sido deflagrados aproximadamente 50 (cinquenta) processos administrativos visando a regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade do Ministério Público do Maranhão para adoção de providências de averbações de construções, lavratura de escrituras públicas de doação, registros de transferências de propriedade, renovação de contratos de cessão de uso, dentre outras atividades inerentes à gestão de bens imóveis.

Cumpra também destacar os trabalhos da Comissão de Inventário de Bens Imóveis, designada pela Portaria nº 7.090/2014-GPGJ, que também tem adotado providências tendentes à regularização de documentação cartorária dos imóveis desta instituição ministerial, tendo encaminhado no mês de dezembro de 2014, à Diretoria-Geral, laudo de avaliação de todos os imóveis próprios do Ministério Público do Maranhão.

Por fim, ainda no que diz respeito a inventários, a Seção de Patrimônio deu continuidade ao envio de formulários de pré-inventários dos bens pertencentes a todas as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão, visando a atualização dos registros patrimoniais de quase 50.000 (cinquenta mil) itens de material permanente, no sistema SIAGEM, etapa essa de fundamental importância para o cumprimento das Novas Normas de Contabilidade Pública, sobretudo no que diz respeito à realização de depreciação de bens.

Aquisição de Material Permanente

A Procuradoria-Geral de Justiça adquiriu e tombou 5.765 (cinco mil, setecentos e sessenta e cinco) itens, no valor de R\$ 9.620.378,67. Quanto aos materiais de consumo, o valor gasto foi de 2.843.918,45, conforme tabela abaixo.

MATERIAIS PERMANENTES ADQUIRIDOS



MATERIAIS PERMANENTES ADQUIRIDOS POR ITEM

Afastador em Inox de Mead	2	37,98	Gaveteiro	349	186.723,66
Alavanca p/ Remoção de Raízes	6	127,94	Gengivótomo	3	140,70
Aparelho de Pressão Arterial	8	1.280,00	Grade de Ferro	15	14.090,72
Ar Condicionado	186	218.972,00	Gravador Digital	2	979,80
Armário	491	490.794,90	Kit de Segurança	1	203.423,94
Arquivo de Aço	17	8.500,00	Leitor Biométrico Digital	50	9.750,00
Arquivo Deslizante	2	101.360,00	Lima p/ Osso de Aço	1	46,90
Automático p/ Portão	2	3.120,00	Máquina Fotográfica	23	6.716,00
Avental Radiológico	1	249,97	Mesa	759	600.535,90
Balcão	120	63.674,90	Motor Odontológico	2	900,00
Bebedouro	20	8.638,00	Monitor de Tela de 23" AOC	8	8.194,00
Bomba D'Água	1	978,90	No Break	10	12.390,00
Cadeiras	100	33.000,00	Perfurador para Dique	2	119,98
Câmera de Vídeo	84	53.873,11	Persiana	219	31.223,79
Central de Alarme	10	11.642,00	Placa de Sinalização	424	15.140,00
Central Telefônica	10	16.105,00	Poltrona	1528	1.971.285,56
Cerca Elétrica	11	48.701,44	Porta Agulha de Inox	4	659,92
Cinzel	4	212,80	Porta Avental	1	200,00
Coleção de Revista	19	15.701,00	Portão de Alumínio	3	34.348,93
Computador	500	1.660.000,00	Prateleira	56	9.520,00
Cureta	32	1.312,00	Rack de Parede	10	4.585,20
Descolador de Aço	1	46,90	Revista	31	11.863,00
Divisória em PVC	6	22.759,16	Seladora em Aço Inox	1	350,00
Enclousure	2	35.934,00	Sindesmótomo em Aço Inox	6	149,40
Espátula Odontológica Aço Inox	10	277,90	Sistema de Circuito	10	10.079,91
Estação de Trabalho	141	101.444,00	Sofá	250	660.016,05
Estante de Aço	23	6.510,00	Software	43	1.791.743,70
Fax/Telefone	40	21.792,00	Suporte p/ CPU	40	7.965,20
Fórceps de Aço	24	1.583,80	Veículo	24	1.094.929,57
Forro em PVC	1	1.136,75	Ventilador	15	1.800,40
Frigobar	1	739,99	Total	5765	9.620.378,67

MATERIAL DE CONSUMO ADQUIRIDO



Coordenadoria de Comunicação



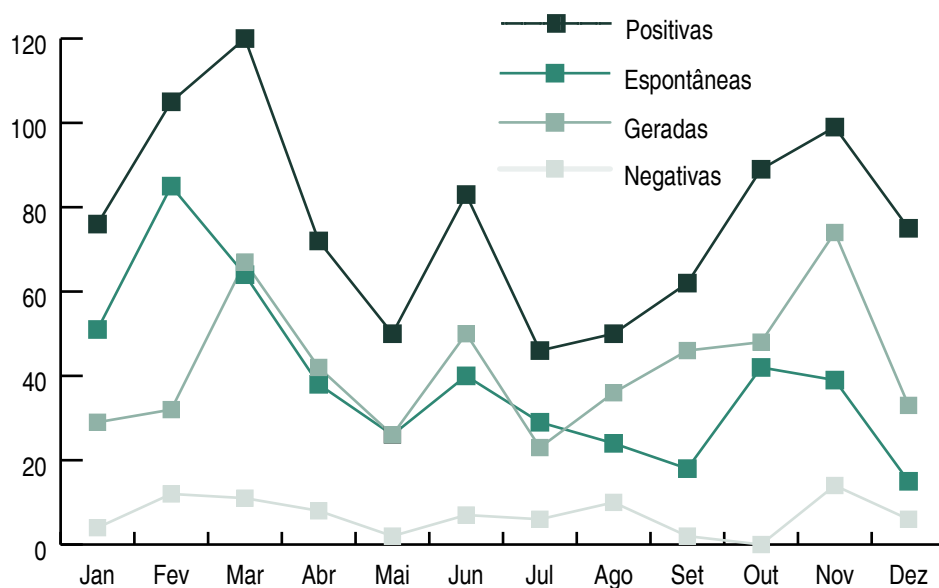
Coletiva
28.08.2014
Arcevo Pessoal do MP

A Coordenadoria de Comunicação (CCOM) se divide em 02 (duas) seções: Seção de Imprensa e Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica.

Seção de Imprensa

Nesta seção é produzido o clipping dos jornais impressos com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público. Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a CCOM produz clippings especiais, mediante demanda dos membros, sobre temas e/ou períodos específicos.

MÍDIA IMPRESSA



MATÉRIAS VEICULADAS EM MÍDIA IMPRESSA

Positivas	927
Negativas	82
Geradas	506
Esponatâneas	471
Total	1986

Redes Sociais

Criado em setembro de 2013, o perfil no facebook é a primeira participação do MPMA em uma rede social. Idealizado com o objetivo de criar mais uma via de divulgação de suas atividades e de interação com a sociedade, a rede social é um canal pelo qual a comunidade poderá tirar dúvidas e encaminhar demandas ao Ministério Público; onde terão acesso a informações sobre a estrutura da instituição, notícias da atuação do órgão, arquivos das campanhas desenvolvidas e imagens das diversas ações desenvolvidas em todo o estado.

Atendimento à Imprensa

A política da Coordenadoria de Comunicação não permite passar os contatos dos membros sem a prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade dos promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez. O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e blogs.

Clipping especial

Foram realizados 07 Clippings especiais referentes aos assuntos abaixo:

1. Carlos Serra Martins - 25 a 28/AGO
2. Greve de Professores - JUL/SET
3. Greve de ônibus - MAIO/JUN
4. Imagens da Ana Clara - JAN
5. Greve de delegados e policiais - JUL/SET
6. Recém-nascida assassinada pelos pais – FEV
7. Rebeliões, fugas de detentos e ataques a ônibus – SET

VEÍCULOS ATENDIDOS

Emissoras de televisão locais	TV Assembleia
	TV Cidade
	TV Mirante
	TV Difusora
	TV Guara
	TV Brasil
	TV Maranhense
Emissoras de televisão nacionais	TV Meio Marte (Teresina)
	Rede Record
Jornais impressos locais	O Estado do Maranhão
	O Imparcial
	Jornal Pequeno
Jornais de circulação nacional	Jornal A Tribuna (São Paulo)
	Folha de São Paulo
	Folha Dirigida
	O Globo
Emissoras de rádio locais	Difusora AM
	Rádio Universidade FM
	Rádio Capital
	Rádio Educadora
	Mirante AM
Emissora de rádio nacional	Rádio Justiça
	Rádio Brasília
	Rádio Nacional da Amazônia
Portais/sites locais	Imirante.com
	Agência Matraca
	Globo.com
Portais/sites nacionais	Folha On Line
	Uol.
Blogs/Sites locais	Gilberto Léda

PÁGINA DO FACEBOOK

Novos seguidores	373
Publicações	689
Visualizações às publicações	35.329
Publicação mais comentada	40
Publicação mais curtida	1.526
Compartilhamentos	40

DADOS ESTATÍSTICOS DO SITE DO MPMA

Notícias	Publicadas	718
	Total de acessos	44.047
	Notícia mais acessada ²	6.202
Avisos	Publicados	84
	Total de acessos	35.194
	Aviso mais acessado ³	2.514
Programa Estação Ministério Público	Publicados	38
	Total de acessos	14.881
	Programa mais acessado ⁴	829
Vídeos Institucionais	Vídeos Publicados	6
	Total de acesso	264
	Vídeo mais acessado ⁵	164

²Prêmio CNMP

³Feriados no MP

⁴Promotora de Anajatuba

⁵Maria da Penha em Ação 2014

Exemplos peças de criação gráfica desenvolvidas em 2014:



Programa de Rádio “Estação Ministério Público”

O Programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9 às 10 da manhã. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa. O espaço para exibição do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

Dos 39 entrevistados pelo Programa, em 41 edições¹, 10 (dez) foram promotores de entrância inicial, 14 (quatorze) de entrância intermediária, 13 (treze) de entrância final e 01 (um) integrante de outros poderes.

Estatísticas do site

O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Reformulado em 2013, com objetivo dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando as informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas institucionais do Ministério Público. Entrou em vigor, em 28/2/2013, a Resolução CNMP nº 91, que dispõe sobre a utilização do domínio “.mp.br” pelo Ministério Público. O desenvolvimento do site, no entanto, é constante, estando continuamente sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos.

Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

Informativo Em Dia

É um meio de comunicação interna com o público institucional. Com edição semanal, o informativo reúne os principais acontecimentos do Ministério Público do Maranhão. Foram produzidas 26 edições do informativo Em Dia, todas disponibilizadas no endereço eletrônico do Parquet.

Criação

Na área de criação, entre os serviços realizados pela Coordenadoria de Comunicação está a criação de identidade visual, layouts para impressos e mídia eletrônica, capas de relatórios e publicações, além de projetos gráficos.



¹ 10 programas não foram realizados por: Falta de entrevistado/ Carnaval/ Paixão/ Falta de Entrevistado/ Independência do Brasil/ 1º Turno das eleições/ 2º Turno das eleições/Feriado do dia 15 de novembro/ Recesso de final de ano.

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, tem como missão fundamental realizar a gestão da política documental do Ministério Público Maranhense, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Em 2014, com o apoio da Administração Superior do MPMA, a produção desta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, ao desenvolver uma série de atividades para contemplar as necessidades informacionais dos membros, assessores e servidores do *Parquet* estadual e da comunidade em geral, bem como dar transparência e visibilidade das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos aos seus clientes:

Gestão e Fiscalização de Contratos: Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento dos Contratos e Atas de Registro de Preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

1 - Assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética);

2 - Assinatura e renovação de Sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:

a) “Boletim de Licitações e Contratos BLC (NDJ)”: à Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Assessoria Controle Interno e à Comissão Permanente de Licitação;

b) “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJ.

3 – Fiscalização dos serviços de publicidade de Avisos, Editais, comunicados e Notas Oficiais em Jornais Locais;

4 - Fiscalização dos serviços de assinatura, entrega e fornecimento de Jornais Locais;

5 - Fiscalização dos serviços de Guarda e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – Sistema GED ARQUIVAR;

6 - Fiscalização dos serviços de fornecimento de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);

7 - Fiscalização dos serviços de formatação e diagramação de obras institucionais.

Supervisão Editorial e Normalização de Obras Institucionais: Visa suprir as necessidades de divulgação dos programas e das publicações institucionais.

- a) Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 21, 2014 (anual);
- b) Normalização do “Relatório de Atividades MPMA – 2013”;
- c) Normalização do “Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público”;
- d) Normalização da Cartilha da Ouvidoria Geral do Ministério Público: “Ouvidoria: um instrumento de cidadania”;
- e) Normalização da Cartilha do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp/DHC: “PROVITA/MA: Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão”;
- f) “Agenda MPMA 2015”;
- g) “Caderno de Anotações MPMA 2015”;
- h) “Calendário MPMA 2015”;

Política de Atendimento ao Usuário: A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2013-2014) desses produtos e serviços:

TABELA 1 – UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2013	2014
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos membros do MPMA)	209	298
Serviço de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	1.085	820
Serviço de empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	1.939	1.589
Consultas locais ao acervo bibliográfico	203	351
Sumários Correntes (Disponibilização on line)	80	80
Serviço de publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (recebimento, formatação e envio à Supervisão do Diário Oficial do Maranhão)	2.069	2.723
Serviço de publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais nos jornais locais	258	285

Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções: Por iniciativa desta coordenadoria, foi impulsionado o procedimento licitatório para aquisição de livros jurídicos, técnicos e literários para o acervo da Biblioteca Arcelina Moche/PGJ e da Biblioteca/ESMP (Processo 6185AD/2014). Entretanto, como a respectiva ata de registro de preços foi assinada apenas em dezembro de 2014, a contratação da empresa para o fornecimento desse material bibliográfico dar-se-á no exercício financeiro de 2015.

Abaixo, descreve-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2013	2014
Doação de Livros	51	240
Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos	16	16
Doação de Periódicos Jurídicos	20	20
Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	67	67

Apoio à Implantação de Sistemas Institucionais:

1 - Auxiliar a implantação institucional do Sistema DIGIDOC (Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), no que se refere a proposição e análise de listas no ambiente de testes quanto:

- a) às Siglas referentes aos Órgãos da Administração Superior do MPMA, às Procuradorias de Justiça, às Promotorias de Justiça, às Assessorias, Coordenadorias e demais unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;
- b) aos Assuntos relacionados aos Órgãos Superiores do MPMA e Setores Administrativos da PGJMA;
- c) às Fases de tramitação de processos no referido sistema.

2 - Auxiliar a implantação institucional do ambiente de testes do Sistema de Gestão do Diário Eletrônico, através de visita técnica sobre o funcionamento do referido aplicativo junto à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão, além de iniciar a análise das ferramentas técnicas e compatibilização de matérias e setores, para o posterior treinamento em ambiente de testes e ulterior homologação final, nos mesmos moldes procedimentais do Sistema DIGIDOC.

Outras Ações Importantes: A seguir, apresenta-se o comparativo anual de outras ações e iniciativas importantes desenvolvidas por esta coordenadoria:

TABELA 3 – AÇÕES E INICIATIVAS DE RELEVO - CDB

AÇÕES DE DESTAQUE	2013	2014
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	315	371
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual	87	58
Atualização – Link virtual de Legislação Interna	65	50
Expedição de Correspondências	115	153

TABELA 4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE PROTOCOLO/PGJ

AÇÕES DE DESTAQUE	2013	2014
Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	11.736	13.338
Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	2.317	2.644
Recebimento/Autuação de outros processos	265	526
Expedição de Correspondências	8.430	2.948
Expedição de Processos e Documentos por GED's	859	54

TABELA 5 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE ARQUIVO/PGJ

AÇÕES DE DESTAQUE	2013	2014
Recebimento de documentos das unidades administrativas e dos Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões)	8.341	14.447
Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	2.775	2.487
Remessa e solicitações de devolução de documentos para consulta (pastas e caixas-arquivo contendo pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos intermediários).	223	241
Documentos solicitados e eliminados (descarte seguro) (Caixas poliondas de pareceres, diários oficiais e clippings)	-	313

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)



A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

Coordenadoria da CMTI

Aquisição de Licenças Antivírus; Aquisição de Discos para Storage; Aquisição de 50 Leitores Biométricos; Nova Rede de Dados MPMA; criação de novas Chefias de Seção; Utilização de Links Velox para o SIMP; Mapeamento das Classes Taxonômicas para uso no SIMP; Aquisição de Baterias para Nobreaks de pequeno porte; Aquisição de 600 Carteiras funcionais para Membros e Servidores; Pedido de Licitação - Aquisição de Scanners, Datashow, Aquisição de Licença de Software TeamViewer, Impressoras Coloridas, Aquisição de Leitoras de Código de Barras, Aquisição de Ultrabooks e Hds Externos, Impressoras de Crachá; Serviços de Implantação de Infraestrutura para a nova Sede da PGJ; Aquisição de 15 (quinze) impressoras térmicas; Aplicação de sanções administrativas; Aprovação e Designação de equipe técnica para elaboração do PDTI e plano de trabalho; Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/MPMA 2015-2016) e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI/MPMA 2015-2016);

É dividida em quatro Seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;

Concepção e levantamento de requisitos para criação dos módulos de: Controle de Acesso, Material e Patrimônio, Sistema de Controle de Portarias e Substituição de Membros, Sistema de Processos e documentos Administrativos – DIGIDOC; Banco de Dados Oracle 12g; Implantação do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP; Criação do SIMP WEB; Mudança da Infraestrutura de TI das Promotorias de Justiça da Capital; Atualização no Portal de Direitos Coletivos; Implantação do Redmine na COEA, ASPLAN e DG.

CAPACITAÇÕES REALIZADAS

Capacitação em elaboração e mensuração de Pontos de Função:	07 servidores
Capacitação em segurança web: Teoria e Implementação:	10 servidores
Capacitação em qualidade de software:	10 servidores
Capacitação em contratações de tecnologia da informação:	04 servidores
Realização do 1º. Fórum Ministerial de Governança de TI:	29 servidores, (3 do interior do Estado)
Realização do Treinamento em Help Desk/ Service Desk com fundamento no ITIL:	15 servidores;
Capacitação: Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) com estudo de caso;	
Capacitação em Direito Digital e Crimes Informáticos.	

- Seção de Segurança e Rede de Computadores;

Elaboração de Projetos de Infraestrutura (Sala Cofre, Tablets, Telefonia Ip, Ativos De Rede - Conectividade);

- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas.

Número de Chamadas Abertas: 2568

Número de Chamadas Solucionadas: 2568

Destaque:

Elaboração e aprovação dos Planos Diretor (PDTI) e Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2014-2016.

O Plano Diretor e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, aprovados pelo Comitê Estratégico de TI (CETI) do MPMA, constituem-se em instrumentos de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação.

Os documentos cobrem o período de 2015 e 2016 e estão articulados aos objetivos do MPMA inseridos em seu Planejamento Estratégico, que vai de 2012 a 2016. Ambos definem o uso e a evolução da Tecnologia da Informação na organização e contemplam uma visão abrangente das prioridades e necessidades do *Parquet* e da situação atual do uso e do ambiente da TI, permitindo a definição dos caminhos a serem trilhados para o atendimento a estas necessidades e prioridades e ampliação do retorno dos investimentos nesta tecnologia.

O CETI definiu ainda que o diretor-geral e o diretor da Secretaria Administrativo-Financeira da PGJ serão os representantes das áreas administrativa e requisitante, quando houver necessidade de contratação de soluções de tecnologia da informação. A definição dos responsáveis atende à Resolução nº 103/2013 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a contratação desses serviços.

O PDTI será submetido à apreciação do Comitê de Agenda do CNMP e, uma vez aprovado, passa a ser instrumento indispensável na gestão de TI.

Realização do 1º Fórum Ministerial de Governança de TI

Realizado pela CMTI, no período de 23 a 25 de julho de 2014, o 1º Fórum Ministerial de Governança de Tecnologia da Informação do MPMA objetivou promover a interação entre os profissionais da área de informática das diversas comarcas, buscando a troca de informações, bem como a uniformização de procedimentos. Também foram discutidos os investimentos em TI, que buscam a estruturação e modernização dos sistemas utilizados pelo MPMA.

INFRAESTRUTURA

Internet	
Quantidade de sedes com link de velocidade menor que 1MB	106
Quantidade de sedes com link de velocidade entre 1MB e 16M6	12
Quantidade de sedes com link de velocidade maior que 16M8	2
Quantidade de sedes sem acesso à internet	3
Quantidade de sedes com acesso compartilhado	1

Parque computacional	
Quantidade de Microcomputadores	2783
Quantidade de microcomputadores com menos de 4 anos	1500
Quantidade de microcomputadores com mais de 4 anos	783

Servidores de rede	
Quantidade de servidores de rede com menos de 4 anos	22
Quantidade de servidores de rede com mais de 4 anos	10

Equipamentos portáteis	
Quantidade de portáteis com menos de 4 anos	348
Quantidade de portáteis com mais de 4 anos	207
Quantidade de Impressoras laser	1015
Quantidade de multifuncionais	17
Quantidade de ativos de rede	174
Quantidade de scanners	399
Quantidade de unidades de storage	3
Quantidade de certificados digitais distribuídos	10

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquiteutura (COEA)



Projeto Arquitetônico Promotorias de Justiça
Arcevo Pessoal do MP

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área.

É composta por 4 seções: Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras; Fiscalização de Obras; Manutenção Predial; e de Avaliação e Perícia.

Atividades realizadas

OBRA/ LOCAL	TIPO CONSTRUÇÃO / REFORMA	VALOR CONTRATO (R\$)	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	CONCORRENTES (NOME E CNPJ)	VALOR ADIT / REPAC E RECOMP. (R\$)
São Luís	Construção do prédio da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça	22.088.710,96	Concorrência 001/2009	13.721,82	Dimensão Eng. E Construção Ltda. 41.503.939/0001-56	3.565.456,55
Paço do Lumiar	Construção do prédio das Promotorias de Justiça	777.808,45	Concorrência 009/2013	575,10	ML Construções e Projetos Ltda. 08.868.469/0001-59	
São Luís	Reforma do prédio das Promotorias de Justiça da Capital	6.244.912,26	Concorrência 010/2013	4.506,85	Construtora Domus Ltda. 01.948.775/0001-56	
Imperatriz	Construção do prédio das Promotorias de Justiça	8.654.487,81	Concorrência 006/2013	3.827,97	Engepec Ltda. 01.948.775/0001-56	
Maracaçumé	Construção do prédio da Promotoria de Justiça	460.319,46	Concorrência 003/2012	230,05	Torquato Fernandes Construções e Imob. Ltda. 03.709.906/0001-78	60.557,63

Dom Pedro	Reforma das instalações elétricas da Promotoria de Justiça	64.243,07	Concorrência 005/2013		Ferreira Junior Engenharia Ltda. 09.654.059/0001-78	
Colinas	Construção do prédio das Promotorias de Justiça	555.215,88	Concorrência 003/2013	222,65	LTM Construções Ltda. 07.999.481/0001-30	111.638,45
Gov. Eugênio Barros	Construção do prédio das Promotorias de Justiça	520.558,35	Concorrência 007/2012	221,25	Torquato Fernandes Construções e Imob. Ltda. 03.709.906/0001-78	16.307,19
Santa Inês	Reforma/Ampliação do prédio das Promotorias de Justiça	120.975,34	Concorrência 001/2012		Construtora AP Engetech Ltda. 12.769.072/0001-87	
Pindaré Mirim	Construção do prédio das Promotorias de Justiça	468.872,19	Concorrência 004/2012	216,06	Torquato Fernandes Construções e Imob. Ltda. 03.709.906/0001-78	
São Luís	Recuperação estrutural e Reforço do prédio das Promotorias da Capital	3.664.765,63	Concorrência 001/2011	4.506,85	Jatobeton Engenharia Ltda. 00.507.949/0001-82	
São Luís	Aquisição e instalação de 04 Elevadores para prédio da PGJ	800.000,00	Pregão eletrônico 00010/2014	13.721,82	Elevadores Atlas Schindler S/A 00.028.986/0001-08	
Imperatriz	Reforma das instalações elétricas da Promotoria de Justiça	49.862,50	Concorrência 002/2013		GG Const. E Locação Ltda. 10.238.101/0001-59	19.852,52
São Luís	Instalação de Sistema de Climatização VRF p/ prédio da PGJ	5.650.000	Pregão eletrônico 0010/2013	13.721,82	FAM da Amazônia Ind e Com. De Ar Condicionado Ltda. 84.113.349-0001/20	480.142,62
São Luís, Rosário, Raposa, Sta. Rita, Itapecuru e Alcântara	Manutenção de prédios da Capital e de Sta. Rita e Rosário	495.800	Pregão eletrônico 011/2012		Infre Comercio e Serviços Ltda. 04.878.661/0001-75	619.092,65
Municípios variados	Manutenção de prédios de Promotorias do interior	1.220.000,00	Pregão eletrônico 0027/2012		Engesel Serv. e Manutenção de Material Elétrico Ltda. 09.069.278/0001-90	61.000
Imperatriz	Estudos Aeronaut. p/ solicitação de autorização p/ construção prédio Promotoria de Justiça	7.865,00	Dispensa de licitação		Infrabel Asses. e Projetos Ltda. 05.112.474/0001-49	

Chefia de Cerimonial



A Chefia de Cerimonial é o setor responsável por planejar, organizar, executar e assessorar os eventos do Ministério Público do Maranhão, além de acompanhar o chefe da instituição ou seu representante em eventos externos, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Justiça. Também é responsável por outras atividades burocráticas e, desde o ano de 2012, a emissão de passagens aéreas.

O setor tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do *Parquet*, tendo participação ativa nas ações estratégicas da Administração Superior - do planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados. Conta com o apoio da Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

Atividades desenvolvidas:

Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, workshops, encontros, semanas, palestras dentre outros;

Estruturação e organização do espaço físico, desde a disposição dos móveis, ornamentação, recursos audiovisuais, alimentação e todos os recursos necessários à realização de eventos em geral;

Solicitação e acompanhamento de processos de empenho referentes aos contratos de responsabilidade da Chefia para todos os eventos solicitados;

Confecção e expedição dos convites;

Articulação com o cerimonial de outros órgãos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;

Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;

Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;

Acompanhamento e assessoramento à procuradora-geral de justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;

Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;

Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamento correspondentes a cada personalidade e providências relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;

Elaboração de roteiros e scripts das cerimônias;

Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;

Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;

Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;

Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;

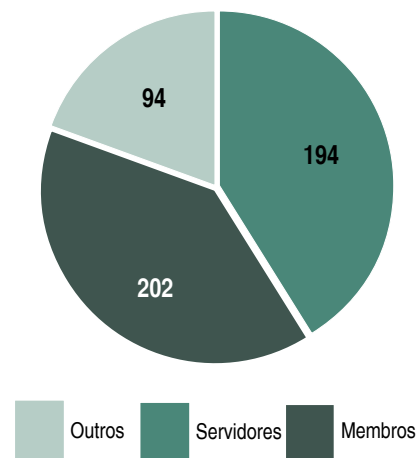
Correspondência eletrônica;

Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.

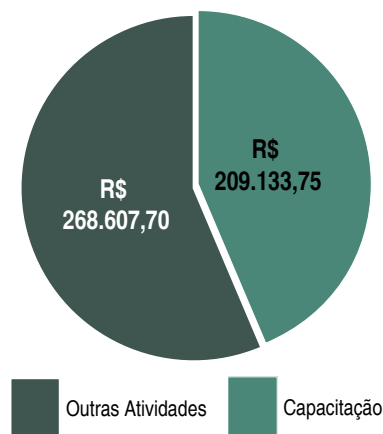
Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas.

Divulgação no portal da transparência das passagens aéreas.

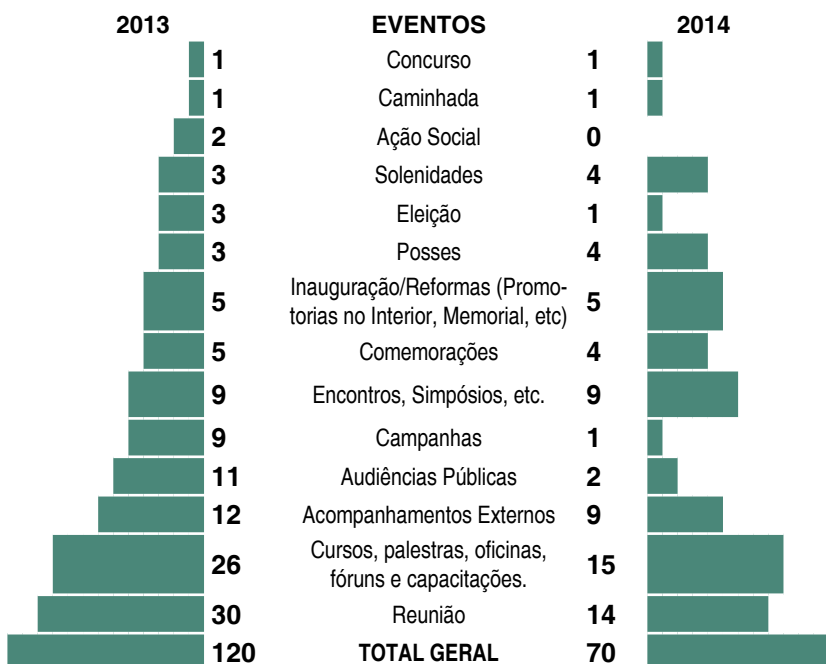
BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS EMITIDOS



GASTOS COM PASSAGENS AÉREAS



COMPARATIVO DE EVENTOS (2013-2014)



Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

Além da manifestação nos processos administrativos a Assessoria Jurídica da Administração desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, bem como participa de diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição, a exemplo das Portarias nº 1810/2013-GPGJ, 0741/2014-GPGJ.

Processos Administrativos

Recebidos	792
Devolvidos	773
Remanescentes	19

Os processos que tramitaram na AJAD em 2014, em sua grande maioria, trataram de licitações e contratos, exigindo uma análise minuciosa dos autos, em especial dos editais e seus anexos, para sua aprovação. Além das apreciações dos referidos processos, a AJAD respondeu inúmeras consultas informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão ministerial, principalmente sobre procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Destaca-se, por fim, a sugestão dada pela AJAD e acolhida pela Administração Superior, para realização de um curso in company, destinado a 30 servidores envolvidos na área de licitação, cujo tema foi “Como planejar a contratação e estruturar o termo de referência para compras e serviços”, objetivando o aprimoramento, capacitação e atualização de informações, em busca de maior celeridade e eficiência nos resultados pretendidos pela Procuradoria Geral de Justiça.

Principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN:

Participação nas três reuniões do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), realizadas em Brasília/DF, nos meses de abril, agosto e outubro de 2014;

Participação na organização do Encontro da Ação Nacional – Multiplicando a Estratégia: Gestão por Competências”, realizado no mês de novembro no Ministério Público de Santa Catarina;

Inscrição dos projetos desenvolvidos por membros do MPMA no Banco de Projetos do CNMP e na 2ª edição do Concurso Nacional de Projetos do Ministério Público brasileiro;

Participação no workshop “Escritório de Processos - Implantação e Execução, Planejamento e Framework”, promovido pela empresa de consultoria Conexões Educação, em Brasília/DF, no mês de abril/14;

Participação dos servidores Lusélias Lopes e Cláudio Marcelo Amorim no Curso de Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos, na modalidade à distância, promovido pela Escola Superior do Ministério Público de Goiás. O curso foi estruturado pelo Grupo de Trabalho de Processos, vinculado ao Comitê de Políticas de Gestão Administrativa do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público;

Participação nas reuniões de discussão e elaboração dos planos de ações setoriais das unidades administrativas da PGJ, promovidas pela Diretoria Geral e a Secretaria Administrativo-Financeira, nos meses de julho a setembro/14;

Vinculada à Diretoria Geral, a Assessoria de Planejamento Geral (ASPLAN) foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ.

A ASPLAN desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Participação na solenidade de entrega do Prêmio do CNMP, em Brasília/DF, criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

Participação no Encontro Nacional: Atuação do MP brasileiro na atenção básica à saúde, realizado nos dias 27 e 28 de maio, em São Luís, organizado pelo CNMP com apoio do CAOP/Saúde e a Administração Superior do MPMA.

Participação no 4º Congresso Brasileiro de Gestão do CNMP, realizado em Brasília/DF, no mês de outubro/14;

ANEXOS

Leis - Servidor

Lei Nº 10.035, de 2 de abril de 2014 - Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2014, altera anexos da Lei nº 8.077/2004 e dá outras providências.

Resoluções do Colégio de Procuradores

Resolução nº 25/2014 - CPMP, de 01 de agosto de 2014 - Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Defesa da Fauna (GEDEF-MA) no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAOUMA);

Resolução nº 24/2014 – CPMP, de 01 de agosto - Acrescenta dispositivos na Resolução nº 01/1984-CPMP, que dispõe acerca do Regimento Interno do Colégio de Procuradores;

Resolução nº 23/2014 – CPMP, de 01 de julho de 2014 - Cria a 10ª Promotoria de Justiça de Timon e redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca;

Resolução nº 22/2014 - CPMP, de 01 de julho de 2014 - Inclui o Capítulo VIII, com dois artigos, 18-A e 18-B, na Resolução nº 10/2009-CPMP (Regulamenta os artigos 26, V, e 27, I, da Lei Complementar Estadual nº 13/ 1991, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a instauração e tramitação do inquérito civil) e dá outras providências;

Resolução nº 21/2014 CPMP, de 28 de fevereiro de 2014 - Dispõe sobre as normas a serem adotadas na eleição destinada a compor a lista tríplice, com vista à escolha do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2014/2016.

Atos Regulamentares

Ato Regulamentar nº 15/2014-GPGJ, de 03 de novembro de 2014 - Altera o Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão e dá outras providências;

Ato Regulamentar nº 14/2014 - GPGJ, de 10 de outubro de 2014 - Altera dispositivos do Ato Regulamentar nº 04/2013, que regulamenta a forma de concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Ato Regulamentar nº 13/2014 - GPGJ, de 04 de setembro de 2014 - Altera a redação do Artigo 6º, § 6º, da Resolução n.º03/2005-PGJ, e este aos Analistas Ministeriais do interior do Estado o redutor de 40% incidente na carga horária dos cursos estabelecidos para promoção da carreira;

Ato Regulamentar nº 12/2014-GPGJ, de 04 de setembro de 2014 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2014/2015;

Ato Regulamentar nº 11, de 15 de agosto de 2014 - Dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;

Ato Regulamentar nº 10/2014 - GPGJ, de 14 de julho - Dispõe sobre a alteração do Anexo I do Ato Regulamentar nº 003/2013 - GPGJ;

Ato Regulamentar nº 09/2014-GPGJ, de 23 de junho de 2014 - Dá nova redação ao artigo 8º, "caput", do Ato Regulamentar nº 18/2012, que dispõe sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Ato Regulamentar nº 08/2014 - GPGJ, de 09 de junho de 2014 - Regulamenta o horário de funcionamento dos órgãos de execução e unidades administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão nos dias 12, 17 e 23 de junho de 2014 durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2014;

Ato Regulamentar nº 007/2014 - GPGJ, de 27 de março de 2014 - Dispõe sobre a impossibilidade de percepção cumulativa da gratificação de risco de vida com a verba de representação por exercício de cargo em comissão pelo técnico ministerial executor de mandados;

Ato Regulamentar nº 06 de 10 de março de 2014 - Dispõe sobre a lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual;

Ato Regulamentar nº 05/2014 - GPGJ, de 20 de fevereiro de 2014 - Altera o Ato Regulamentar nº 04/2013, que regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Ato Regulamentar nº 04/2014 - GPGJ, de 06 de fevereiro de 2014 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2014 e dá outras providências;

Ato Regulamentar nº 03/2014 - GPGJ, de 31 de janeiro de 2014 - Regulamenta o Controle Patrimonial de bens Móveis e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências;

Ato Regulamentar nº 02/2014 - GPGJ, de 22 de janeiro de 2014 - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012, que dispõe sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Ato Regulamentar nº 01/2014 - GPGJ, de 15 de janeiro de 2014 - Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias para membros e servidores, quando em deslocamentos para fora da sede, no interesse do serviço, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Ordens de Serviço

Ordem de Serviço nº 01/2014 - PGJ, de 29 de julho de 2014 - Fixa o prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para que os Ocupantes de Cargos de Provimento Efetivo e Comissionado apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2013, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça;

Ordem de Serviço nº 02/2014 - PGJ, de 29 de julho de 2014 - Fixa o prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para que os Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2013, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça;

Ordem de Serviço nº 03/2014 -DG, de 26 de novembro de 2014 - Determina o uso obrigatório do crachá de identificação funcional por todos os servidores e estagiários nas dependências das unidades ministeriais e disciplina o uso do fardamento;

Ordem de Serviço nº 004/2014-DG, de 28 de novembro de 2014 - Disciplina o acesso de pessoas nas instalações da Procuradoria Geral de Justiça quanto ao traje.

Recomendações

Recomendação nº 01/2014-GPGJ, de 25 de abril de 2014 - Dispõe sobre critérios de atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão em seu mister constitucional de defesa do Direito à Educação acerca da redução da jornada de trabalho do Magistério nos Sistemas e Redes Estadual e Municipais de Ensino.

Recomendação nº 02/2014-GPGJ, de 30 de outubro de 2014 - Nos municípios em que há leitos de internação psiquiátrica, o promotor de justiça com atuação na área da defesa da saúde e da infância e da juventude deve verificar se os estabelecimentos de saúde, integrantes ou não do Sistema Único de Saúde, observam o disposto na Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 e na Portaria nº 2391/GM, de 26 de dezembro de 20002, em relação às internações psiquiátricas involuntárias.

Recomendação nº 03/2014-GPGJ, de 30 de outubro de 2014- Recomenda aos promotores com atribuição na defesa da saúde que oficiem ou recomendem ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que, no prazo de até 30 (trinta) dias, informe a este Órgão Ministerial as condições de funcionamento e regularidade do Conselho Municipal de Saúde, com estrita observância dos critérios da paridade das representações e da importância da realização de capacitações e formações aos conselheiros; a dotação orçamentária anual destinada à execução das despesas do referido conselho, acompanhado de relatório de receitas e despesas detalhadas e do plano de metas/ações do ano em curso, e sobre as providências adotadas para o seu efetivo cumprimento.

